



Celia Regina Henriques

**“Geração Canguru”: o prolongamento da
convivência familiar**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientador: Bernardo Jablonski

Rio de Janeiro
Janeiro de 2004



Celia Regina Henriques

**”Geração canguru”: o prolongamento da
convivência familiar**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Bernardo Jablonski
Orientador

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Terezinha Féres-Carneiro
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Teresa Cristina Othenio C. Carreteiro
Departamento de Psicologia - UFF

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia e
Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2004

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Celia Regina Henriques

Graduou-se em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula em 1974. Especializou-se em Terapia Familiar Sistêmica em 1997 pelo Instituto Mosaico e Minuchin Center for the Families em 1998. Desde então vêm exercendo clínica individual e vincular (casal, família) tanto no contexto privado como no contexto comunitário.

Ficha catalográfica

Henriques, Celia Regina

“Geração canguru”: o prolongamento da convivência familiar / Celia Regina Henriques ; orientador: Bernardo Jablonski. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2004.

137 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas

1. Psicologia – Teses. 2. Família. 2. Jovem adulto. 3. Convivência familiar. 4. Contexto contemporâneo. I. Jablonski, Bernardo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Aos meus pais e irmão.
Ao meu marido e meus dois filhos.

Agradecimentos

Ao meu orientador Bernardo Jablonski pelo incentivo, estímulo e generosidade com que compartilhou seu conhecimento no percurso deste trabalho.

Aos professores da pós-graduação do Departamento de Psicologia, em especial à Professora Maria Helena Novaes.

A Maria Paula Frota pelas sugestões, envolvimento com o projeto e revisão do texto.

Aos colegas Maria Lúcia Miguel e Miriam Felzenzswalb.

Aos colegas de mestrado Mariângela Aleixo, May-Lin Wang e Suely Dessandre.

Aos funcionários da secretaria do Departamento de Psicologia.

A todas as famílias entrevistadas que comigo dividiram suas visões de mundo e família.

À CAPES e à PUC-Rio, pelo apoio.

Resumo

Henriques, Célia Regina. **“Geração Canguru”**: o prolongamento da convivência familiar. Rio de Janeiro, 2004. 137 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação visa compreender o fenômeno denominado pela mídia como “geração canguru”, através da relação entre as esferas da família e do contexto social contemporâneo, entendendo que é nesta interação que ele é construído. Esse fenômeno refere-se a uma convivência familiar prolongada na qual os filhos, jovens adultos, apesar de aptos para uma vida independente fora dos limites da casa dos pais, optam pela permanência. O adiamento da separação da família é um reflexo da conjugação de fatores intrafamiliares – ambivalência de sentimentos em relação a partida e a perda dos papéis conquistados – com extrafamiliares, fruto de um contexto social fortemente marcado por instabilidade e incerteza. Foi realizada uma pesquisa de campo com 7 famílias de classe média do Rio de Janeiro: 7 casais parentais e 8 filhos com idade a partir de 26 anos. O objetivo da pesquisa foi analisar o sentido que essas famílias imprimem a esta convivência bem como evidenciar os acordos perpetrados por seus membros em prol de prolongar o exercício de seus papéis.

Palavras-chave

Jovem adulto, família, contexto contemporâneo, adiamento da separação.

Abstract

Henriques, Celia Regina. **“Kangaroo Generation”: The Prolongation of Family Life.** Rio de Janeiro, 2004. 137 p. MSc. Dissertation. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis is an attempt to account for the phenomenon referred to by the media as the “kangaroo generation” in terms of the interrelations between the family sphere and the contemporary social context, on the basis of the belief that it is in this interaction that it is configured. The phenomenon in question is the fact that many young adults choose to continue living with their parents even though they already lead independent lives outside the home. The delaying of the departure from the family reflects a constellation of intrafamilial factors – ambivalence towards departure and the loss of achieved roles – and extrafamilial ones, arising from a social context sharply marked by instability and uncertainty. The field study involved seven middle-class families in Rio de Janeiro, seven parental couples and eight children aged 26 or older. The object of the research was to analyze the ways how families see this pattern of coexistence, as well as to bring out the agreements settled on by family members in order to extend in time their assigned roles.

Keywords:

Young adult, family, contemporary context, delaying of departure

Sumário

1. Introdução	9
2. O contexto contemporâneo e suas repercussões nas relações familiares	14
2.1 - A incerteza, a instabilidade e a insegurança	14
2.2 - A horizontalização nas relações familiares	21
3. A família: da imposição à negociação	31
3.1 - Perspectivas teóricas	31
3.1.1 - Lévi-Strauss e o conceito de família: do natural ao cultural	31
3.1.2 - A família nuclear funcionalista de Parsons.	34
3.1.3 - A estrutura familiar em Minuchin	38
3.2. - Os papéis familiares na cultura brasileira	42
3.2.1 - As raízes: a família colonial urbana	42
3.2.2 - Do moderno ao contemporâneo	46
3.3 - A família como refúgio: o “lugar” da geração canguru	50
4. A “Geração Canguru”	57
4.1. A adolescência prolongada e a adolescentização da cultura	57
4.2. Gerações e juventudes	62
4.3. A geração canguru	65
4.4. A geração dos pais e a geração dos filhos: da obrigação à permissão	73
5. O prolongamento da convivência familiar: uma questão contemporânea	79
5.1. Metodologia	79
5.2. Análise dos dados	81
5.2.1. Traços biográficos das famílias entrevistadas	81
5.2.2. A convivência entre as duas gerações segundo os pais	90
5.2.3. A convivência familiar segundo os filhos	98
5.2.4. A família e o contexto social na ótica dos pais	107
5.2.5. O mundo do trabalho na ótica dos pais	111
5.2.6. A família e o contexto social na ótica dos filhos	114
5.2.7. O mundo do trabalho na ótica dos filhos	117
5.2.8. A percepção da separação familiar	119
6. Conclusões	126
7. Referências Bibliográficas	133

Introdução

Esta dissertação tem como objeto central uma geração intensamente influenciada pelas condições do mundo ocidental contemporâneo. Atualmente, tudo está sempre a ser permanentemente desmontado, não há perspectiva de durabilidade, as experiências de vida são sempre temporárias. A sociedade moderna, até pouco tempo, marcada por instituições tradicionais como o Estado, a Igreja e a Família, sucumbe diante da fragilização dessas instituições e abre espaço para um viver contemporâneo no qual valores e referências estáveis confrontam-se com a rapidez e a provisoriedade dos fatos. Ao lado disso, observamos a competitividade, o consumismo e o culto à juventude como características marcantes do momento atual. Assim, acreditamos que a incerteza, a insegurança e a instabilidade são características predominantes da experiência individual contemporânea.

Talvez possamos dizer que a “geração canguru” seja a representação, na dimensão do indivíduo jovem, das mudanças da sociedade atual. Presenciamos adultos querendo ser jovens e jovens desejando permanecer nesse estado o maior tempo possível. Essas atitudes parecem permeadas por uma representação social idealizada da juventude que acaba por se tornar um estilo de vida. A diluição das fronteiras entre as categorias de jovem e adulto produz uma homogeneização das gerações, imprimindo às relações entre pais e filhos uma grande proximidade, em termos de compartilhamento de valores e estilos. Com isso, a dinâmica familiar se transforma, e é justamente na relação entre a família e esse contexto de amplas transformações culturais que pretendemos buscar as razões para a ocorrência do fenômeno geração canguru.

A geração canguru – nomeada pela mídia em uma alusão ao mamífero marsupial australiano em cuja bolsa ventral são abrigados os filhotes – representa a protelação da saída da casa dos pais, observada nos dias atuais. Esses jovens adultos, ainda que aptos a desenvolverem uma vida independente fora dos limites

da família, adiam o momento da separação, imputando ao espaço familiar um novo sentido.

Entendendo a família como a mediadora entre o indivíduo e a sociedade, destacamos que a geração canguru é um fenômeno psicossocial construído na interface da instituição familiar e do contexto social contemporâneo; portanto, consideramos de fundamental importância examiná-lo sob essa perspectiva. Partimos da pressuposição de Minuchin (1980), para quem a família e a sociedade se constituem reciprocamente, de forma que as mudanças ocorridas no mundo social afetam o domínio familiar e são por este afetadas. Assim, as funções dos papéis familiares podem ser alteradas de acordo com as pautas de mudanças imprimidas pelo sistema social. Dito isso, observamos que as relações entre pais e filhos jovens são marcadas por uma forte semelhança nas percepções de mundo e estilo de vida, bem como por uma forma de se relacionar calcada na amizade e cumplicidade. Esses aspectos, somados às circunstâncias do mundo do trabalho e ao adiamento do casamento vêm a constituir o pano de fundo do fenômeno da geração canguru.

O prolongamento da convivência familiar é observado nos estratos médios e altos da sociedade brasileira. Velho (1986) e Salem (1980) nos advertem que é nesse segmento social que se evidenciam as ideologias individualistas e igualitárias. Estas imputaram ao universo das relações interpessoais a valorização do psicológico e o centramento nas questões individuais, bem como a noção de igualdade que veio anular as discriminações sexuais e hierárquicas observadas em momentos anteriores à sua instauração. Assim, os papéis familiares se mostram amplamente afetados por essas ideologias e, como tal, admite-se que estejam sendo reelaborados em face das circunstâncias.

Visando desenvolver um trabalho que não perca de vista a complexidade envolvida no seu objeto, é nossa intenção adotar um enfoque interdisciplinar que se valha de contribuições da história, das ciências sociais, da psicologia e da psicanálise. Essa opção tem como base a constatação de que o tema de estudo é atravessado por diferentes dimensões: a individual, a familiar e a social, todas elas a serem examinadas na sua historicidade.

Mediante essas considerações, pretendemos construir nosso campo teórico em torno de quatro aspectos principais. O primeiro deles consistirá no sistema social, mais especificamente a globalização da economia e sua influência nas

transformações operadas no domínio do trabalho, destacando a instabilidade e a insegurança decorrentes desse processo, que vem a ser temperado ainda pela ideologia do individualismo. Além disso, chamaremos a atenção para o princípio do igualitarismo e suas repercussões no universo das relações interpessoais, tanto na dimensão da família quanto na do indivíduo. O segundo aspecto consistirá nas conceituações de família através de um percurso histórico, abrangendo as origens dessa instituição, sua sistematização teórica e a construção dos papéis familiares brasileiros desde a época colonial até os dias atuais. O terceiro envolverá a construção de uma base teórica que ajude a esclarecer a questão do prolongamento da adolescência e da “adolescentização da cultura”, fenômenos observados no mundo de hoje. Trata-se nesse caso de uma contribuição da psicanálise, a qual deverá se articular aos conceitos de geração e juventude provenientes da sociologia, buscando com isso discutir a representação do indivíduo jovem nesses dois campos do saber. Esses alicerces teóricos irão possibilitar o esclarecimento da geração canguru. O quarto e último aspecto deverá consistir na articulação dos três primeiros, através de uma análise da pesquisa de campo por nós efetuada, a qual teve como objetivo esclarecer o prolongamento da convivência familiar.

No primeiro capítulo desta dissertação iremos discorrer sobre o contexto contemporâneo e as suas influências nas relações familiares. Para tanto, optamos por construir um painel das mudanças ocorridas no momento atual: a globalização, na qual iremos expor as idéias de Boaventura Santos (2001) e Hall (1992); a política de “curto prazo”, baseada no conceito de “sociedade pós-moderna” de Bauman (2000); e a lógica da “não-durabilidade” de Sennett (1998), com os seus reflexos no mundo do trabalho. Além disso, enfatizaremos a ideologia do individualismo como marca de todos esses acontecimentos, através dos conceitos de Dumont (1983) e Simmel (1971). Em seguida, iremos discutir a “horizontalização” das relações familiares a partir de Lasch (1977) e do aprofundamento dessa abordagem por Sennett (1974) no debate sobre as esferas pública e privada, articulando-as com o princípio do igualitarismo nas relações interpessoais formalizado por Salem (1989).

A família será o tema do segundo capítulo, que pretendemos iniciar com as perspectivas teóricas de Lévi-Strauss (1980), Parsons (1964) e Minuchin (1980). Desses autores trouxemos, respectivamente, o conceito de origem, os

conceitos de papéis e funções, e os de estrutura, fronteiras e subsistemas familiares. A seguir recorreremos às abordagens históricas de Samara (1989) e de Campos (2003), buscando compreender os fundamentos dos papéis familiares brasileiros nos tempos coloniais. Prosseguimos com Costa (1979), que nos indicará os rumos do processo de modernização da sociedade brasileira, até alcançarmos o século XX. Nesse ponto, iremos discutir os estudos de Salem (1986) acerca de famílias de classe média no final da década de 1970 e de Vaitsman (1994), que examina a pluralidade das configurações familiares nos dias atuais.

O terceiro capítulo abará a questão central desta dissertação, a geração canguru. Iniciaremos a abordagem pela conceituação de “adolescência prolongada” proposta na psicanálise pelos autores Aberastury & Knobel (1970), Blos (1979) e Dolto (1988). Depois, utilizaremos o conceito de juventude como uma crise de identidade, tal como proposto por Erikson (1968). A adolescentização da cultura também irá ser discutida através das visões de Calligaris (2000) e Morin (1962). Posteriormente, discorreremos sobre a geração canguru e a sua representação pelos veículos da mídia, isto é, jornais e revistas de grandes centros urbanos nacionais e internacionais. Em seguida empreenderemos uma comparação entre a geração canguru e a de seus pais, a “geração paz e amor”.

No quarto e último capítulo, apresentaremos a nossa pesquisa de campo, na qual entrevistamos famílias de classe média da zona sul do Rio de Janeiro, com filhos em faixa etária igual ou superior a 26 anos. Num primeiro momento, a partir do referencial teórico adotado neste estudo, estabelecemos os aspectos mais gerais que norteariam as entrevistas: o alargamento da adolescência, a exaltação da juventude na cultura contemporânea, o igualitarismo nas relações familiares, o adiamento do casamento e as mudanças no domínio do trabalho. A partir disso, elaboramos o roteiro das entrevistas, com base nos seguintes tópicos: a convivência familiar entre as duas gerações e as mudanças perpetradas pela família na interação com o contexto social. As entrevistas foram realizadas em forma de uma conversa dinâmica, porém dirigida. Uma vez concluídas, elas foram transcritas na íntegra.

A análise do material foi feita com base na metodologia de análise do discurso proposta por Nicolaci-da-Costa (1989), a qual ressalta os seguintes pontos de vista: o de que falantes, ouvintes e contexto são sempre originais e

singulares, e o de que a sistematização dos passos da interpretação dos dados deve ser clara e explícita, a fim de evitar uma análise meramente intuitiva. Desenvolvemos então a análise, através do mapeamento dos discursos mais freqüentes nas falas dos entrevistados. Mapeados tais discursos, que em grande parte serão reproduzidos no último capítulo desta dissertação, voltamos a analisá-los reiteradas vezes, procurando chegar a resultados significativos para o entendimento do fenômeno da geração canguru.

Para finalizar, queremos ainda dizer que uma importante motivação para desenvolver o presente estudo foi constatar a inexistência de um referencial teórico que tratasse especificamente da configuração familiar prolongada aqui investigada.

2

O contexto contemporâneo e suas repercussões nas relações familiares

2.1

A incerteza, a instabilidade e a insegurança

Este início de terceiro milênio indica um menu de opções no qual a instabilidade, a incerteza e a insegurança se apresentam como fatores constitutivos do indivíduo contemporâneo. No âmbito da família, esses sentimentos permeiam as relações e provocam mudanças que se fazem sentir nas atitudes e comportamentos frente a situações do domínio social, entendida a família como a instância mediadora entre esse domínio e o indivíduo. Esses sentimentos são efeito de algumas perdas de referências fundamentais instituídas pelas condições de vida nos grandes centros urbanos, pela globalização e o avanço da tecnologia, o desemprego e as novas relações de trabalho, pelo ideal do individualismo, dentre outros fatores que compõem o painel da contemporaneidade ou do mundo na pós-modernidade.

Consideramos relevante desde já ressaltar o significado atribuído ao termo *pós-modernidade* nos limites deste trabalho. De acordo com Bauman (2003) a pós-modernidade consiste em um tipo de condição humana ou sociedade que vem surgindo ao nosso redor e cujas instituições, quadros de referências, estilos de vida, crenças e convicções “mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades auto-evidentes” (p.5). Segundo tal perspectiva, o conceito permite que se compreendam as conseqüências dessa situação na vida cotidiana do indivíduo, bem como permite verificar como esta é afetada pela ausência de sentido de longo prazo num mundo em permanente movimento.

Iniciaremos este capítulo pelo aspecto da globalização, sustentando que a sua relevância para o universo de nossa discussão deve-se à força das transformações de ordem subjetiva e social implementadas na esfera da vida humana de um modo geral, e, em particular, no cotidiano das famílias de hoje. O alto grau de transformações que se operam nas subjetividades e nas relações

sociais, advindas das tensões produzidas pela globalização, constitui um fator preponderante para a compreensão do momento presente. Boaventura Santos (2001), privilegiando em suas assertivas as dimensões sociais, identifica como *globalização* o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, “desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (p.4). Para ilustrar sua abordagem, utiliza o exemplo da globalização do hambúrguer e da pizza, cujo processo “localiza” o bolinho de bacalhau português ou a feijoada brasileira. Em suma, a globalização pressupõe a localização na medida em que impõe um discurso social e cultural hegemônico que torna difícil a uma condição local manter as suas raízes sociais e culturais, assim tornando-a, de alguma forma, “prisioneira” ou “localizada” no âmbito de suas próprias fronteiras.

O fenômeno da globalização amplia os horizontes, abole fronteiras e interconecta experiências que certamente causam grande impacto sobre as subjetividades. O comentário de Hall (1992) sobre a crítica da homogeneização cultural, na abordagem do multiculturalismo, parece oportuno neste momento, como forma de articular o interesse pelos aspectos locais a partir da via da globalização. A assertiva do autor nos proporciona uma melhor avaliação do leque de identificações possíveis que se oferecem ao indivíduo no momento atual. Hall propõe que se observe que, ao lado da tendência à homogeneização global, surge um fascínio em relação a questões como as diferenças culturais, a alteridade e a mercantilização das etnias. Esse fascínio resulta da competência global em requerer e acentuar as especificidades locais, como nos mostrou Boaventura. Em outras palavras, o interesse pelo local emerge na contemporaneidade juntamente com o impacto do global, configurando uma articulação entre os dois aspectos e produzindo, simultaneamente, novas identificações culturais globais e novas identificações culturais locais. Segundo Hall, somos confrontados por uma gama de identidades diferentes que nos atraem e se mostram possíveis como escolha, sendo a difusão do consumismo um fator que contribui para esse efeito de supermercado cultural. Ressaltamos, como exemplo da oferta do específico ou do “exótico” de culturas outrora distantes, a curiosa afirmação: “Se quisermos provar as cozinhas exóticas de outras culturas em um único lugar, devemos ir comer em Manhattan, Paris ou Londres e não em Calcutá ou em Nova Delhi” (p.79).

Com frequência o termo *globalização* está associado a discussões que envolvem o atual estágio do capitalismo. Bauman (2000) em muito contribuiu para esse debate ao conceituar os capitalisms leve e pesado. O *capitalismo pesado* é um termo empregado para representar o apogeu do modelo de industrialização, acumulação e regulação, o modelo fordista ou fordismo. Este seria o representante da sociedade moderna em sua fase pesada, volumosa e sólida. Para o autor, nesse estágio o capital, a administração e o trabalho estavam inexoravelmente ligados, amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinarias pesadas e força de trabalho maciça. O capital permanecia tão enraizado ao solo quanto os trabalhadores que empregava; contudo, “ao buscar rochas suas âncoras encontraram areias movediças” (p.70).

Não obstante, uma nova modalidade da ordem capitalista se apresenta, o *capitalismo leve*, marca registrada da pós-modernidade. O mundo pós-fordista “é um viver num mundo cheio de oportunidades, cada uma mais apetitosa e atraente que a anterior, cada uma compensando a anterior e preparando o terreno para a mudança da próxima” (Bauman, 2000:74). O capitalismo leve e flutuante é marcado pelo desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho, instaurando uma nova liberdade de movimentos impensáveis no passado. “A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho” (*ibidem*, p.171). Em suma, o novo capitalismo ou capitalismo avançado move-se rapidamente, evita o enraizamento, pressupondo que a sobrecarga advinda da formação de laços ou comprometimentos possa tornar-se prejudicial aos seus objetivos, tendo em vista as novas oportunidades que surgem.

Um outro elemento do nosso menu inicial da contemporaneidade, e que podemos sustentar ser tecido na conjunção do capitalismo e da globalização, consiste nas novas bases das relações de trabalho e no emprego assalariado. No ponto de vista de Giannotti (2002), a questão do emprego torna evidente a visão da sociedade de riscos em que vivemos. O fato de a sobrevivência física do indivíduo depender de um salário torna previsível o sentimento de ameaça constante com que ele se depara, considerados a precariedade dos empregos formais, a instabilidade dos informais e o desemprego efetivo ou possível que se observam em tempos de capitalismo leve.

Kurz (2003) acrescenta a essa conjunção o surgimento de uma nova classe social, a *classe global*, construída a reboque dos avanços da tecnologia na década de 1990. Essa classe, segundo o autor, teria sido a grande ganhadora com o implemento da globalização, uma vez que foi forjada entre os avanços do conhecimento e do acesso à tecnologia da informação, estabelecendo-se num *locus* social privilegiado. Seria uma geração fundadora da sociedade informatizada e “constituiria um novo paradigma de dominação social, uma vez que ela dá o tom em termos culturais, generaliza seus valores e faz de suas inclinações específicas o sonho de muitos” (p.10). A classe global, por suas características flexíveis e “desenraizadas”, vem a ser cultuada pelo universo jovem como modelo identificatório calcado em sua extrema mobilidade, domínio da informação e construção de um universo virtual de diversão colocado à venda pelo mercado de consumo.

Esse universo jovem, orientado pela globalização e informação em tempo real, ao adentrar o mundo do trabalho traz consigo essa mentalidade, e dessa forma, segundo Tapscott (1998), pressiona por mudanças no que vem a ser a noção tradicional de uma empresa movida por comando e hierarquia de poder. “O antigo modelo de empresa não pode funcionar em uma economia direcionada pela inovação, imediatismo e interconexão” (p.202). Sendo assim, diante das possíveis oposições encontradas os jovens podem decidir que a melhor maneira de lutar contra o *status quo* vem a ser deixá-lo e sair em busca de seu próprio negócio, o seu empreendimento, o que, de acordo com a pesquisa de uma rede de televisão acerca do universo jovem (realizada em 1999), constitui o ideal da grande maioria desse segmento. Essa geração, afetada pelo desemprego e aliada aos recursos da informação em tempo real, investe em um empreendedorismo que vem a ser uma grande reviravolta no mundo do emprego.

Esse quadro de instabilidade e incerteza, associado ao novo paradigma econômico, se reflete não só na vida pessoal do indivíduo, como também em seus relacionamentos sociais. A esse respeito, Giannotti (2003) assinala que os sentidos vagos e às vezes contraditórios empregados pelas instituições contemporâneas, encarregadas de vigiar o exercício das normas sociais, inviabilizam a formação de uma identidade do trabalhador. Nas sociedades tradicionais, em que as relações de parentesco ou pertencimento a um grupo ou classe social asseguravam a matriz dessa identidade, isso não acontecia. O que se observa hoje, segundo o autor, é

que o capital, ao explorar as diferenças de produtividade do trabalho coletivo, transforma o companheiro de trabalho em um virtual concorrente, uma ameaça à existência do indivíduo como um empregado. Esses seriam os efeitos perversos do processo de assalariamento instável que atinge a sociedade contemporânea como um todo. Simmel (1976) nos chama a atenção para o dilema enfrentado pelo indivíduo, no âmbito do trabalho, ao lidar com a extrema competição nas metrópoles. A conquista de um lugar, de uma fonte de renda que ainda não esteja exaurida e de uma função em que não possa ser rapidamente substituído constituem uma luta diária para esse indivíduo urbano, e a metrópole é a arena desse combate. Para isso, é necessário que o indivíduo se especialize em seus serviços.

A especialização do trabalho reclama do indivíduo um aperfeiçoamento cada vez mais unilateral. E um avanço grande no sentido de uma busca unilateral com muita frequência significa a morte para a personalidade individual. O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda a vida pessoal. (p.23)

Sennett (1998), ao analisar o novo capitalismo, também ressalta o efeito desorientador, na vida do indivíduo, dessa economia baseada no princípio do não-comprometimento a longo prazo. Esse princípio, na visão do autor, afeta a personalidade do indivíduo devido às suas características de não-durabilidade e prazos curtos. O indivíduo necessita de virtudes estáveis como confiança, lealdade e comprometimento para o desenvolvimento de seu caráter, o que de uma certa forma fica inviabilizado, dadas as características dos ambientes de trabalho contemporâneos. Para o autor, as atuais transformações no setor produtivo estão originando uma “sociedade de ovos quebrados”, as perdas produzidas são irreparáveis para a qualidade do convívio social e para a produtividade econômica. O fim do emprego estável e o enxugamento das empresas provocam um efeito perverso ao multiplicar os excluídos do mercado e levar os remanescentes a um crescente desânimo e a um descomprometimento com a empresa.

O sinal mais tangível da mudança da “rigidez” para a “flexibilidade”, na esfera da economia vem a ser uma nova noção de tempo. O fato de haver um

esmaecimento na concepção de “longo prazo” altera a relação do indivíduo com o trabalho. De acordo com as palavras de Sennett (1998):

No trabalho, a carreira tradicional que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho. (p.23)

Sendo assim, as qualidades do compromisso, da lealdade e da confiança, associadas à durabilidade, entram em conflito com as características da nova realidade conectada à flexibilidade e inerente ao sistema de curto prazo. As novas relações de trabalho operam em bases móveis, episódicas e fragmentadas, criando dessa forma a instabilidade tanto no domínio do trabalho quanto da família, em virtude de o tipo de comprometimento fundamentado nessa última ser oposto ao descompromisso efetivado fora dela. Vale lembrar que a família é percebida como um santuário do compromisso e da lealdade.

Como podemos observar, os processos de globalização diluem fronteiras, alteram as percepções de espaço e tempo, modificam os processos e as relações de trabalho e transformam as relações sociais, como também constróem novos atores que irão interagir num palco cujo cenário e texto são reconstruídos a cada momento. De acordo com Bezerra (1999), as três linhas de força em torno das quais esse processo de transformações se desenrola seriam: a ideologia do individualismo, a ascensão da ideologia de mercado e, por último, a expansão das biotecnologias. Tendo em vista os limites desta dissertação, nos ocuparemos das duas primeiras linhas de força propostas pelo autor. Optaremos inicialmente por desenvolver a via dos ideais do individualismo, visto que o consideramos de grande valia na tecelagem dos fenômenos psicossociais contemporâneos, e em particular daquele que vem a ser o objeto da presente dissertação.

A ascensão do individualismo significou uma verdadeira revolução de consciências no Ocidente. Para Dumont (1983) o individualismo é o valor fundamental da sociedade moderna; é o conceito de indivíduo que, na esfera da ideologia, inaugura a modernidade.

Distinguimos dois sentidos da palavra indivíduo: o sujeito “empírico” da palavra, do pensamento, da vontade, amostra indivisível da espécie humana, tal como o observador encontra em todas as sociedades; o ser moral, independente, autônomo e, assim (essencialmente), não social, tal como se encontra, sobretudo, em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade. (p.75)

O autor conecta a concepção de indivíduo enquanto ser uno, autônomo e responsável por seus próprios atos à constituição do cidadão moderno, remetendo assim o conceito de individualismo às origens do pensamento democrático, baseado nos direitos iguais para todos. Dessa forma, articula a noção de indivíduo a um contrato social garantido pelo Estado, no qual este direciona direitos e deveres. Segundo sua visão, existe uma correlação entre os ideais igualitários e libertários experimentados a partir da Revolução Francesa e o surgimento e hegemonia do conceito de indivíduo como valor social.

Também Simmel (1971) nos apresenta duas noções de individualismo. A primeira, a de *singleness* – tal como em Dumont inspirada no iluminismo –, baseia-se numa revolução quantitativa ou numérica, na qual o indivíduo se destaca do todo social como uno e se faz representar na idéia de igualdade, na crítica à hierarquia, entre outros. A segunda noção – embalada no contexto do romantismo alemão de fins do século XVIII, e indo além da visão de Dumont – vem a ser a de *uniqueness*, a qual diz respeito ao individualismo da singularidade, da diferença ou da qualidade. Voltado para a exploração das paixões, da interioridade, da idiosincrasia, esse individualismo prega que “cada um é singular”. Sendo assim, segundo o autor, pode-se identificar uma trajetória histórica no conceito de individualismo, embora essas duas noções não tenham sido excludentes, uma vez que coexistiram no século XIX. Para Coutinho (2002), as duas revoluções individualistas apontadas por Simmel são atualíssimas no mundo de hoje, onde a falência do ideal universalista presente no contrato social contribui para a instauração de um novo modelo de individualismo.

A noção de individualismo como *uniqueness* é frequentemente considerada um grande contributo para a compreensão do indivíduo contemporâneo. De acordo com Bezerra (1999), grande parte dos dilemas e conflitos surgidos nas últimas décadas na vida urbana se deve ao extremo desenvolvimento de elementos presentes na ideologia do individualismo. Para a conquista da singularidade absoluta há a recusa de filiações e heranças simbólicas,

o que leva a uma perda de referenciais tradicionais e à experiência do sentimento de desamparo pelo indivíduo contemporâneo.

A ascensão da ideologia de mercado é também um importante aspecto contemporâneo a influenciar os comportamentos humanos e como tal se afirma como uma das forças de transformação das relações afetivas e sociais. Sem dúvida, num mundo onde a ideologia dominante é a disputa de mercado, o indivíduo, transformado em consumidor e incumbido de manter o fluxo em andamento, vivencia experiências de fragmentação e superficialidade. Bauman (2000), ao dissertar acerca da problemática da sociedade de produtores *versus* sociedade de consumidores, ressalta que a pós-modernidade envolve seus membros na condição de consumidores e não de produtores. A sociedade produtora, de acordo com suas palavras, é fixa, sólida e pesada, obedece à conformidade assim como protege os limites entre as normas e as anormalidades. Por outro lado, a vida organizada em torno do consumo deve se bastar sem normas, referências ou comparações, e deve ser orientada pela sedução e pelo desejo sempre crescentes. O consumidor deve ser flexível e ajustável para enfrentar e absorver o novo e o surpreendente que vêm a ser exaltados nas condições de vida postuladas por essa ordem.

Em última instância, talvez possamos dizer que a insegurança afeta o indivíduo na medida da sua imersão num mundo que não oferece proteção, não auxilia o enraizamento e o compromisso através dos laços afetivos e sociais, e que a sensação de deriva representa o estar em uma sociedade em movimento. Tanto a incerteza quanto a instabilidade completam esse cenário contemporâneo e constituem o solo fértil para o aparecimento do já conhecido mal-estar da pós-modernidade.

2.2

A “horizontalização” nas relações familiares

O nascimento das relações igualitárias ocorreu, de acordo com Sennett (1974), quando o conceito moderno de personalidade afetou o equilíbrio entre a vida pública e a vida privada. Isso quer dizer que a linha divisória entre os campos

da família e do mundo exterior, estabelecidos em função dos cânones modernos, foi atravessada pela personalização do mundo público. Isso deve-se ao fato de que a impessoalidade do mundo público foi quebrada pela necessidade de expressão das personalidades individuais, o que fez nascer a sociedade intimista na qual a impessoalidade passou a ser banida para que as questões da personalidade pudessem adquirir sentido.

A ideologia da intimidade tem suas bases na crença de que a aproximação entre as pessoas é um bem moral e no mito de que o mal da sociedade é o que ela produz de impessoal. Sendo assim, “a aspiração hoje predominante é de desenvolver a personalidade individual através da experiência de aproximação com os outros” (Sennett, 1974:317). Em suma, os relacionamentos são possíveis quando se aproximam das preocupações psicológicas da pessoa. O mundo então se tornou “psicomórfico” e, desse modo, nos autorizamos a inferir que o indivíduo passou a efetuar uma leitura de si mesmo e do mundo que o cerca a partir da problemática do “eu”. Salem (1989) acrescenta que a valorização do sujeito psicológico não prevê um exercício solitário de vida; pelo contrário, exalta a capacidade de abertura e expressão, seja numa relação terapêutica ou na relação com amigos, parceiros, enfim, com os “iguais”, o que configura uma prática social compartilhada, baseada na premissa de que é na interação com o outro que o indivíduo pode aceder a si mesmo.

Voltando a Sennett (1974): a crença de que as relações humanas reais são demonstrações de personalidade para personalidade abre um horizonte de valorização do psicológico e de possibilidades de relações baseadas no contato intimista. A visão hoje predominante é a de que relacionamentos de qualquer tipo se tornam mais reais, críveis e autênticos, quanto mais próximos estiverem do universo psicológico da pessoa. Essa crença constitui a ideologia do íntimo, na qual a intimidade é um terreno de visão, uma expectativa nas relações humanas. Remover as barreiras do íntimo significa um caminho em direção à franqueza e abertura mútuas. Em suma, toda essa argumentação se refere aos bens morais herdados do século passado, calcados na idéia de que os males da sociedade se devem à soma da impessoalidade, da alienação e da frieza do mundo público, as quais atravessaram a cultura contemporânea e levaram o indivíduo a buscar significações pessoais em situações impessoais, em objetos e nas próprias condições objetivas da sociedade.

O igualitarismo é a mola mestre do individualismo, posto que os pilares deste foram forjados justamente na igualdade dos indivíduos, assim como na autonomia e liberdade. Portanto, individualismo e igualitarismo seriam configurações profundamente imbricadas, as quais viriam a constituir uma ética, uma moral coincidente com o mundo contemporâneo. Como nos diz Salem (1989), a ética individualista-igualitária se compõe de “três princípios morais que estruturam o modo do indivíduo se definir e avaliar a realidade a sua volta: a psicogenicidade, a igualdade e a mudança” (p.25). A *psicogenicidade* remete ao movimento de individualização, interiorização e privatização do indivíduo; dito de outro modo, este se percebe como ser psicológico livre de qualquer transcendência e age de acordo com a sua lógica interna. Sendo assim, o indivíduo privilegia o seu “eu” e ganha força um discurso proveniente dos saberes da psicologia. Ao cultivar a dimensão de si próprio, afasta os valores e normas sociais, vistos como constrangedores da sua condição singular. Isso quer dizer que se sobrepôr às regras sociais é poder estar atento às demandas internas. O princípio da *igualdade* vem a se estabelecer como complemento ao princípio anterior, uma vez que irá estruturar dois aspectos da dimensão social: o primeiro aspecto se refere às instâncias sociais comprometidas com estruturas que se baseiam na hierarquia e que emitem códigos de obrigações, sendo, portanto, consideradas nocivas ao indivíduo; o segundo aspecto diz respeito a uma dimensão do social conjugada ao princípio da igualdade, ou seja, corresponde a um setor social des-hierarquizado, aliado aos preceitos da liberdade e do prazer, distante dos constrangimentos do reino social. Esses dois aspectos correspondem a uma noção de “bipartição do social” (p.26) e o princípio da igualdade irá valorar a vigência de cada um deles. O terceiro princípio ético, o da *mudança*, traduz o compromisso do indivíduo com o aperfeiçoamento pessoal até o limite imputado pela categoria que ele deseja atingir.

Salem (1989) ressalta que os três princípios

estruturam e dão corpo ao ideal de uma conjugalidade vigente, e que adquire forma no que cunho de casal igualitário. Minha hipótese central é a de que essa modalidade particular de casal constitui, tão somente, uma derivação lógica dos princípios em torno dos quais se arma a moral desse universo. (p.28)

Assim como Salem (1989) analisa a relação conjugal a partir de todo um quadro histórico e ideológico, nós, nesta dissertação, analisamos as relações familiares sobre o mesmo pano de fundo. Sendo assim, a noção de *família igualitária* abarcaria os mesmos valores de refutação do ordenamento hierárquico e das regras de comportamento pré-estabelecidas pelas instituições sociais; ao lado disso, incentivaria um maior investimento nas relações dentro de seus domínios, tais relações agora concebidas de forma horizontal.

Lasch (1977) sustenta que a ideologia da “igualitarização” das relações vem a estabelecer a máxima de que “só os iguais podem manter relações satisfatórias” (p.185). As relações igualitárias, baseadas na condenação de qualquer expectativa, padrão ou código de conduta desigual, são vistas como as relações reais e autênticas que expressam fielmente a ideologia da busca do íntimo que marcou o final do século XX. Realmente, dadas as condições contemporâneas de mudanças aceleradas, de transitoriedade e de intensa variedade de escolhas, é natural que os papéis familiares requeiram uma maior flexibilidade para suportar esse quadro referencial. Acerca do respeito às individualidades, característica desse tipo de relação, podemos dizer que ele se pauta na rejeição ao desempenho “forçado” dos papéis familiares. Isso quer dizer que esses papéis definidos rigidamente, como os de esposa, marido, pai, mãe e filho, de alguma forma violentam as necessidades e sentimentos individuais e, portanto, a flexibilização no exercício dos mesmos se torna necessária.

A respeito da flexibilidade, Sennett (1998) assinala o sentido curioso da palavra, derivado da observação das árvores que, ao se dobrarem por força do vento, sempre voltam à posição normal. Com isso, a palavra *flexibilidade* se refere à capacidade de ceder e recuperar-se, e esse sentido pode ser estendido ao comportamento humano flexível, que se adapta a diferentes circunstâncias mas sem se deixar quebrar por elas.

Os papéis familiares predeterminados por conjuntos de padrões sociais não vêm a ser uma proposta democrática e compatível com a noção de igualdade. Lembremos, por exemplo, a situação da mulher: em tempos pré-igualitários, os papéis sexuais a colocavam em uma posição de imobilidade e de dependência na hierarquia conjugal. A proposta das relações calcadas numa linearidade horizontal pretende se desvencilhar da rigidez dos papéis e das expectativas que os acompanham. Os fatores que desencadearam a flexibilização desses papéis são

oriundos da revolução sexual, do feminismo, da contracultura das décadas de 1960 e 1970 e da tolerância aos estilos de vida alternativos, dentre outros.

Vaitsman (1994), em sua pesquisa sobre as novas identidades familiares nas circunstâncias da pós-modernidade, enfatiza que as transformações observadas no âmbito do casamento e da família se devem às aspirações individualizantes da atual geração, em contraste com a visão de mundo e de diferenças de gênero da geração anterior, as quais se baseavam na rigidez e na padronização de papéis. A classe média urbana brasileira, foco do estudo da autora, reduto de normas rígidas e papéis sexualmente hierarquizados, foi atravessada pela heterogeneidade e diversidade dos comportamentos contemporâneos que construíram profundas mudanças nos padrões do casamento e da família.

Essas transformações foram calcadas nos novos posicionamentos femininos, conquistados sob a perspectiva do individualismo, e na flexibilização dos papéis e comportamentos tanto do homem quanto da mulher, observados nas práticas familiares e conjugais atuais.

Aprofundando a flexibilização dos comportamentos, observou-se a tendência a que homens e mulheres desenhasssem mais claramente os contornos de suas individualidades e de suas diferenças. Redefinindo permanentemente suas prioridades, quebram ainda mais a rigidez do discurso. Nos anos 90, a participação nos domínios públicos e privados não se coloca mais como uma coerção. (p.174)

Dessa forma podemos dizer que a família vivenciou o conflito entre a proposta igualitária e a prática hierárquica e pôde então transformar-se em função dessas novas realidades. Isso não quer dizer que a família estruturada na hierarquia de papéis não exista mais; ela convive com outras alternativas de convivência baseadas na pluralidade e heterogeneidade. No entanto, os primeiros tempos do individualismo e igualitarismo resvalaram num discurso rígido de diferença hierarquizante entre os sexos, o que, em termos de convivência familiar, veio a provocar um alto nível de conflitos. Esses momentos iniciais do processo desdobraram-se então em uma flexibilização maior de posicionamentos, permitindo assim que as diferenças individuais pudessem ser mais claramente delineadas. Com isso, os papéis definidos em bases igualitárias puderam ser reconstruídos ou redefinidos em função das necessidades ou prioridades do casal

ou da família. Dito de outro modo, ao lidar com situações cambiantes e transitórias o indivíduo pôde mudar sua visão de mundo e criar novas possibilidades na prática relacional.

Singly (1993), ao dissertar sobre a família contemporânea, ancora-se na premissa de que a passagem da família moderna para a pós-moderna se resume ao fato de que essa última centraliza-se na relação. Isso quer dizer o seguinte: “o que mudou foi o fato de que as relações são valorizadas pela satisfação que elas proporcionam a cada um dos membros da família” (p.89). Um desdobramento dessa centralização vem a ser o lugar privilegiado ocupado pela relação conjugal na estrutura familiar contemporânea. Segundo o autor, os papéis de cônjuges se sobrepõem aos de pais na concepção contemporânea de família. De todo modo, os papéis familiares obedecem a uma demanda, explícita ou não, de autonomia e de desvalorização dos laços de dependência.

Féres-Carneiro (2001) também assinala a primazia da individualidade nas relações conjugais e nos diz que a construção do laço conjugal implica uma constante reivindicação e a desvalorização do lugar de dependência. O compromisso nessas relações é o de preservar a autonomia individual, e a relação se sustentará até quando se mostrar prazerosa e útil para cada um. Além disso, no ímpeto de buscar uma maior autonomia na criação do laço conjugal, os cônjuges vinculam-se de duas formas: enfatizando as exigências do casal, isto é, configurando o “dois em um”, ou privilegiando as exigências de cada um.

Voltando às formulações de Salem (1989), vemos a autora afirmar que a formação do casal igualitário se assenta na idéia de uma exigência de igualdade, e essa representação engendra as realidades que irão permear a sua convivência. Essas realidades se qualificam e singularizam a partir da “dissipação das qualidades diferenciais”, ou seja, das qualidades associadas aos papéis padronizados de acordo com o sexo. Tomemos como exemplo um marido e pai que se vê angustiado pela falta de tempo dispensado ao filho, e que se propõe a aumentar sua participação junto a este negociando com a esposa um maior envolvimento dela nas atividades extra-familiares para que ele possa desfrutar desse convívio. No exemplo, estaria presente o princípio da indistinção dos universos masculino e feminino, anteriormente determinados por injunções sociais rígidas e baseados na distinção sexual, e agora valorados pelo princípio da igualdade. As seguintes palavras da autora reiteram essas premissas:

A complementariedade simétrica parece-me instituinte do arranjo no qual se funda o casal igualitário. Diferenças entre cônjuges são decerto admitidas, mas elas não se identificam nem com a “interdependência hierárquica” assinalada por Dumont, nem com as diferenças estatutárias propaladas por Lévi-Strauss. De fato, na modalidade do casal que nos ocupa, o reconhecimento e mesmo o enaltecimento das diferenças se desloca para o plano mais propriamente subjetivo. A complementariedade entre parceiros deve ser cumprida nesse nível. Realiza-se assim a compatibilidade entre a igualdade e o pluralismo ou entre a igualdade e a distinção. (p.31)

Assim, os parceiros seriam iguais no que concerne aos valores concernentes à relação e distintos em termos das individualidades, e os mesmos princípios valeriam indistintamente para os dois sexos.

Conforme Lasch (1977), o culto das “relações interpessoais pouco exigentes” ou relações igualitárias se baseia ou incorpora a ideologia dos “compromissos não-obrigatórios” ou “relações abertas”, ideologias que registram bastante fielmente as necessidades psicológicas do final do século 20 (p.184). O conceito de compromisso não-obrigatório proposto pelo autor abarca e traduz o estado das relações interpessoais contemporâneas. Configura uma ideologia baseada na descrença de um futuro e uma relutância em se preparar para ele. A ideologia do compromisso não-obrigatório condena expectativas e anula exigências nas relações, direciona o interesse pelo outro apenas como fonte de prazer imediato do si-mesmo.

O fato das relações igualitárias, compromissadas ou não, serem um registro dos novos tempos nos autoriza a inferir que as relações vividas no espaço familiar implicam essa condição. Podemos observar, por exemplo, na etapa de vida da adolescência, o grau de modificações subjacentes a essa condição de igualdade e esmaecimento das hierarquias. Isso se faz representar na cumplicidade e amizade, valores exaltados na convivência familiar e percebidos na relação entre pais e filhos adolescentes. As famílias, ao pretenderem criar um ambiente facilitador para o desenvolvimento pessoal dos seus membros, criam uma espécie de estufa protegida contra os males oriundos do mundo de fora. Nesse espaço se vivencia uma certa isenção de conflitos e dificuldades que freqüentemente permeiam essas relações; sendo assim, o esmaecimento das distâncias hierárquicas, representado na ausência de uma autoridade parental explícita, evita o conflito geracional necessário para a independência emocional dos filhos.

Nesse domínio das relações pais e filhos, Dolto (1988) assinala que uma das formas de repercussão do igualitarismo nas relações vem a ser a falência da autoridade paterna na família atual. A hierarquia antes existente sucumbiu aos ideais igualitários e a relação passou a sofrer de uma neutralidade passiva, um silêncio ao qual não se reage. Se por um lado os laços familiares se mantêm protegidos, por outro se prolongam em excesso ou até mesmo impedem a conquista da autonomia necessária para o alcance da liberdade e independência da vida adulta.

Da mesma forma que nas relações afetivas, o igualitarismo, considerado nas relações de trabalho, provavelmente revela o sentido da igualdade e da mudança e a recusa à hierarquia e ao “englobamento”. Um exemplo disso vem a ser a geração denominada por Tapscott (1998) de “geração digital”, composta por jovens adultos direcionados pela tecnologia da informação que, ao não acreditarem nas instituições tradicionais, propõem relações de trabalho baseadas em modos não-hierárquicos e configuram uma nova mentalidade no mundo dos negócios: o empreendedorismo, o trabalho independente. “Na nova economia do conhecimento a unidade básica na geração de riqueza passa da hierarquia para o indivíduo interligado em rede” (p.203). A autonomia, nesse caso, passa a ser um valor fundamental, assim como a colaboração, que, ao se basear na premissa do respeito mútuo pela experiência e conhecimento, favorece os relacionamentos de igualdade em detrimento da hierarquia (p.204).

A falência das instituições tradicionais tem sido indicada por muitos autores como uma marca de transição do moderno para o contemporâneo. Os compromissos duráveis – sejam eles afetivos ou relacionados ao sistema social mais amplo, como o trabalho, por exemplo – parecem não combinar com a velocidade da experiência cotidiana. Em Lasch (1984) encontramos uma interessante versão do indivíduo contemporâneo na qual este é admitido como um sobrevivente e adota impulsos defensivos associados a esse estado. O autor ressalta que os compromissos de longo prazo e as ligações emocionais trazem certos riscos num mundo instável e imprevisível.

Na medida em que os homens e mulheres comuns não tenham confiança na possibilidade de uma ação política coletiva, não tenham esperança de reduzir os perigos que os cercam, eles acharão custoso ir adiante, sem adotar algumas das táticas do sobrevivencialismo. (p.83)

O indivíduo como sobrevivente do cotidiano desliza entre um sentimento permanente de crise e uma impotência e desinteresse em relação às questões públicas. O risco de guerra nuclear, a ameaça de catástrofe ecológica, ou simplesmente o medo do envelhecimento, da doença, da dificuldade em se manter um relacionamento estão presentes na vida diária e geram comportamentos próprios de situações extremas, como “uma individualidade multiforme e uma anestesia emocional” (Lasch, 1984:84). É como se fosse um sentimento permanente de espanto diante da constatação de que nada deverá durar.

As táticas de sobrevivência referidas por Lasch, tais como as evitações de compromissos a longo prazo e de formação de vínculos afetivos duradouros, podem sintetizar a problemática das relações interpessoais contemporâneas presentes na esfera social. A esfera familiar pode ser pensada como uma tática de sobrevivência de extrema importância na medida em que ela constitui, para todos os seus membros, um refúgio contra os “perigos que os cercam”. É nesse sentido que o fenômeno *geração canguru* – uma construção das individualidades contemporâneas vivida na esfera familiar – reflete a trajetória do indivíduo em circunstâncias históricas que, por sua grande incerteza, instabilidade e insegurança, levam-no ao desenvolvimento pessoal de táticas defensivas contra o risco e a ameaça constantes.

O tipo de relação afetiva produzida entre os jovens fora da esfera familiar baseia-se na ideologia do não-compromisso e abarca esse conjunto de transformações que podem ser observadas no processo de subjetivação dos indivíduos jovens. Os relacionamentos afetivos atuais, como vimos, se mostram sujeitos à exacerbação do individualismo. O universo das relações afetivas dos jovens se constitui a partir das vicissitudes da pós-modernidade no que concerne à excessiva valorização do eu nos tempos atuais, configurando uma verdadeira cultura narcísica. Para Birman (2000), o autocentramento do indivíduo atingiu limites impensáveis, e a alteridade vem se reduzindo ao silêncio e, não raro, ao apagamento. Os efeitos dessa transformação na esfera das relações afetivas vêm a ser a “manipulação do outro, o seu não-reconhecimento, a predação do corpo do outro como forma de privilegiar a auto-exaltação e a glorificação do si-mesmo” (p.167).

Articulando essas idéias ao universo jovem, nos deparamos com um tipo de relacionamento característico dessa geração, o “ficar”, no qual não existe o

compromisso; o momento e o prazer imediato são as bases desse código. Para Chaves (2001), o “ficar” é o *fast-food* das relações afetivas. O indivíduo ingere o relacionamento de forma voraz, “fica” com vários parceiros, numa troca infundável de objetos sem identidades definidas, na esperança de não sentir um vazio, uma falta interna. Em alguns momentos ele se dá conta de que ficar é um paliativo, uma ilusão; em outros se deixa levar pelo prazer imediato da experiência. Já para Mendes de Almeida e Tracy (2003) a prática do ficar deve ser compreendida na rede de significações do “nomadismo” e da transitoriedade espacial e temporal, características das experiências subjetivas do momento presente, assim como da “economia de contato” difundida entre os jovens.

Tomando o quadro de mudanças contemporâneas e a velocidade das novas formas de experiência social e afetiva como referenciais, podemos então destacar dois aspectos importantes para a condução das nossas reflexões. O primeiro vem a ser a ideologia do *descompromisso*, na qual estão pautadas as relações afetivas atuais. Ao nos remetermos ao objeto desse estudo, a geração canguru, percebemos que esses jovens adultos deslizam pelo descompromisso tanto social quanto afetivo, parecendo não se preocupar com o compromisso de uma vida fora dos muros familiares, nem com os seus relacionamentos afetivos. O outro aspecto vem a ser a perspectiva do *igualitarismo* que horizontalizou as relações anteriormente calcadas na rigidez hierárquica e flexibilizou o exercício dos papéis familiares, oferecendo novas possibilidades e alternativas de convivência. As famílias que compõem o nosso universo de pesquisa se organizam e se estruturam em torno desses novos papéis e portanto configuram o que pode ser denominado de *família igualitária*.

3

A família: da imposição à negociação

3.1

Perspectivas teóricas

De acordo com a proposta metodológica deste estudo, é nossa intenção apresentar diferentes visões do universo familiar e articulá-las aos objetivos da pesquisa. Portanto, dentre as diversas formulações acerca do assunto, optamos por aquelas que mais se integram e acrescentam fundamentos teóricos ao tema, objetivando realizar uma reflexão clara e relevante. A importância da tese lévi-straussiana para este estudo consiste na visibilidade que ela confere à passagem de uma conceituação naturalizadora de família para uma concepção que leva em conta a cultura na qual ela se insere. Já o campo teórico construído por Parsons (1964) permite a contemplação da noção funcional de família e a dinâmica dos papéis desempenhados por seus membros, uma grande contribuição para o entendimento das relações entre pais e filhos. Por sua vez, introdução e desenvolvimento do conceito de estrutura familiar formulado por Minuchin (1980) nos permite avançar numa das questões centrais desta dissertação, que vem a ser a interpenetração das esferas sociais, familiares e das novas subjetividades. Desse modo, o percurso teórico aqui feito pretende aprofundar a noção do universo familiar através de uma ancoragem interdisciplinar, objetivando, com isso, uma melhor compreensão da temática do presente estudo.

3.1.1

Lévi-Strauss e o conceito de família: do natural ao cultural

Ao prefaciar o primeiro volume da *História da família* (1986), Lévi-Strauss afirmou que na história do gênero humano não se conhece nenhuma sociedade em que a família nuclear não tenha estado presente. A família seria

então um fenômeno universal que supõe por um lado o casamento, uma aliança, e por outro a filiação. Afirmou também que antropólogos e sociólogos se situam como em duas seitas rivais, quando em seus debates o foco é a família. O autor nomeia essas visões opostas como vertical e horizontal. Para os adeptos da visão vertical, a família é formada por um homem, uma mulher e os seus filhos, constituindo um primado elementar calcado em fundamentos biológicos e psicológicos. A família seria um fato natural baseado em manifestações instintivas tanto para a reprodução como para a criação dos filhos. Sendo assim, a família elementar seria a pedra fundamental de toda a organização social.

Já os adeptos da visão horizontal enfatizam a rede social formada pelas alianças familiares. Em relação a essa noção o autor comenta:

Este movimento perpétuo de vaivém, que desagrega as famílias biológicas, transporta os seus elementos à distância, os agrega a outros elementos para formar novas famílias, tece redes transversais de aliança nas quais vêm linhas de força que engendram toda a organização social”. (p.8)

Para os que trilham essa “seita”, segundo o autor, o que importa é a própria trama fundada nos interditos matrimoniais, na união de duas famílias e posteriormente na sua fragmentação para que uma outra possa se iniciar, e assim por diante. Esse movimento constante de desmembramento e recomposição tece as “urdiduras” da sociedade humana.

A dualidade apresentada por Lévi-Strauss é uma referência à passagem do natural para o cultural. A família conceitualmente fundada no campo biológico é atravessada e submetida à ordem do social e da cultura. Essas dificuldades de ordem conceitual se baseiam “na natureza dual da família, simultaneamente fundada em necessidades biológicas como também submetida a constrangimentos da ordem do social” (p.8). A família, instituição social fundamentada no biológico, está presente em todos os tipos de sociedade. Segundo Gough (1980), ao converterem-se em caçadores, os nossos antepassados iniciaram através da divisão sexual do trabalho o processo de vida familiar e cooperação em grupo. Seria impossível a sobrevivência sem contarem com o trabalho e a produção do outro sexo, portanto, a união constituía o único caminho possível.

Conseqüentemente, não existe família sem sociedade nem sociedade sem família. Uma não seria possível sem a outra, uma vez que se construíram num

sentido complementar. E para além da união dos sexos e da procriação, que criam ligações biológicas entre seus membros, é preciso que a família estabeleça laços sociais. Estes, tecidos numa malha de proibições e deveres, têm como finalidade dificultar o rompimento ou dissolução da família. Esse seria o jogo das alianças matrimoniais assim como a proibição do incesto seria uma das tramas do tecido social.

Gough (1980), ao dissertar sobre a família, sublinha a importância dos dispositivos culturais para a compreensão da mesma. Enfatiza que os seres humanos, ao aprenderem a controlar seus desejos sexuais e a suprimir a agressividade e rivalidade entre si, garantiram a sobrevivência da espécie. “Sem esse autocontrole inicial, que se manifesta na proibição do incesto e na ordem moral da vida familiar primitiva, a civilização não teria sido possível” (p.24). A noção de família implicaria, além do autocontrole, o desenvolvimento da linguagem, a cooperação e a aprendizagem cultural.

Retornando a Lévi-Strauss (1986): apesar de afirmar que a família elementar ou nuclear seria um fenômeno universal, ele próprio relativiza sua afirmação, ao argumentar que ela pode variar de acordo com a multiplicidade de seus contextos sociais, culturais, econômicos ou religiosos. Em algumas sociedades ela pode tomar formas particulares, de acordo com as possibilidades que se apresentam (Lévi-Strauss, 1980). Esse seria o caso dos nayar, importante população da Índia em que as crianças pertencem à linhagem materna e a mulher é livre para ter quantos homens quiser. Os homens são meros visitantes ocasionais sem desempenho especial. Outro exemplo assinalado por Gough (1980) é a curiosa forma de compartilhamento das esposas dos esquimós, que são oferecidas aos visitantes como forma de hospitalidade.

No que diz respeito à posição da mulher nas sociedades primitivas de caça e colheita, Gough sustenta que o grau de subordinação feminina ao homem variava de acordo com as circunstâncias locais. Por exemplo, as mulheres gozavam de mais poder na medida em que tinham maior participação na produção de artefatos derivadas da colheita ou da pesca. E, inversamente, estariam mais subordinadas quando se dedicavam à preparação dos produtos trazidos pelo homem. Podemos entender que em locais nos quais havia pouca caça e a colheita era importante, elas desfrutavam de maior prestígio.

Voltando à questão da variabilidade dos contextos culturais e sua implicação nas configurações familiares, podemos introduzir o exemplo utilizado por Lévi-Strauss (1980) em referência à Alemanha nazista, onde se iniciou uma ruptura familiar em função de condições específicas. Por um lado os homens, que, ao se dedicarem às atividades políticas e de guerra, se compraziam com o prestígio das suas situações e experienciavam uma liberdade incompatível com a vida familiar. Por outro lado, às mulheres ficavam destinadas os três “K” funcionais: Kuche, Kirche, Kinder (cozinha, casa e crianças). “É fácil imaginar que, se esta situação tivesse perdurado várias centenas de anos, esta clara divisão de funções entre homens e mulheres teria podido dar lugar a um tipo de organização social em que a unidade familiar gozasse de tão limitada consideração como entre os nayar da Índia” (pp.3-4).

Mediante tais observações, podemos compreender que o imenso repertório da sociedade humana nos leva a crer que a família não evolui unilinearmente, do arcaico ao resultado de uma longa evolução. Lévi-Strauss (1986) afirma: “aquilo que tomamos por evolução não passaria então de uma seqüência de escolhas entre as possíveis, resultantes de movimentos em sentidos diversos nos limites de uma rede já traçada” (p.11). Em outras palavras, é no bojo das duas grandes ordens, a do biológico como diferença sexual, e a do simbólico como as proibições e deveres, que a instituição familiar vem desenrolando sua história e transformações.

3.1.2

A família nuclear funcionalista de Parsons

Ao propor o desenvolvimento de uma ciência social moderna que agregasse as idéias de Freud acerca da internalização, as idéias sociológicas desenvolvidas por Durkheim, Cooley¹ e Mead e a teoria geral dos sistemas, o sociólogo de Harvard Talcott Parsons se afastou da discussão proposta pela antropologia e sociologia. Estas defenderiam a identificação de diferenças entre

¹ Cooley partilhava com Spencer, Comte e Durkheim a idéia de que a mente é um produto social e a personalidade uma função do papel. A sociedade é considerada como a totalidade de papéis sociais, uma interação combinada de personalidades. (Lasch, 1977:55)

fenômenos observados em uma sociedade e outra. Na visão de Parsons (1964) o que deveria ser feito seria a tentativa de encontrar as características comuns a todas as sociedades e as forças envolvidas na manutenção dessas características comuns. Para tanto, propõe uma Teoria Estrutural-Funcional cujo referencial teórico único de classificação abarcaria as características gerais e específicas das sociedades.

Objetivando uma maior clareza na abordagem do conceito de família nuclear proposto por Parsons, consideramos relevante iniciar esse percurso com a noção do funcionamento da família enquanto um sistema. Os conceitos de sistema, equilíbrio e sistema social utilizados pela Teoria Geral de Sistemas estão presentes nas formulações do autor. Para ele, os sistemas humanos são sistemas socioculturais, organizados segundo papéis e estruturas e caracterizados por estabilidade, hierarquia, poder e controle. Nesse sentido, os sistemas socioculturais seriam estabelecidos e mantidos por papéis sociais e estruturas sociais, assim como submetidos à ordem e estabilidade relacionadas à hierarquia, até que a satisfação das necessidades do sistema fossem obtidas. A teoria dos sistemas nos diz que para um sistema manter sua estabilidade são necessárias duas condições: a homeostase e a permanência. Com isso, para que o sistema se estabilize, a relação entre os componentes do mesmo e os processos que ocorrem em seu interior devem se dar de forma que a estrutura e os componentes permaneçam os mesmos. A visão proposta pelo modelo parsoniano é a de que o indivíduo é envolvido pelo sistema familiar; a família, pela comunidade; e esta, pelo sistema social mais amplo.

Para Parsons, indivíduo e sociedade são mais do que interdependentes, eles se interpenetram.

Enquanto o principal conteúdo da estrutura da personalidade é derivado do sistema social e cultural através da socialização, a personalidade se torna um sistema independente através das suas relações com seu próprio organismo e através da “uniqueness” da sua própria experiência de vida. Ela não vem a ser um mero epifenômeno da estrutura da sociedade. No entanto, não há somente interdependência entre o indivíduo e a sociedade mas interpenetração. (p.82)

Do ponto de vista sociológico, essa área de interpenetração é construída pelos papéis, ao longo de todo o processo de socialização. A estrutura social é um sistema de expectativas padronizadas do comportamento de indivíduos que

ocupam um *status* específico no sistema social. Esse sistema de expectativas padronizadas é o próprio sistema de papéis. Os papéis são interdependentes, o indivíduo exerce diversos papéis que determinam sua participação numa coletividade. A coletividade, por sua vez, é composta por uma cultura normativa que define valores, objetivos, normas, direções, ordens de papéis que serão desempenhados nas situações específicas do indivíduo.

Há várias definições para o conceito de “papéis” na literatura sociológica. Contudo, considero como mais adequado às minhas proposições a concepção de que, um papel é um sistema organizado de participação de um indivíduo no sistema social, entendendo organização do sistema social como coletividade. Os papéis constituem o foco básico da articulação e da interpenetração entre personalidades e sistemas sociais. (p.261)

Do ponto de vista psicológico, os papéis teriam duas funções, segundo o autor. A primeira função seria a de estruturar a realidade de ação do indivíduo para que ele pudesse tomar atitudes adequadas ao interagir com outros indivíduos, definir os padrões de atitudes e sinalizar as conseqüências do contato com o outro. A segunda função seria a de estruturar os padrões morais introjetados no processo de socialização, os quais seriam os conteúdos do superego.

Segundo Parsons, a estrutura da família nuclear se diferencia em quatro papéis, mãe, pai, irmão e irmã, não existindo nenhum sistema social conhecido em que esses papéis não se encontrem discriminados uns dos outros. A eficiência dessa família depende do desempenho das funções desses papéis e da posse dessas características.

O critério mínimo de família nuclear vem a ser, sugiro, que, primeiro, exista uma relação sólida entre uma mãe e uma criança que perdure por um certo número de anos e transcenda os cuidados básicos fisiológicos. Em segundo, em sua maternagem, a mulher deve ter um relacionamento especial com um homem, que vem a ser, sociologicamente, o pai da criança. Essa relação é o foco de legitimação da criança e seu *status* referencial no sistema social mais amplo. (p.59)

Ao definir *família nuclear*, Parsons considera relevantes as suas seguintes características: ser um grupo pequeno com uma média de sete membros; diferenciar-se estruturalmente em torno dos eixos de poder ou hierarquia e de uma distinção de papéis instrumentais e expressivos; e representar essa distinção sob a forma de liderança, que deverá ser marcada por uma forte coalizão. O grupo

familiar ainda apresenta outras características marcantes, como a de ser um grupo de auto-destruição – ou seja, quando os filhos atingem a maioridade tendem a formar uma nova família, deixando de ser membros da original; e a de que essa nova família deve se estruturar sob um signo de alto nível de envolvimento afetivo.

Essas duas características, a de auto-destruição e de alto envolvimento afetivo compõem um fator de grande relevância na estruturação social mais ampla. Na medida em que as famílias são sistemas que interagem com outros sistemas, há a necessidade de que os papéis exercidos tanto dentro quanto fora dela mobilizem seus membros a formarem alianças para a sua sobrevivência. Da mesma forma, é preciso que desempenhem a função de motivar a aquisição de laços não-familiares, para que seja possível a sua perpetuação, isto é, a formação de novas famílias nucleares. Esse jogo de papéis é facilitado, segundo o autor, por uma necessidade de gratificação erótica que permeia as relações familiares.

O erotismo também é apontado por Parsons como fio condutor das relações familiares. O componente motivacional erótico se constrói na criança a partir da relação de prazer que se estabelece entre a mãe, o pai e a criança, uma relação de reciprocidade erótica. De acordo com Felzenwalb (2003),

o objeto erótico primeiro da criança de ambos os sexos é a mãe; quando esse vínculo deixa de ser útil para o desenvolvimento da personalidade, ele tende a ser reprimido como um todo. Não só o objeto original é negado, mas todos os membros da família nuclear original tornam-se tabus. (p.124)

A esse respeito, Parsons acrescenta que o tabu do incesto constitui um foco fundamental na regulação do fator erótico, a sua interdição permitindo que o processo de auto-destruição da família nuclear seja possível. Com a interdição da motivação erótica no âmbito familiar ocorre o deslocamento de interesses da criança para o grupo de amigos. Como esse grupo não é calcado na hierarquia de liderança, característica da esfera familiar, ele inaugura uma fase de maior autonomia, de exercício de papéis não-familiares e de pertencimento a um grupo de “iguais”. Mais tarde, a adolescência reintroduz o erótico, só que voltado para um outro que é “igual”, constituindo uma atração simétrica. O autor faz algumas considerações sobre soluções inadequadas nesse processo do componente erótico

que seriam a de assumir papéis de dependência em relação ao outro, ou assumir um papel parental na relação.

Como podemos observar na trajetória das idéias de Parsons, a construção dos componentes não-eróticos da personalidade em interação familiar permite o desempenho de papéis não-familiares, fundamentais para que um sistema social possa funcionar. Toda essa interessante argumentação funcional do processo de construção de papéis familiares e não-familiares nos permite visualizar a estrutura e organização da família e sua posição numa estrutura mais ampla, o sistema social. Os papéis são interdependentes, e o indivíduo os exerce a partir das prescrições do sistema social e cultural ao qual pertence. Estabelece-se assim uma relação complementar na qual um indivíduo necessita do outro. Essa relação é norteada por uma lógica que podemos sintetizar, nas palavras de Parsons, como uma lógica de obtenção constante de objetivos e desejos ou uma tendência à “otimização de gratificações”.

Concluindo, Parsons sustenta que o isolamento da família nuclear em relação a outras unidades de parentesco e a perda de algumas de suas funções pela invasão de especialistas do mundo médico, psicológico, dentre outros, possibilitou uma maior especialização de suas funções, a criação dos filhos e o conforto emocional. Dito de outro modo, “aliviada” das funções educativas, econômicas e sociais que a condição moderna retirou do seu espaço, a família foca seus objetivos na função de abrigo para os sentimentos de seus membros.

3.1.3

A estrutura familiar em Minuchin

Lévi-Strauss (1986) afirmou que cada estrutura familiar é atravessada por uma cultura, diferenciando-se dessa forma de outras estruturas familiares e de outras culturas. Portanto, cada família se diferencia e se organiza de modo a estabelecer as interações necessárias para a sua sobrevivência, tanto do ponto de vista afetivo e emocional quanto do social, e faz isso através do desempenho de diferentes papéis por parte de seus membros. Essa família definida como uma estrutura funcional, tal como formulada por Parsons (1964), interage com outros

sistemas mais amplos, configurando a imagem de uma cebola, sendo cada sistema, como uma camada da cebola, envolvido por outra camada.

A partir dessas formulações surgiram diversos modelos teóricos de terapia familiar sistêmica. Sob a influência do funcionalismo, os pioneiros da terapia familiar se voltaram contra a teorização histórica e a psicanálise, interessando-se pelo funcionamento da família no presente e pelas funções às quais serviam os diferentes comportamentos desempenhados dentro do sistema familiar. Destacamos dentre esses modelos a teoria estrutural de família, uma proposição de Minuchin (1980) cuja base de argumentação se sustenta em pressupostos considerados fundamentais para o desenvolvimento do campo teórico desta pesquisa. Os conceitos de estrutura, subsistemas e fronteiras bem como o mecanismo da complementaridade constituem os constructos básicos dessa visão de família.

A estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organizam as maneiras pelas quais os membros da família interagem. Uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais. Transações repetidas estabelecem padrões de como, quando e com quem se relacionar e esses padrões reforçam o sistema. Por exemplo, quando uma mãe diz ao filho para tomar seu suco e ele obedece, esta interação define quem ela é em relação a ele e quem ele é em relação a ela, naquele contexto e naquele momento. Operações repetidas, nestes termos, constituem um padrão transacional. (p.57)

A estrutura familiar é determinada pelos padrões de interação desenvolvidos por seus membros; estas transações se repetem e descrevem seqüências mais ou menos predizíveis. A família é diferenciada em subsistemas de membros que, determinados pela geração à qual pertencem e pela função que exercem no sistema, interagem de forma a desempenhar funções variadas. As funções os organizam em múltiplas possibilidades, tais como o subsistema parental, o subsistema dos filhos, o de uma mãe com um determinado filho, o de um pai com os filhos, de forma que cada membro pode representar um papel em vários subsistemas. Tanto os indivíduos, como os subsistemas e até mesmo a família inteira são demarcados por fronteiras interpessoais que vêm a ser barreiras invisíveis que regulam o contato de cada um diante do outro. Essas fronteiras têm o objetivo de proteger a autonomia, regular o nível de aproximação e de distanciamento, e estabelecer limites claros, difusos ou mesmo rígidos nas interações.

Segundo Minuchin (1980), o conjunto de padrões de interação que constitui a estrutura familiar lhe confere uma característica original e única, de maneira que não existem duas famílias iguais. Cada família possui suas especificidades, seus próprios códigos e modos de agir. Está constantemente sujeita a pressões internas, provenientes das mudanças de seus membros, como também a pressões externas, decorrentes das exigências sociais. O impacto dessas mudanças sobre seus membros vai variar de acordo com a cultura na qual ela se insere, com a sua própria história de mudanças, calcadas em suas crenças e mitos, e com as condições sociais do seu meio.

Em última instância, a família em situação de mudança busca acomodação e adaptação às novas realidades a que está sendo submetida. As condições de rigidez ou flexibilidade que ela apresenta diante dessas situações específicas de ordem interna ou externa indicam o nível de adaptação necessário para que a convivência entre os membros se mantenha estável. Essas novas pautas de mudanças podem sugerir um movimento de acomodação e conformismo dentro da família ou a constituição de novas regras, ajustes e negociações adaptativas. Indubitavelmente, isso vai depender da capacidade da família em lidar com essas circunstâncias.

Qualquer estudo de família deve incluir a sua complementaridade com o sistema social [...] a família mudará à medida que a sociedade muda, e de modo complementar, a sociedade desenvolverá estruturas extrafamiliares para se adaptar às novas correntes de pensamento e às novas realidades sociais e econômicas [...] as mudanças sempre se deslocam da sociedade para a família, nunca de uma unidade menor para a maior. (Minuchin, 1980:54-56)

Para uma melhor compreensão do conceito de complementaridade, consideramos importante buscá-lo em suas origens, ou seja, no mecanismo da circularidade, encontrado na Teoria dos Sistemas. De acordo com Wiener, fundador da cibernética, ciência que segundo sua concepção estuda o controle e a comunicação no animal e na máquina, a existência de um circuito circular entre os elementos de um sistema o leva a corrigir seu funcionamento em relação a um propósito estabelecido. Esse processo foi denominado “mecanismo de retroalimentação”, que vem a ser um modelo elementar de circularidade que reinsere no sistema a informação de sua história passada, compensando o seu funcionamento dentro de um padrão preferencial. Segundo Rapizo (1996), ao

transportar essa idéia para os organismos vivos, nos deparamos com um outro mecanismo, mais complexo, a regulação “que reestrutura as interrelações entre os componentes do sistema a partir das restrições do meio ambiente, da interação entre o funcionamento do sistema e do meio” (p.24). A noção de circularidade diz respeito à inexistência de um componente do sistema que tenha poder de controlar outros; a regulação acontece pela totalidade das interações do sistema.

Remetendo-nos ao comportamento humano, este pode ser visto como “uma seqüência de eventos circularmente interligados onde não se pode determinar a origem de tal circuito; a escolha de um ponto inicial da seqüência é totalmente arbitrária” (Rapizo, 1996). Como exemplo podemos citar a mãe muito extrovertida e o filho tímido; quem começaria essa seqüência? Ou, ainda, um pai um pouco distante e uma mãe super envolvida com os filhos. Esses seriam papéis complementares, nos quais as ações e transações de cada membro da família não seriam entidades autônomas ou independentes, pelo contrário, fariam parte de uma coreografia em que cada um executa um movimento imprescindível para a construção do espetáculo. Dessa forma, a noção de circularidade sistêmica corresponde ao conceito de complementaridade, que, ao referir-se à dinâmica familiar, denota a inexistência de um comportamento que controle outro. Estes produzem uma dança que permite a continuidade da interrelação.

A construção da dinâmica familiar é forjada na interdependência das relações entre os membros e nas ações de reciprocidade que moldam os comportamentos. A complementaridade dos papéis dentro da família e fora dela se sustenta a partir dos padrões de relacionamento que a estruturam e organizam. Minuchin nos lembra que os orientais em sua sabedoria assinalam que a relatividade e a relação polar de todos os opostos não designam mais que dois lados da mesma realidade. Todos os opostos são interdependentes, e o conflito resultante nunca trará a vitória total de um sobre o outro mas sim a representação de uma ação recíproca. “O conflito entre a idéia do indivíduo como si mesmo e do indivíduo como parte de um todo é resultado de uma dicotomia desnecessária” (Minuchin, 1990:185).

Diante do exposto acerca da complementaridade, podemos trilhar o caminho das mudanças sociais e seus efeitos nas estruturas e configurações familiares. Ao avançar nessa questão, acreditamos nos capacitar para a reflexão acerca de como essa dança evolui a partir dos movimentos de cada uma das

esferas. À medida que o sistema social imprime um ritmo de mudanças, a família pode responder de uma forma aparentemente oposta, ou seja, complementar. Sendo assim, num cenário de instabilidade, insegurança e incerteza ele pode se movimentar num sentido de fora para dentro de suas fronteiras, protegendo e apoiando seus membros frente às vicissitudes do ambiente circundante. Esse movimento tem sido vivido pela família em sua trajetória através da história da civilização ocidental. A propósito, cabe neste momento refletir sobre a forma encontrada pelas famílias brasileiras no lidar, em suas vidas cotidianas, com as circunstâncias contextuais.

3. 2

Papéis familiares na cultura brasileira

Ariès, em a *História social da criança e da família* (1973), afirmou que o seu interesse pelo passado se devia à constatação de que nunca seguiu um comportamento histórico que não tivesse como ponto de partida uma questão colocada pelo presente. Assim, pretendemos, tal qual o autor, buscar o enraizamento dos papéis familiares no Brasil, perfazendo um trajeto desde a família colonial urbana, passando pelo processo de modernização da mesma, até alcançarmos o século XX. Com isso, pretendemos contemplar as formas variáveis apresentadas pela instituição familiar brasileira ao longo do tempo e os papéis que lhe foram sendo atribuídos. Ao proceder assim, acreditamos poder contribuir para uma melhor visualização dos problemas enfrentados pelas famílias de hoje.

3.2.1

As raízes: a família colonial urbana

Tomando a literatura como fonte, a família brasileira colonial seria o resultado da adaptação da família portuguesa ao ambiente brasileiro. Essa generalização refere-se a um modelo com características patriarcais e conservadoras em sua essência. A denominação *patriarcal* foi amplamente

estudada e descrita por Freyre (1933) e aceita pela historiografia durante muito tempo como modelo representativo da sociedade brasileira. Vale lembrar que a família descrita por Freyre como uma estrutura patriarcal se referia aos estudos das áreas de lavoura canavieira do nordeste do país. No entanto, de acordo com Samara (1983), o censo do ano de 1836 realizado na cidade de São Paulo revela que no período colonial, nessa parte do país, eram mais comuns as estruturas familiares mais simplificadas e com menor número de membros. Esses dados trazem à luz a existência de diferenças regionais, diferentes contextos sociais e econômicos brasileiros do tempo colonial, que afetaram a estrutura da família caracterizada até então, oficialmente, como patriarcal e extensa.

Neste estudo não nos deteremos na descrição da família patriarcal de Freyre por ser um tema já bastante debatido e discutido em diversas áreas afins. Adotaremos outras análises na abordagem da família colonial, como as de Samara e Campos, em função de suas características de estudo de área urbana, no caso, a cidade de São Paulo. Estas trariam não somente uma prospecção mais adequada, ao nosso ver, ao percurso desta pesquisa, como também um valioso material de reflexão sobre as bases culturais de formação das estruturas familiares brasileiras.

Notoriamente, a família paulistana não poderia ser definida sob a mesma ótica de estabilidade que a família das áreas rurais do nordeste, dado que as condições locais da primeira constituem os primórdios de uma formação urbana. Em São Paulo ocorreram condições de grande adversidade e isolamento cultural. Os paulistanos se organizaram num tipo de família conjugal, nuclear ou restrita, sendo as formas de família extensa, plurigeracional uma exceção no universo de suas realidades (Campos, 2003). De acordo com os documentos coloniais, a miséria, as condições de vida, higiene e promiscuidade da população chocavam os viajantes, conforme se vê nas descrições de suas experiências. Consequentemente, uma característica dessa sociedade era o alto índice de mortalidade infantil, um dos fatores apontados como redutor do número de membros nessas famílias. As condições de habitação e higiene, as doenças de primeira infância e a sífilis, entre outras, ceifavam um grande número de vidas.

Segundo as observações de Samara, a sociedade paulistana possuía uma trama complexa de relações que se desenvolvia fora da estrutura familiar. O celibato e o concubinato seriam exemplos do grau de especificidade dessa sociedade. De acordo com a autora, o censo de 1836 revela que dentre os 503

solteiros da cidade que eram proprietários de imóveis, 140 tinham em média 4 filhos naturais. Por outro lado, o concubinato contribuía para o aumento de filhos ilegítimos, o que, conforme depoimentos da época, era tolerado pela sociedade, uma vez que aqueles poderiam participar da herança do pai, caso esse assim o desejasse. Ao lado da questão da ilegitimidade, que elevava o teor de mestiçagem da população, a perspectiva do casamento e as relações marido e mulher constituem análises curiosas no estudo das autoras.

O casamento no período colonial encontrava-se circunscrito à raça e grupo social, ou seja, limitava-se aos padrões e normas de origem e posição sócio-econômica. Portanto, era opção de uma certa parcela da população, interessada na manutenção de propriedade e fortuna, prestígio, ascensão social e econômica. Sendo assim o matrimônio não era nunca um arranjo entre duas pessoas mas sim um processo complexo que abrangia o sistema social como um todo. A observação de um grande número de celibatários e indivíduos vivendo concubinatos aponta para a ocorrência de alguns fatores, dentre eles – levando-se em conta os círculos sociais mais elevados – a falta de cônjuges disponíveis ou pretendentes à altura. O remédio, assinalado por Manuel da Nóbrega, era:

ensejar a formação da família cristã, despachando mulheres do Reino para o Brasil, órfãs e de toda a qualidade até meretrizes, porque aqui há várias qualidades de homens, e os bons e os ricos casarão com as órfãs. (*apud* Campos, 2003:59)

O recrutamento dos cônjuges dava início ao processo do casamento, que seguia as normas sociais e incluía os pais das duas famílias, parentes, vizinhos e autoridades do Estado e da Igreja, enfim, todo o edifício social. Os papéis masculino e feminino eram os estabelecidos pela “modernidade” e importados de Portugal, ou seja, “a mulher na casa e o homem na praça”. Os homens criavam laços entre si em atividades de diversão e no trabalho coletivo, enquanto as mulheres iam às fontes, igreja e procissões, sob a tutela do pai ou do marido. Os documentos sobre São Paulo assinalam a presença da mulher nos quartos e cozinhas das casas e poucas vezes nas salas, quando muito no quintal e áreas próximas. Casamento assentado, iniciava-se o pacto da fidelidade conjugal e os deveres de cama e mesa. Nessa sociedade conjugal cabia ao marido o provimento da família e, às mulheres, as obrigações domésticas. Segundo Campos (2003), as

relações entre marido e mulher e entre pais e filhos subordinavam-se ao poder do chefe. Poder exercido despoticamente, referendado pela sociedade como condição necessária ao sucesso da casa. O marido tirânico e a mulher tutelada podem se afigurar em alguns curiosos e cáusticos provérbios portugueses que reproduzem as representações dos papéis de cada um deles:

O burro e a mulher, a pau se quer.
À mulher roca e ao marido espada.
A mulher e o pedrado, quer-se pisado.
Galinha que canta, faca na garganta.
(Campos, 2003: 404)

O poder marital era investido do direito e dever de castigar a mulher; essas sanções eram justificadas pelo aparato social como necessárias em face da identidade infantilizada da mulher. Contudo, em situações extremas, os maridos eram chamados a responder, diante de autoridade, às queixas de suas mulheres. A crueldade dos maridos, segundo Samara (1983), era um dos motivos que justificavam pedidos de divórcio à justiça civil e à Igreja. Outros seriam o adultério e o abandono do lar. A autora observa que o número de mulheres que buscavam o divórcio era bem maior que o de homens, independentemente da camada social a que pertenciam. Nesses processos, as queixas das mulheres se referiam às atitudes dos maridos, à não-aceitação do adultério, sevícias ou injúrias e curiosamente faziam menções às aspirações quanto ao casamento e vida conjugal, revelando a opressão à qual se viam submetidas e a insatisfação com as condições de vida conjugal.

A díade pais e filhos, assim como a marido e mulher, era pautada por uma relação assimétrica de deveres e obrigações. Campos (2003) acrescenta que a vida familiar, ao se apresentar ao homem como uma atividade da ordem do “poder” sobre os outros, aí incluído o fato de que é o pai quem pune, provoca uma atitude complementar de distância emocional e de formalismo que parece ter sido intrínseca à institucionalização da autoridade paterna (p.438). Os filhos pequenos faziam parte das obrigações maternas; não obstante, à medida em que iam crescendo, havia a diferenciação natural dos gêneros, os filhos experimentando um grau a mais de liberdade e as filhas, ao contrário, se submetendo a um controle

maior. Porém, ambos se subjugavam a um sistema de disciplina severo, no qual castigos corporais faziam parte da educação.

Uma das especificidades da sociedade paulistana era a de que os maridos, em face das dificuldades econômicas, podiam passar longas temporadas afastados da casa, muitas vezes longos anos, nos sertões, povoados, fazendas, em conquistas de terras. Com isso, ocorria um “matriarcado ocasional” onde a ausência do marido transformava a mulher em depositária da autoridade da família. No entanto, o símbolo da autoridade continuava sendo o homem, mesmo estando ausente, pois a autoridade era um atributo masculino. À mulher cabia o papel de mediadora das relações entre o pai e os filhos.

Os sentimentos filiais em relação à mãe eram de confiança e atração; em relação ao pai eram de respeito misturado com agressividade, conforme descrevem os testemunhos da época. Em casa, a despeito da idade que pudessem ter, a hierarquia paterna transformava os filhos em humildes servos, sujeitos aos constrangimentos das leis internas à família. Ao filho não-submisso, como atestam os arquivos, só restava a fuga.

Conforme pudemos observar, a família paulistana colonial expressava na sua configuração e mentalidade a adaptação de modelos culturais importados à realidade de um contexto de grandes diferenças, pobreza, isolamento, dentre outros. As estruturas familiares que daí emergiram se constituíram com conteúdos culturais próprios, se adaptando às demandas do sistema social local.

3.2.2

Do moderno ao contemporâneo

A concepção moderna de família tem como uma de suas características o discurso médico do século XIX, que veio contribuir com um fundamento científico ao pensamento reinante no Estado patriarcal. O estudo de Costa (1979) acerca da vivência desse processo em terras brasileiras constitui um excepcional terreno para compreendermos a construção dessa nova realidade cultural em nosso país. O autor aborda o início da modernização, tomando como referência a cidade do Rio de Janeiro. Destaca o início da modernização da cultura colonial, com a chegada da corte portuguesa e os fenômenos decorrentes do processo de

europização de meados do século XIX. Costa enfatiza que esse processo referendou os discursos das ciências, as médicas principalmente, invadiu o domínio da família estabelecendo a nova ideologia e, com isso, transformou o sentimento familiar colonial naquele da família conjugal moderna. Os papéis familiares passaram a ser normatizados segundo a ótica da educação e da medicina, num processo conduzido pelo poder do Estado. Deu-se uma invasão do mundo público na esfera privada familiar. A esse respeito, nos diz Costa:

a normatização das condutas e sentimentos familiares produzidos pela ordem médica e dirigidas à classe de elite urbana, significaram uma maior disciplina, vigilância e repressão no interior das famílias, tendo como anti-norma as populações miseráveis de escravos, mendigos, loucos, vagabundos, ciganos e capoeiras. (p.33)

No que tange à relação entre pais e filhos, a modernização produziu novos sentimentos atrelados às funções de pai e mãe, devidamente corrigidos pela política medicalizante. Ao papel de mãe foi prescrito um aumento das responsabilidades com os filhos, a dedicação à tarefa de “amamentação” e a devoção ao amor maternal. Quanto ao papel de pai, “o edifício social montado pelo Estado teve um dos seus mais sólidos pilares no amor e responsabilidade paternas” (Costa, 1979:251).

Os papéis de marido e mulher também adquiriram novos contornos em função da diferente visão funcional dos universos sexuais, a mulher sadia e amorosa se aliava à força moral do homem. O amor funcionava como referência para a construção dos modelos de conduta social masculina e feminina. O amor conjugal deveria estar vinculado à sexualidade e procriação e fundamentado em “duas qualidades principais, a pureza da alma e o vigor do corpo” (*ibidem*, p.235). Ao contrário dos tempos coloniais, a sexualidade passou a ser exaltada no casamento, pois existia a crença de que o bom desempenho sexual dos cônjuges determinava a saúde da prole. Nesse sentido, pode-se pensar num adensamento dos sentimentos familiares e na criação de um espaço mais intimista no interior da família.

As considerações aqui feitas tanto em relação à família colonial quanto ao seu processo de modernização no século XIX, objetivaram revelar as matrizes da estrutura familiar urbana do Brasil atual e as transformações dos papéis familiares em função do contexto sócio-econômico da época.

Seguindo o curso da história, esse tópico não poderia deixar de lado a concepção de Bilac (2000) acerca da família brasileira dos anos 50. O modelo familiar tradicional das camadas médias poderia, de certa forma, ser aproximado ao modelo norte-americano, tal como Parsons o define. Essa aproximação se baseou no processo de americanização da cultura brasileira naquela década. Esse modelo familiar seria caracterizado por empregos melhor remunerados, razoavelmente estáveis e com direitos trabalhistas bem definidos, como também pelo maior acesso à educação, saúde e boa habitação. Os modelos culturais que informam essa camada da sociedade prescrevem o progresso profissional, a construção de um patrimônio e a ascensão social. A lógica do individualismo impera nesse modelo, as necessidades e desejos pessoais do homem-marido-provedor predominam nas relações conjugais e os filhos desde cedo aprendem a ser o centro das atenções da família. Um elemento diferenciador – característico da cultura brasileira – é observado ao se estabelecer uma comparação com o modelo parsoniano: a figura da empregada doméstica como presença importante na família. Certamente, o papel desempenhado por ela cria uma dinâmica mais específica entre os membros da família no que tange ao exercício dos papéis, tanto de pais quanto de filhos.

As camadas médias brasileiras, durante a década de 1970, vêm se constituindo como objeto de estudo de alguns autores; sendo assim, destacamos as contribuições de Salem (1986), representando as ciências sociais, como também as de Costa (1986), representando a psicanálise. Costa sustenta que o desenvolvimento de uma cultura subjetivista nos anos 70, calcada na psicologização das personalidades individuais, veio a enfatizar a dimensão privada da vida. Assim, o respeito à liberdade e ao desejo passaram a ser privilegiados, o que configurou uma grande mudança no reduto familiar – à família tradicional foram incorporados os ideais da lógica individualista e da ideologia da privacidade. No entanto, o autor argumenta que as circunstâncias sociais, econômicas e políticas dessa época, marcada pelo autoritarismo militar, é que criaram as condições para que essas redefinições de papéis e identidades pudessem ocorrer.

Tendo como foco o mesmo período histórico, Salem (1986), em sua pesquisa *Filhos do milagre* – realizada em 1976 e focalizando famílias com filhos na faixa etária de 19 a 26 anos – nos permite entrar em contato com duas

categorias de suma importância para o nosso trajeto teórico: uma, a concepção de “adolescente tardio” e a outra, o projeto dos pais de ascensão social da família. As famílias pesquisadas constituíam parte do tecido social que ascendeu socialmente nos anos 70, momento histórico nomeado de milagre econômico, em pleno período do regime militar autoritário.

A iminente individuação dos jovens, confundida com a viabilização ou não do aludido projeto, introduz ambivalências na situação do adolescente tardio no interior da esfera doméstica, e ele se vê frequentemente submetido a “duplas mensagens”. Em certos contextos, é tratado como adulto ou “igual”, por exemplo quando é requisitado a compartilhar problemas, por vezes de caráter interno, que afligem os pais. Além disso, estes sabem ser necessário relacionar-se com o jovem de modo a lhe permitir ensaiar uma vida própria e autônoma, para que efetivamente possa vir a tê-la. Não obstante, ao mesmo tempo, ao vigiarem o modo como essa independência e essa autonomia se insinuam, os pais transmitem aos filhos a mensagem de que não são adultos completos, isto é, ainda não inteiramente responsáveis por seus atos nem maduros o suficiente para a auto vigilância (p.3).

Essa tensão entre perspectivas de mundo diferentes podia implicar tanto uma aceitação do projeto dos pais como uma atitude diferenciadora ou opositora por parte dos filhos. Por outro lado, essa postura dos pais se configurava como amplamente respaldada pelas premissas sócio-econômicas da cultura, permitindo, aos filhos, o gozo das prerrogativas do conforto, estilo de vida e *status* social. Além disso, as expectativas dos pais em relação aos filhos eram as de consolidação dessas conquistas e um possível retorno do investimento feito nos filhos. Diante dessa tensão, o possível conflito resultante das diferenças entre as duas gerações constituiria, sob o nosso ponto de vista, num apagar das luzes de um tipo de relação baseada na hierarquia, isto é, na verticalidade das relações e na rigidez da autoridade parental.

Voltando nosso olhar para o horizonte do espaço contemporâneo, podemos dizer que a “geração canguru” não parece se interessar por conflitos, muito pelo contrário, evita-os. Os pais em questão, vale lembrar, cresceram e adolesceram nesse momento histórico analisado por Salem. Em contrapartida, seus filhos, quando adolescentes, se abasteciam dos versos do refrão do grupo de *rock* Ultraje a Rigor: “não vai dar, assim não vai dar, como é que eu vou crescer sem ter com quem me rebelar”. O processo de “igualitarização” das relações neutralizou, de

uma certa forma, a possibilidade de “crise” e, em conseqüência, os aspectos que esta carrega como reafirmadora de força criativa.

Outeiral (2001) acrescenta a essa discussão uma interessante abordagem aos papéis dos pais modernos *versus* papéis dos filhos pós-modernos, que configurariam uma convivência na qual diferentes paradigmas estariam interagindo. A vida cotidiana nos fornece ótimos exemplos dessa experiência de ruptura de paradigmas. A noção de tempo poderia ser um bom exemplo. O tempo dos pais, construído segundo a perspectiva da modernidade, demanda um tempo interno, de elaboração do pensamento, submetido a uma lógica na qual cada fase tem seu ritmo, capacidade de espera, um respeito a esses momentos. Já o tempo da pós-modernidade, encarnado pelos filhos, produz uma experiência de extrema velocidade, uma cultura *fast* sem tempo para pensar, e com ofertas sempre prontas para um rápido clicar de *mouse*. Essa experiência contemporânea de convivência na qual dois paradigmas coexistem, introduz contrastes e produz mudanças nos papéis familiares. Um exemplo seria a inversão hierárquica na qual os filhos se mostram mais espertos, rápidos e capazes do que os pais, havendo a tendência de que tal situação ocorra cada vez mais cedo.

Como seria esperado, a família brasileira segue o trajeto de mudanças observadas nas famílias ocidentais contemporâneas. Vaitsman (1994) afirma que assim como o casamento, a família, empurrada pelas mudanças, está longe do desaparecimento, muito pelo contrário, adquiriu novas configurações, flexibilizou-se e pluralizou-se. O sentimento de segurança e estabilidade persiste, ainda se quer casar e constituir família, embora os padrões relacionais não necessariamente se resumam aos heterossexuais. O cenário contemporâneo criou novas possibilidades de convivência familiar e organização da vida cotidiana.

3.3

A família como refúgio: o lugar da “geração canguru”

O debate em torno da dicotomia “mundo privado” *versus* “mundo público” envolve a oscilação do investimento em um e o descomprometimento em outro. À medida que o mundo público se reveste de impessoalidade, ao privado é conferida

a intimidade. Nessa discussão, o domínio familiar tem sido palco de estudos que apontam para o processo de construção do espaço privado da família num percurso que se inicia com a sua diferenciação do domínio público.

Vejamos o comentário de Ariès (1973) ao se referir aos tempos medievais europeus:

a família foi, aos poucos, se tornando um grupo fechado mais voltado para a vida doméstica e menos incorporado à vida externa. Não obstante, ainda não era a família moderna, distinguia-se desta pela enorme massa de sociabilidade que ainda conservava. Onde ela existia, ou seja, nas grandes casas, ela era um centro de relações sociais, a capital de uma pequena sociedade complexa e comandada pelo chefe de família”. (p. 270)

Gradualmente, os sentimentos de família e intimidade foram se solidificando e se aproximando da noção de família moderna. A compreensão desse processo em muito se deve ao que Velho (1999) denomina de “des-subordinação do indivíduo às hierarquias e classes sociais”. Segundo o autor, existem regras para a individualização que podem ser mais ou menos explícitas. Assim, em grande parte das sociedades, desde as tribais até as mais complexas, o indivíduo era valorizado enquanto parte de um todo: linhagem, clã, família. Havia uma subordinação hierárquica e grupal.

Diante do sentimento de individualidade reinante, a própria família sofreu um processo de individualização relativamente ao sistema social mais amplo. Para Velho (1999), a noção do indivíduo moderno está profundamente associada à nuclearização da família. Ela se afasta da comunidade de parentes, e se constitui de uma forma mais condizente com a valorização da atitude individualista e com os novos espaços urbanos, a industrialização e as mudanças sócio-econômicas.

A família urbana moderna apresenta uma estrutura bem mais simplificada que as tradicionais ou pré-modernas, conforme Jablonski (1998). As questões internas passam a ser discutidas pelos indivíduos ou o casal parental, e não mais pela sociedade, assim como há uma separação mais distinta entre as famílias de orientação (dos pais), e a de procriação (a própria). A família se constitui num contexto histórico em que seus valores perdem a visão do coletivo e ganham a do individualismo. Priorizam as manifestações individuais, o afeto e a privacidade, assim como uma maior autonomia em relação à vida social. O processo de interação entre a família e as condições modernas cria uma família com o formato

de uma ilha. Menor em tamanho, imersa num processo de isolamento em relação aos parentes e a comunidade, ela acaba se transformando numa “fam-ilha”.

De acordo com Doherty (*apud* Jablonnki, 1998), no final de século, e podemos dizer que também neste nosso início de milênio, convivemos com três tipos de família. A família tradicional, sinônimo de produção econômica conjunta, autoridade paterna, casamento com ênfase em seus aspectos funcionais e conexões com a comunidade e parentes. A moderna, mais nuclear, influenciada pelo individualismo, pouco ligada a laços de parentesco e à comunidade e bastante centrada no afeto entre seus membros. Por último, temos a família pluralística que tem como principal característica os novos arranjos. São elas compostas por mães e filhos ou pais e filhos, reconstituídas com filhos de primeiras e/ou de segundas uniões, e outras mais, todas elas mais flexíveis, menos permanentes e mais igualitárias.

Retomando a idéia de família como campo de afeto, espaço do íntimo e do privado, temos como consequência um ideal de família cuja função primordial é abrigar os seus membros, num ambiente onde os sentimentos podem ser livremente expressos, contrapondo-se ao “lá fora” impiedoso e repressor.

Para Sennett (1974), a família nuclear do século XIX era o instrumento que as pessoas usavam para resistir às transformações econômicas e demográficas da sociedade – esta era a sua principal função. Esse século assistiu à retirada para a fortaleza emocional da família, e esse fato não se deu somente pelas qualidades desta em congregar calor e afeto dentro de seus limites, mas também porque o mundo externo assumiu uma aparência mais assustadora.

Por outro lado, para Lasch essa procura de abrigo no santuário da família deveu-se aos estragos promovidos pelo capitalismo nas formas de vida coletiva: “a família tornou-se um refúgio, representava o outro lado do alheio, do impessoal; as frustrações sofridas no mundo público deveriam ser compensadas no reino do privado” (1977:29). A percepção burguesa do mundo do trabalho como frio e impessoal levou a uma exaltação da vida familiar, reflexo do alto valor que a sociedade moderna conferia à privacidade. Por outro lado, o autor assinala que a política do mundo público invadiu a esfera da família, desqualificando as funções parentais e propondo intervenções de natureza terapêutica através das figuras de educadores, pediatras, psicólogos, criando um

ideal de família. Muitas das funções familiares, a partir dessas intervenções, foram substituídas por especialistas extra-familiares.

Conseqüentemente, a dinâmica interna familiar sofreu grandes mudanças em função dessas intervenções. Novos papéis foram prescritos, limitando o papel do marido e pai e ampliando, sobretudo, o da mulher e mãe. As conquistas da mulher no campo do trabalho, do sexo e da luta pela igualdade de condições foram fundamentais para o texto desses novos papéis. Evidentemente, toda essa normatização dos comportamentos familiares foi apropriada pelo mercado de consumo, idealizada, glorificada e tornada acessível sob a forma de um número incomensurável de terapias.

A família já não é uma unidade firmemente costurada. A criança aprende com o rádio, os quadrinhos e o cinema como devem se comportar os pais, e coloca esse ideal acima deles. Ela desenvolve um precoce domínio do mundo externo e, na medida em que a conduta dos pais não corresponde ao ideal, torna-se até certo ponto auto-suficiente. Antes eram os pais que eram auto-suficientes. Agora eles são inseguros, ficam na defensiva e hesitam em impor seus padrões. (p.168)

Os grandes inimigos da família, para Lasch (1977), além dos normatizadores da ordem médica e educativa, foram a contracultura, a revolução sexual, o feminismo e a tolerância aos estilos de vida alternativos, que, ao atacarem a estrutura familiar, semearam um inimigo muito mais poderoso, a cultura do eu. Diante de tantas críticas, ataques, invasões, a família aparece como uma instituição sitiada nesse revisionismo sociológico. Por que, então, esse movimento contemporâneo de revalorização da família? Qual seria a sua justificativa?

Uma peça fundamental para o avanço da nossa discussão consiste na díade pertencimento e proteção, como qualidades significativas na formação de vínculos do indivíduo. Esses valores remetem ao conceito de “lugar”. Michel De Certeau (2000) propõe que um “lugar” implica numa condição de estabilidade na qual os elementos que o compõem encontram-se relacionados uns aos outros, de forma que cada um tem um lugar próprio e distinto. Sendo assim, o lugar garante o pertencimento a um determinado território. O sentido de lugar evoca a necessidade de pertencer e de desenvolver compromissos e lealdades; estar num lugar é poder estar seguro e protegido. As instituições contemporâneas diminuem sensivelmente a possibilidade de uma experiência de pertencimento especial. Isso

ocorre devido à excessiva rapidez das mudanças e à fragmentação dos laços que as unem aos indivíduos, fato esse que dificulta o enraizamento. Portanto, “tomar um lugar” e pertencer a ele passam a ser experiências desejadas e esperadas diante do desmantelamento das instituições.

Ao argumentar sobre a necessidade contemporânea de busca de segurança e proteção, através do conceito de “comunidade”, Bauman (2001) indica um percurso de reflexões acerca dos direcionamentos das necessidades e desejos do indivíduo no mundo de hoje. A esse universo de reflexões, Sennett (1974) traz a noção que seria a fundadora do ideal de “comunidade”: quando as pessoas se abrem umas com as outras criam um tecido que as mantém unidas, ou seja, sem abertura psicológica não poderia haver o laço social.

Ao desenvolver o conceito de “comunidade”, Bauman o relaciona à busca permanente de conforto, amparo e aconchego, ou seja, o paraíso perdido ou o paraíso esperado. A idéia de “comunidade” remete a tudo aquilo de que se sente falta e de que se precisa para viver seguro.

Não é só a “dura realidade”, a realidade declaradamente “não comunitária” ou até mesmo hostil à comunidade, que difere daquela comunidade imaginária que produz uma “sensação de aconchego”. Essa diferença apenas estimula a nossa imaginação a andar mais rápido e torna a comunidade imaginada ainda mais atraente. A comunidade imaginada (postulada, sonhada) se alimenta dessa diferença e nela viceja. O que cria um problema para essa clara imagem é outra diferença: a diferença que existe na comunidade dos nossos sonhos e a comunidade realmente existente. (2001:9)

A “comunidade real”, caso existisse, exigiria algo em troca da segurança – esse algo, que poderia ser invisível enquanto ainda um sonho, seria a perda de liberdade. Freud, em o *Mal-estar na civilização* (1930) nos diz: “O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança” (p.137). A concepção moderna, como podemos observar, induziu o indivíduo a trocar a liberdade pela segurança. Contudo, nos afirma Bauman em *O mal-estar da pós-modernidade* (1997) que esta induz ao processo inverso, ou seja, a troca da segurança por liberdade. Isso nos leva a crer que, apesar de convivemos com os ideais da pós-modernidade ou contemporaneidade, ainda estamos ligados a alguns pressupostos modernos, como parece ser a idéia de comunidade. Estar seguro pode implicar abrir mão da autonomia; em outras palavras, o privilégio da segurança se constitui às custas da liberdade.

De acordo com o autor em seu texto sobre comunidade, existe uma tensão constante entre segurança e liberdade. Essas seriam duas qualidades ao mesmo tempo complementares e incompatíveis, e o conflito envolvido na relação poderia ser tão grande quanto a necessidade de conciliação. “A tensão entre segurança e liberdade e, portanto, entre comunidade e individualidade, provavelmente nunca será resolvida” (Bauman, 1997:10). Liberdade sem segurança pode significar estar perdido e abandonado; por outro lado, segurança sem liberdade pode equivaler a um tipo inseguro de segurança. Assim, podemos concluir que em tempos de transição do pensamento moderno para o que o irá suceder, vivemos momentos de grande instabilidade.

O conceito de comunidade pode ser integrado à concepção do universo familiar por suas características de domínio do coletivo e por associar-se a valores como segurança, apoio e pertencimento. A perda de autonomia e liberdade completam a aproximação, uma vez que o conjunto de regras implícitas na convivência familiar apara a expansão das individualidades. Não obstante, a família se confirma como território onde ainda se pode viver o cuidado mútuo, sentimentos compartilhados e tecidos em conjunto. E, sobretudo, não vem a ser uma representação da ordem do sonho e da imaginação; nesse sentido, ela se diferencia da comunidade postulada e imaginária que o autor descreve como uma busca fundamental humana.

Trazendo essas reflexões para o campo do nosso debate, podemos pensar que o prolongamento da convivência familiar poderia se afirmar como uma atitude de não-enfrentamento da sensação de insegurança que afeta os que vivem no mundo de hoje, visto como imprevisível e incerto. A família entendida como “lugar” da confiança e da conciliação, bem como da acomodação e da restrição de autonomia, pode representar um ideal de convivência contemporânea; confirmando isso, sublinhamos a noção de revalorização do espaço familiar, no momento atual, retomada por alguns autores como Muxel (2002).

No entanto, esse prolongamento da convivência familiar requer uma re-negociação de papéis, uma vez que a estrutura pais e filhos, nesse caso, abarca uma relação de adultos na qual a função hierárquica ganha novos contornos. As relações se desenvolvem num sentido mais horizontal, em que a hierarquia pode ser assumida de uma forma “mascarada”, não explícita, uma vez que entre “iguais” ela pode significar “autoritarismo”, o que não estaria de acordo com as

propostas contemporâneas de relacionamento. A família se acomoda e se adapta a essa realidade, visando uma convivência “razoável” para os seus membros. Com isso, queremos dizer que existe uma complementaridade funcional entre os papéis familiares na qual tanto pais quanto filhos se beneficiam da convivência. Acrescentamos ainda, de acordo com Sennett (1974), que, “apesar das revoltas contra alguns rigores da família, continua-se a sobrecarregar os relacionamentos com as expectativas de segurança e permanência” (p.318).

4

A “Geração Canguru”

4.1

A adolescência prolongada e a adolescentização da cultura

Quando Hebe, filha de Hera, servia aos convivas do Olimpo a ambrosia, lhes proporcionava a eterna juventude. O mito grego atravessou a cultura ocidental e atualizou-se na contemporaneidade configurando a assertiva de que, em tempos de Narciso, a beleza da juventude é fundamental. Os modelos culturais deslocaram-se das imagens tradicionalmente privilegiadas da família e dos ancestrais para assentarem-se em novos padrões e, como nos diz Morin (1962:152), “o novo modelo é o homem em busca de sua auto-realização, através do amor, do bem-estar, da vida privada”.

A juventude, maleável e plástica por excelência, é o objeto preferido da cultura de mercado, e, complementarmente, os jovens experimentam de forma mais intensa esse apelo cultural, orientando a produção dos bens a ela destinados. Assim, essa cultura desqualifica a velhice e desvaloriza a maturidade ao promover valores associados à idéia de juventude. “Sociologicamente, a cultura de massa contribui para o fenômeno do rejuvenescimento da sociedade” (*ibidem*, p.157).

Assim, o estilo de vida jovem passa a representar os ideais que regem a vida social. O mundo adulto absorve e se identifica com esses valores, constituindo o que Khel (1998) denomina de “teenagização da cultura”: todos querem ser jovens, belos, saudáveis e felizes. Segundo a autora, esse processo inverteu valores, ou seja, adolescentes que queriam ser adultos num passado recente, hoje prolongam sua adolescência e tudo o que não querem é ser adultos. E estes querem deixar a sua condição e serem reconhecidos como adolescentes.

Por outro lado, Calligaris (2000) sustenta que a finalidade da adolescência é clara, o adolescente quer tornar-se adulto; contudo, apesar de estar maduro no corpo e no espírito para alçar-se a essa condição, é impedido de fazê-lo por uma

“moratória”. Ao adolescente é imposto um tempo de espera para o reconhecimento de sua condição de adulto. No entanto, segundo o autor, um “problema lógico complicado” se apresenta nesse contexto. Ao prescrever as palavras de ordem “seja independente” e “prove sua autonomia”, bem de acordo com o pensamento individualista, a sociedade induz à desobediência da moratória, ou seja, o adolescente, para ser reconhecido, precisa transgredir, não se conformar. Portanto, “desobedecer pode ser uma forma de obedecer, e obedecer talvez seja o jeito certo de não se conformar” (p.31).

Com tudo isso, nos autorizamos a inferir que a adolescência vem a ser a interpretação de sonhos adultos, incluindo a transgressão, pois o não-conformismo adolescente alimenta a fantasia adulta de liberdade. Dito de outro modo, o adulto se identifica com o movimento libertário da transgressão e o paradoxo de tal situação se insinua na colocação da adolescência numa espécie de limbo e, ao mesmo tempo, na sua encenação como espaço dos sonhos adultos. Verifica-se dessa forma que a adolescência desponta como um ideal do mundo adulto contemporâneo no qual a rebeldia e o gozo da liberdade, valores exaltados na nossa cultura, se sobressaem como modelos identificatórios, configurando o “estilo de vida” jovem. O neologismo *adultescente* revela o lugar ocupado pela adolescência como ideal cultural. Curiosamente, as representações da adolescência, apropriadas pela indústria cultural, não se referem ao indivíduo desajeitado e em plena vivência de crise, pelo contrário, o representam exaltando seu corpo delineado e sua capacidade de busca constante do prazer. As estratégias de *marketing* comandam esse mercado de consumo, comercializando os traços de identidade desses grupos e vendendo-os aos adultos, o que em última instância constitui uma verdadeira indústria da adolescência.

Ariès (1973) declarou que vivemos num mundo obcecado pelos temas da infância e da adolescência, no qual “todos querem prolongar a adolescência”. A adolescência, em particular, começa a ser vista como uma fase diferenciada da infância somente no início do século XX. Ela abrangia o intervalo dos 12 aos 18 anos, período claramente delimitado por rituais sociais e culturais. Em tempos atuais, o que existe é uma indefinição de suas fronteiras e uma ausência de rituais de iniciação para a vida adulta, o que vem ocasionando a protelação da sua consolidação e o conseqüente alargamento do seu tempo de duração.

Dolto (1988) nos diz que a adolescência é um estado psíquico amplamente influenciado por fatores psicológicos e sócio-culturais, podendo ser prolongada em função das projeções que os adultos e a sociedade lhe direcionam. “O papel de adolescente tardio é assumido a partir de uma imposição dos adultos e das restrições que lhe são feitas pelos mesmos, para a sua atuação na rede social” (pp.17-18).

Aberastury & Knobel (1970) e Blos (1979) também assinalam uma tendência ao prolongamento da adolescência na sociedade atual, relacionando-a às transformações sociais e indicando a complexa demarcação do seu término. Postulam que a imprecisão da delimitação do seu término e do seu prolongamento se dá a partir da influência de alguns fatores relacionados à vivência da sua fase final. Dolto (1988), ao se referir às fronteiras finais da adolescência, emite um comentário bem-humorado: “ela corresponde ao momento final da ossificação da clavícula, aos 25 anos” (p.26). A esse respeito complementa:

Um jovem sai da adolescência quando a ansiedade dos pais não produz sobre ele nenhum efeito inibidor. O que estou dizendo não é muito agradável para os pais, mas é a verdade que pode ajudá-los a serem perspicazes: seus filhos atingem o estado adulto no momento em que são capazes de libertar-se da influência paterna, tendo o seguinte julgamento: “Meus pais são como são, e eu não os mudarei e não procurarei mudá-los. Se eles não me aceitam como sou, pior para eles, eu os isolo”. E sem sentir-se culpado por isso. (p.27)

Da mesma forma, Aberastury & Knobel (1970) postulam que o término da adolescência e a inserção na vida adulta se estabelecem na medida da capacidade que têm os pais de elaborarem o luto da infância dos filhos, significando tanto a separação dos pais externos reais, quanto as figuras parentais internalizadas. A experiência da separação vem a ser um dos aspectos fundamentais para o alcance da maturidade emocional.

O aparecimento da instrumentação da genitalidade, como uma realidade concreta na vida do adolescente, também é percebido pelos pais. Sabe-se que muitos pais se angustiam e atemorizam frente ao crescimento dos filhos, revivendo suas próprias situações edípicas conflitivas. Os pais não são alheios às ansiedades que desperta a genitalidade dos filhos. Assim, se provoca o que Stone e Church denominam adequadamente de “ambivalência dual”, já que a mesma situação ambivalente que apresentam os filhos separando-se dos pais, apresentam estes ao ver que aqueles se afastam. (p.51)

Como podemos perceber, a separação é uma via de mão dupla, afeta tanto os filhos quanto os pais, assim como o é a experiência do luto, que também é vivida por ambos os lados. O conceito de “ambivalência dual” se refere a essa dinâmica familiar que envolve duplas mensagens. Tudo isso nos leva a crer que as experiências emocionais dos indivíduos são fatos vividos em conjunto e que se complementam na superação da dependência.

Segundo Blos (1979) existe um conflito de final de adolescência e ele se dá a partir da vivência da trama edípica e a sua resolução, que tem seu ápice nesse momento da vida do jovem. A separação dos pais edípicos se processa lentamente, a posição sexual do jovem vai se afirmando e viabilizando a individuação. Essas novas posições ou conquistas psíquicas são vividas no terreno da ação, da experiência e não da fantasia, possibilitada pela maior estabilidade emocional adquirida no processo de individuação e renúncia edípica. No entanto, o autor enfatiza:

A adolescência, que é uma fase do desenvolvimento que se pretendeu deixar para trás depois de ela ter cumprido sua tarefa, pode tornar-se um modo de vida. Ao invés do impulso progressivo que normalmente leva o adolescente à vida adulta, a adolescência prolongada impede esse movimento para frente, tendo como resultado o fato do processo de adolescência não ser abandonado, mas permanecer ilimitado. A forte adesão à incerteza de todos os temas da vida torna qualquer progresso para a vida adulta uma realização que dificilmente vale seu preço. (p.29)

Ainda uma importante contribuição para o debate no terreno da adolescência e da juventude nos é apresentada por Erikson (1968). O autor identifica estágios evolutivos nos quais se inscreve um conflito predominante que tem sua origem nas forças psicossociais. O estágio da adolescência se caracterizaria pelo conflito entre identidade e confusão de papéis, e o da juventude, pelo conflito entre intimidade e isolamento. Em relação ao último, postula:

O jovem que não está seguro da sua identidade furta-se à intimidade ou lança-se em atos de intimidade sem uma verdadeira fusão ou real entrega de si próprio. Quando o jovem não consoma essas relações íntimas com outros no final da adolescência ou início da vida adulta, ele poderá procurar relações interpessoais sumamente estereotipadas e acabar retendo um profundo sentimento de isolamento. A contraparte da intimidade é o distanciamento. (p.136)

Porém, o autor dá uma ênfase especial ao estágio da adolescência, no qual, segundo sua visão, é negociado o senso de identidade; este irá influenciar os três estágios seguintes, juventude, maturidade e velhice. Na adolescência, o indivíduo reorganiza os elementos de identidade da fase infantil contrapondo-os ao mundo social. Assim busca a constituição de uma identidade própria, dado que já possui um eu capacitado a incorporar papéis sociais, ideológicos, morais e profissionais. No estágio da juventude, os jovens devem estar preparados para unir sua identidade a outras pessoas e buscar relacionamentos de intimidade e parceria. Nesse ponto, a genitalidade sexual alcança a maturidade e para que ela atinja uma importância social duradoura é preciso que o indivíduo a compartilhe numa relação comprometida com a intimidade. Erikson também assinala que existe uma “moratória psicossocial” que antecede a entrada no mundo adulto. Seria um período de procura de alternativas e experimentação de papéis que visam permitir um trabalho de elaboração interna, sendo também caracterizadas pelas necessidades e exigências socioculturais e institucionais.

Podemos compreender, a partir do conjunto de idéias abordadas pelos autores citados, que o término da adolescência se constitui como um processo complexo de individuação que envolve a separação das figuras parentais e a vivência concomitante dos lutos a elas referidos. A fase final da adolescência vincula-se a uma maior integração social, a uma escolha amorosa não-edípica e ao estabelecimento de novas pautas de convivência familiar. A consolidação dessa etapa, portanto, vem a ser um acontecimento vivido dentro da família, envolvendo todos os seus membros como atores principais.

Concluindo essa exposição, ressaltamos a afirmação de Leitão (1996):

O prolongamento da adolescência é um estado que se constrói a partir do reconhecimento de que a família tem dificuldades em definir um posicionamento diante do tecido social e também em se preparar para a consolidação da separação entre seus membros. (p.158)

Concordando com a autora, acrescentamos que a família cria um “lugar” no qual conflitos ou dificuldades são neutralizados e a convivência é privilegiada em seus aspectos de abertura e conciliação, o que dificulta a consolidação da fase final do estágio da adolescência... Aliada a essa questão da neutralização dos conflitos um outro aspecto concorre para o prolongamento da adolescência: a

exaltação da juventude como estilo de vida, que vem a ser um processo cultural contemporâneo incorporado na vivência familiar.

4.2

Gerações e juventudes

O indivíduo jovem vem sendo concebido pelas instituições sociais, médicas e disciplinares, dentre outras, como pertencente a um estado de transição entre a infância e a fase de maturidade. Essa seria uma idéia comum a todos os campos dos saberes interessados nesse momento de vida. No entanto, além do termo *jovem*, outros são também utilizados para se referirem a essa mesma fase, tais como *púbere*, *adolescente* e *juventude*. O primeiro vem associado a um conceito médico que se refere às transformações do corpo de criança tornando-se maduro. O segundo termo designaria um constructo da psicologia, da psicanálise e da pedagogia referido às mudanças da personalidade, no que tange à mente e comportamento, ao longo do processo em direção à maturidade. O terceiro termo, *juventude*, costuma ser utilizado no campo dos estudos sociais e trata da transição entre as funções sociais da infância e as do mundo adulto.

Grosso (2000) afirma que entre as categorias sociais de juventude e adulto há o acréscimo de uma outra, fruto das mudanças sociais, culturais e de mentalidades ocorridas no contexto contemporâneo: a de “jovem-adulto”. Atribuímos a essa última categoria uma grande relevância para a colocação do objeto central deste estudo, a geração canguru, tendo em vista que nos ocupamos de filhos com algum tipo de dependência dos pais, e portanto não identificados como adultos nem pelo senso comum nem pelas instituições médicas, psicológicas ou pedagógicas. Sendo assim, optamos, ao longo deste estudo, pelo uso do termo *jovem*, dado o seu emprego mais amplo, e o de *jovem adulto*, por sua possibilidade de melhor representar o universo do qual tratamos. Entendemos que essa última categoria pode presentificar as múltiplas possibilidades das experiências sociais e afetivas contemporâneas, sujeitas à exaltação da juventude bem como ao imediatismo.

Para alguns autores, uma outra questão se apresenta como relevante na abordagem do indivíduo jovem: o critério demarcador das fases de vida em faixas

etárias. Esse critério, calcado numa visão naturalista e objetivista, característico das definições das ciências modernas, circunscreve o desenvolvimento do indivíduo aos limites cronológicos de idades. Consideramos mais apropriada a proposição de que os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam. Levi e Schmitt (1995), em suas abordagens acerca da juventude, assinalam:

Nenhum limite fisiológico basta para identificar uma fase de vida que se pode explicar melhor pela determinação cultural das sociedades humanas, segundo o modo pelo qual tratam de identificar, de atribuir ordem e sentido a algo que parece tipicamente transitório. (p.8)

Sendo assim, a adoção do critério sócio-cultural para compreender o indivíduo jovem relativiza as dificuldades impostas pela visão cronológica de fases de vida, que se mostra estática diante da diversidade cultural do mundo contemporâneo. Ao se levarem em conta as dimensões social e cultural na construção do conceito de juventude, nos remetemos à idéia de que não existe uma juventude mas, sim, várias juventudes. Cada contexto sócio-cultural pode permitir a eclosão de um tipo particular de juventude. Rezende (*apud* Groppo, 2000) afirma que “cada juventude pode reinterpretar o sentido de identidade jovem dentro da diversidade da vivência que aquela pode proporcionar, daí o uso do termo *juventudes*” (p.15). Ao longo da história do século XX podemos visualizar o sentido múltiplo do termo.

Groppo (2000), em seu estudo sobre juventudes modernas, enfatiza o domínio de grupos jovens alemães progressistas e ousados nos anos de 1920. Esses jovens atuaram nas artes modernas, em rebeliões de cunho político, no campo da moda, participaram da República de Weimar e da escola de Bauhaus, dentre outros. Também nos mesmos anos, ocorria, na Alemanha, o apoio da juventude ao nazismo e anti-semitismo, constituindo o que se nomeou de “juventude nazista”. Ao mesmo tempo, na mesma década, acontecia na Itália o culto ao *Duce*, a construção do mito da juventude eterna de Mussolini através de projetos de cooptação da juventude pelo partido fascista. Estes são exemplos de diferentes representações do “ser jovem”, uns submissos, disciplinados, outros revoltados e agitadores ou ainda radicais. As juventudes, em suas múltiplas

possibilidades, se constituíram como progressistas ou conservadoras numa mesma geração, cada qual interpretando à sua maneira o conceito de si própria.

Os termos *juventude* e *geração* aparecem constantemente combinados e investidos de um sentido de potência e capacidade de transformação. Conforme nos diz Velho em *Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração* (1986), uma experiência de geração estabelece e reflete as transformações de costumes, valores, crenças e ideologias vinculadas à história de um determinado tempo, que vem a ser compartilhado em uma rede de relações de uma determinada sociedade. Em outras palavras: uma experiência de geração vem a ser uma experiência social vivida em um mesmo momento histórico, cujas marcas afetam as percepções de mundo e de sociedade desses indivíduos. A noção de geração deve também incluir outras categorias sociais como classe, gênero e etnia, e outras mais, para que se possa examiná-la em toda a sua abrangência. Sendo assim, o seu enfoque se torna mais eficiente para a compreensão das configurações sociais contemporâneas.

Salem (1986), em sua pesquisa de meados dos anos de 1970, na cidade do Rio de Janeiro, nomeia a geração dos jovens participantes da pesquisa, na faixa etária de 19 a 26 anos, de “filhos do milagre”. Estes constituíram uma geração marcada pelo movimento de ascensão social dos pais, vivido na classe média e no momento histórico denominado milagre econômico brasileiro. Os jovens dessa geração estudada se configuravam, segundo a autora, como “adolescentes tardios” e se caracterizavam pela incorporação do hedonismo como elemento de seus estilos de vida. Os conflitos observados nas relações familiares entre esses jovens e seus pais se mostravam como advindos de um projeto de vida familiar estruturado pelos últimos, projeto esse calcado na ascensão social da família, bem como na consolidação das conquistas sociais adquiridas. Cabia aos filhos, portanto, o legado da continuidade, o que nem sempre era o desejado. A solidificação da conquista social dos pais constituía uma herança obrigatória na bagagem dos filhos.

No universo da classe social média contemporânea, é encontrada uma ampla gama de termos identificatórios para os grupos e sub-grupos de indivíduos jovens de uma mesma geração: *geração delivery*, *geração fast*, *geração digital*, *geração saúde* entre outras, além dos sub-grupos dos *skatistas*, *neo-hippies*, *clubbers*, *jiu-jitsu*, *funkeiros*, *patricinhas* e *mauricinhos*, *guerreiros da night* e outros mais. Cabe aqui enfatizar a assertiva de Groppo (2000) de que essa

liberdade de escolhas múltiplas para o indivíduo e grupos sociais transformou as faixas etárias de transição em estilos de vida e sub-culturas transitórias.

Dentro dessa pluralidade, os sub-grupos contemporâneos identificados na cultura jovem de classe média urbana se sobressaem como ilustrações da transitoriedade dos grupos sociais. Destacamos a pesquisa de Mendes de Almeida (2003) acerca do nomadismo na noite da zona sul do Rio de Janeiro, como exemplo da intensa rapidez de transformações operadas nesses grupos. Os “guerreiros da night” inauguram uma nova experiência espacial, uma nova forma de interatividade na qual os deslocamentos sucessivos são uma experiência em si. Nessas trajetórias que incluem postos de gasolina, portas de boate, boates, praças, locais da moda, entre outros, os guerreiros vão desenhando seu circuito de diversão. Conectando-se através do uso de celulares, formam uma rede de comunicação na qual a orientação do percurso vai sendo construída de acordo com a informação proveniente dos diferentes locais. A mobilidade vai se configurando de acordo com as possibilidades de “zoar” e “azarar”, constituindo uma circulação interativa na qual todos os lugares são de passagem, bem como os relacionamentos, que têm a durabilidade de um beijo na boca. A noite é uma verdadeira guerra na qual se destacam aqueles que “pegam” mais “mulheres”, ou seja, “zoam”, e aquelas que “ficam” e dão mais beijos na boca. O descompromisso vai além das relações afetivas, os novos nômades não param, estão sempre buscando a diversão que pode ser melhor na próxima não-parada.

4.3

A geração canguru

O ato de sair da casa dos pais, sob o ponto de vista da cultura ocidental, significa a porta de entrada para o mundo dos adultos. A geração canguru – assim nomeada pela mídia por sua analogia com o mamífero australiano, cuja fêmea abriga os filhos em uma bolsa ventral – distingue-se da geração de seus pais, pelo adiamento da saída da casa paterna e pelo conseqüente prolongamento da convivência com a família de origem. De acordo com Anderson e Sabatelli (1999):

sair da casa paterna representa um passo significativo em direção à diferenciação das figuras parentais. O estabelecimento de casa própria permite e requer independência financeira, funcional e emocional, como também, propicia a expansão da vida social para além dos limites do círculo familiar. (p. 614)

A geração canguru, constituída na família de classe média urbana brasileira, se caracteriza por abarcar jovens adultos de ambos os sexos. Estes jovens, apesar de considerados aptos para a vida profissional – em vista de já terem alcançado uma faixa etária identificada com a conclusão dos estudos de graduação universitária – parecem ainda não estar prontos para a vida fora dos limites da casa paterna. Curiosamente, alguns dos representantes desta geração, além de já terem concluído seus estudos, são independentes financeiramente e possuem condições suficientes para assumir moradia própria, mas mesmo assim preferem continuar vivendo com os pais.

Considerando as particularidades da classe social em questão, essa geração vem a ser a consequência de um quadro de abundância e da inexistência de motivações econômicas para uma vida melhor, como em classes sociais menos favorecidas. “Os estratos médios e superiores têm como consequência o prolongamento da permanência dos filhos na casa paterna” (Salem, 1980:212). A fartura da casa paterna inviabiliza, de uma certa forma, a reprodução do estilo de vida normatizado para essa classe social e absorvido pelos jovens.

Entendemos que ao se observar um fenômeno psicossocial como a geração canguru, podemos perceber como é vasto e múltiplo o campo de forças que interagem e concorrem para a construção do mesmo. Com o intuito de enriquecer a presente discussão, tomamos a liberdade de inserir em nossa bibliografia artigos recentes de jornais e revistas conceituados que abordassem questões referentes ao nosso universo de debate. Acreditamos que os veículos da mídia se superpõem e concorrem juntos para expressar tendências e transformações de uma determinada cultura. Por isso, incluímos a mídia impressa e citamos ao longo desse capítulo algumas pesquisas e artigos apresentados em jornais e revistas. Para iniciarmos esse percurso, consideramos relevante utilizar como exemplo um depoimento recortado de um artigo intitulado “A doce vida dos cangurus”, obtido na revista *Galileu* (junho/1999):

V., 26 anos, formada em cinema há um ano e que, mesmo trabalhando, não pensa em morar sozinha: “Troco minha independência pessoal pela profissional”,

explica. “Na minha área, o trabalho free-lancer é o mais comum. Morando com meus pais, posso escolher melhor estes trabalhos, e, ao mesmo tempo, suportar os períodos de desemprego entre um e outro.” Ela conta que já se deu ao luxo de aceitar propostas pouco lucrativas, mas que enriquecem o seu currículo. “Claro que isso seria impossível se tivesse que pagar aluguel”, argumenta. “Por isso até adquirir liberdade financeira, vou continuar morando com meus pais. Além do mais, não acho isso o fim do mundo. Eles são ótimos. É curioso, justo agora que eu e meus irmãos estamos chegando na idade de nos tornarmos independentes, meus pais resolveram comprar o apartamento vizinho para ampliar aquele em que moramos.

Tomando o depoimento de V. como referência da geração em questão, segundo o olhar da mídia, identificamos os seguintes elementos: o alto grau de investimento na vida profissional, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o pouco valor dado à independência individual, a diminuição dos conflitos geracionais ou a sua neutralização, e a ambivalência dos pais no que concerne à saída dos filhos de casa. A esses elementos acrescentamos outros, de igual forma decorrentes de nossa pesquisa inicial sobre o tema. Dentre eles, destacamos: as escolhas profissionais não equacionadas somente pelas oportunidades do mercado; a permissão para o sexo na casa dos pais; o conforto e o padrão de vida usufruídos na convivência familiar; o fechamento do grupo familiar relativamente ao sistema social, reproduzido em menor escala no isolamento dos próprios membros dentro de casa – alguns quartos de jovens são verdadeiros apartamentos completos; o adiamento do casamento percebido nos dias atuais; as transformações dos compromissos afetivos entre os pares, transformações não sujeitas a exigências e expectativas; e a dificuldade de separação entre pais e filhos. A título de ilustração, selecionamos alguns depoimentos desses filhos e desses pais.

Declarações de filhos:

- “É complicado morar sozinho ou dividir apartamento com alguém.”
- “Abaixar o padrão de vida e começar por baixo é desestimulante.”
- “Morar com os pais significa poder investir mais em estudos e trabalhos importantes que, às vezes, são mal remunerados”.
- “A convivência com os pais não é nenhum sacrifício, pelo contrário, é estimulante”.
- “Morar com os pais não quer dizer que eu não possa levar meu namorado para dormir em casa”.

- “O mercado de trabalho está muito competitivo, a oferta de empregos muitas vezes está abaixo das nossas qualificações profissionais, vale a pena esperar por uma oportunidade melhor”.
- “A realização profissional é tão importante quanto a realização pessoal, o bem-estar e a qualidade de vida”.
- “Existe diálogo na família, assim como confiança, apoio e afeto; meus pais são meus melhores amigos”.

Declarações de pais:

- “Quando os filhos saem de casa, o vazio é muito grande, a companhia deles é importante, é saudável”.
- “Existe uma espécie de dependência entre pais e filhos”.
- “Sair de casa é natural com o casamento, no caso do filho ser solteiro, não há necessidade de sair, pode continuar morando com a família”.
- “Os pais têm obrigação de prover o sustento dos filhos até a conclusão dos estudos, mesmo que eles tenham ultrapassado o tempo natural”.
- “Dentro de seus quartos têm o direito e liberdade de fazer o que quiserem”.
- “Os namorados são sempre muito bem recebidos, passam a fazer parte da família”.
- “Os confortos e bens materiais são importantes para o bom desenvolvimento e a futura realização profissional; investir no sucesso deles é uma meta, assim como o apoio e suporte emocional”.
- “As concessões fazem parte do diálogo, são necessárias, mas nós concedemos muito mais”.
- “O sexo em casa é uma consequência natural”.
- “A insegurança e a violência são as maiores fontes de preocupação em relação à saída de casa dos filhos”.

Considerando tais declarações, podemos refletir sobre uma possível existência de vantagens, para ambas as gerações, na convivência familiar prolongada. Essa situação parece não incomodar a nenhum dos envolvidos, muito pelo contrário, trás conforto e apoio emocional. Sendo assim, o jovem adulto -- diante do quadro de incertezas referente ao mundo do trabalho, das experiências afetivas e do mundo social – estaria optando por permanecer na casa paterna. Com isso evitaria possíveis conflitos ao se confrontar com a dura realidade fora dos

domínios da família. Ao agir dessa forma, estaria contando com o apoio dos pais, que lhe oferecem alternativas, concessões e muitos confortos para que a convivência possa ser desfrutada da melhor maneira possível. Em outras palavras, o jovem adulto se caracteriza como um adulto em potencial; apesar de possuir recursos de adulto, não os utiliza em todas as suas possibilidades. Em suma, permanecer na casa dos pais, sob o ponto de vista do estrato em questão, significaria garantir uma saída sem descontinuidade, “não comprometendo o projeto dos pais de reprodução do *status* sócio-econômico” (Salem, 1980).

Prosseguindo com o nosso intento de identificar elementos para uma melhor visualização do fenômeno geração canguru, optamos por destacar uma pesquisa qualitativa acerca de valores fundamentais para jovens adultos. O universo da pesquisa, encomendada por uma marca de refrigerantes à agência de publicidade DPZ, abarca jovens entre 20 e 29 anos das classes A e B das principais capitais brasileiras, no ano de 1996. As opiniões e posicionamentos desses jovens sublinham a importância dada à segurança financeira e ao sucesso profissional, os quais são vistos como marcadores da realização pessoal, do reconhecimento e valorização social. No que tange ao universo familiar, o sentimento de bem-estar adquirido na convivência com a família se apresenta como uma forma de sentir que a vida está sob controle. A estabilidade emocional é muito valorizada e associada aos relacionamentos, tanto familiares quanto com parceiros, e a saída da casa dos pais costuma estar conectada ao casamento, ao relacionamento duradouro.

Ao nos depararmos com a questão do casamento, consideramos oportuno trazer um outro exemplo recolhido na mídia, o depoimento de A., 30 anos, extraído do artigo “Hotel em Casa” (*O Globo*, 31-08-2002): “Nós brasileiros não gostamos de viver sozinhos, geralmente moramos com nossos pais até encontrarmos a pessoa certa para casar”. Ao examinarmos com alguma atenção esse depoimento, podemos dimensionar o alcance das tradições culturais brasileiras que ainda indicam o casamento como meta para muitos – apesar da dita crise que o envolve – e, conforme o relato de A, ele pode estar condicionado à saída da casa paterna. Correlacionando esse relato com a questão do casamento contemporâneo, nos obrigamos a destacar alguns aspectos da sua construção que abrigam “noções de transmissão cultural, prescrições sociais, como também, a constituição de um sujeito em face destas forças” (Jablonski, 1991: 230).

Como já foi dito, a nossa cultura prescreve que casar é preciso e o amor é condição imperativa para a construção do laço conjugal. Segundo os dados da pesquisa de Jablonski acerca da visão dos jovens adultos sobre o casamento, diante da pergunta “Você pensa em se casar algum dia?”, 86% responderam “Certamente sim”. Para a indagação “Caso pretenda se casar, quando o fará?”, obteve-se uma média de 30 anos para ambos os sexos. Com referência à questão “Você se imagina passando o resto de sua vida de casado (a) com a mesma pessoa?”, 66% responderam que sim. E para a indagação sobre quais seriam as vantagens de se estar casado, em primeiro lugar foi indicado o amor, em seguida a intimidade e, por fim, o compartilhamento. De acordo com o autor, o que tem peso maior na idéia de casamento para os jovens é o amor, o amor-paixão. O imaginário dos jovens estaria impregnado da visão *hollywoodiana* do mito do amor eterno e da paixão avassaladora.

Uma outra pesquisa, dessa feita organizada por uma emissora de telecomunicações, em 1999, nos fornece mais elementos para a compreensão do universo do jovem adulto. Nessa pesquisa foram entrevistados 2.425 jovens entre 12 e 30 anos, das classes A, B e C, das principais cidades brasileiras. O dossiê jovem, conforme os autores da pesquisa, indica alguns fatores que determinariam o perfil do jovem de fim de milênio, tais como: abertura e tolerância em relação a diferenças pessoais, o individualismo, a ausência de bandeiras ideológicas ou políticas, liberdade e sexo e a não-discussão de limites e sim a ausência destes. No que concerne à convivência entre as gerações de pais e filhos, sair de casa ganhou um sentido de decisão absolutamente amadurecida, não impulsiva. A saída não significa ruptura, e sim uma conquista de independência e respeito. E acima de tudo, a decisão precisa abrir a perspectiva de uma vida melhor, não se estando disposto a pagar um preço muito alto por um pouco mais de liberdade ou autonomia. Com isso, podemos perceber que esse jovem do fim de milênio valoriza a individualidade, a liberdade e o sexo, porém não tem em alto grau a independência pessoal e os compromissos e responsabilidades da vida fora da casa dos pais.

Velho (1979) nos adverte que “não faz sentido analisar uma juventude ou geração brasileiras, como se essas estivessem isoladas de um contexto social mais amplo” (p. 135). As mudanças culturais das últimas décadas, agora pensando na globalização, aproximam de maneira real e concreta outros pontos do hemisfério

ocidental. Os “estrangeirismos”, como nos diz Velho, afetam mais diretamente as classes médias e altas, pelo seu alto grau de absorção de tecnologia e cultura, dentre outros. Os fenômenos universais que marcam sociedades particulares mais rapidamente são em geral os econômicos. Esses fenômenos poderiam, aliados a questões locais, ser o denominador comum para a ocorrência do prolongamento da convivência familiar em outros países.

De acordo com referências da mídia, outras “gerações cangurus” emergem em contextos geográficos e culturais diferentes. Portugal, Espanha, França e Itália, curiosamente países latinos, são mencionados como focos de emergência de tal geração de jovens. O jornal *Los Angeles Times* (14/10/2002) se encarrega de apontar na distante Itália o fenômeno por ele batizado de *Aging Bambin*”. Assinala que, de Milão à Sicília, um grande número de jovens adultos convive com os pais e que, sendo assim, os pais ganham companhia e os filhos um novo estilo, a “*dolce vita*”. Nesse mesmo artigo, Domenico de Masi, sociólogo, analisa de uma forma interessante o fenômeno e afirma:

O medo de ficar só emerge mais cedo no casal italiano, portanto, há um investimento maior na esfera do sentimento em relação aos filhos. Enquanto que, nos casais americanos, o medo da solidão ocorre mais tarde, quando estão mais velhos, havendo então, uma menor carga sentimental envolvida na relação com os filhos. (p. A12)

Anne Muxel, socióloga do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França, CNRS, em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, fala de “um retorno aos valores familiares” e afirma que “um dos fatores determinante para isso é a dificuldade de inscrição social do momento atual”. Existiria no jovem adulto o medo de não encontrar um lugar estável na sociedade e no mundo do trabalho. Com isso, o espaço familiar tempera de alguma forma as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos na vida social. Evidentemente, o incremento do diálogo nas relações familiares nos últimos tempos permite que essa convivência possa se basear, pelo menos no plano das obrigações, em negociações e respeito às individualidades.

“Os cangurus portugueses” vem a ser o título de um artigo da revista *Expresso* (07/02/1998) no qual se descreve uma geração de maiores de idade e já empregados que continuam a não querer sair da bolsa protetora. Assinala Carla Tomás, autora do artigo, que “essa tendência se acentuou na década de 90”. Já

Colonna (2002) se refere a esse fenômeno como uma manifestação das tradições culturais espanholas, nas quais os pais se sentem obrigados a atender às necessidades dos filhos, mesmo quando esses já tenham alcançado a maturidade. Esse fato revela uma contradição no que tange à carga econômica e emocional que os pais suportam ao terem filhos adultos sob seu teto. Esse encargo, que deveria ir diminuindo à medida que o filho fosse se aproximando da maturidade, pelo contrário aumenta e, com isso, adia o merecido descanso dos pais.

Um outro país latino acusa a presença da geração canguru, a Argentina, que, de acordo com o artigo de Wainerman (1997) intitulado “Eternamente Filhos”, nos revela algumas das características “universais” do fenômeno em questão. A autora, socióloga, também menciona as dificuldades do mundo do trabalho e as mudanças de valores contemporâneos que afetam a classe média como os aspectos que concorrem para a eclosão do fato. Suas observações se referem à cidade de Buenos Aires e ainda revelam uma outra característica das mudanças sociais, o casamento tardio. De acordo com ela, entre 1980 e 1995, a idade média dos que optam pelo casamento aumentou de 25,9 anos para 28,2 anos.

Nem só em países latinos observa-se o fenômeno de filhos mais velhos morando com os pais. Segundo o artigo “Permaparents” (*Psychology Today*, outubro, 2003, pp.40-53), os Estados Unidos da América, país de tradição protestante, vem sendo palco da *geração boomerang*. Esses jovens adultos deixaram a casa paterna por volta dos 18 anos e direcionaram-se às universidades, distantes de suas cidades de origem, para a graduação universitária. Após a conclusão dos estudos, o habitual seria manter a independência conquistada no *campus* e partir para a profissionalização em locais diversos. No entanto, a partir da década de 1990 vem sendo observado o retorno em número crescente desses jovens à casa paterna, por razões que variam desde a falta de empregos, o aumento dos aluguéis, enfim, a mão pesada da recessão econômica e social, até as desilusões afetivas. Esses jovens, não obstante, encontram pais de braços abertos para recebê-los, o que, de acordo com o artigo, seria uma característica da geração *baby boomer*. Essa geração, à qual pertencem os pais, configurou-se por um alto investimento emocional nos filhos e, portanto, seria fortemente beneficiada com o retorno da geração boomerang.

A entrada no mundo adulto é marcada por uma série de passagens que deslizam do tempo de estudo para o de trabalho, da troca da casa paterna para a moradia própria, do *status* de filho para o de pai, entre outras. A geração por nós estudada cumpre alguns desses rituais, porém deixa de lado outros. Ao retardar a saída do reduto familiar, os jovens adultos não evoluem da condição de dependência para a de autonomia. Com isso, adiam compromissos da ordem do social como também da afetiva, uma vez que em suas “solteirices” e não-comprometimentos com responsabilidades sociais, se mantêm numa eterna adolescência. Os fatores por nós privilegiados na abordagem da geração canguru – como as novas realidades do mundo do trabalho, as relações igualitárias que afetam tanto a família como a formação dos futuros pares e o conseqüente adiamento do casamento – vêm a ser alguns dos aspectos do leque de variáveis a influenciar o fenômeno.

Acrescentamos ainda que ao observar as características dos nossos “cangurus” e os de outros países, podemos concordar com Velho (1979) acerca de suas considerações a respeito de uma certa universalidade no que concerne aos modos, costumes e valores das classes médias e altas (p.135), sobretudo no que se refere ao mundo jovem. Em última instância, em tempos de internet e globalização, vivenciam-se de maneira rápida os fatos que ocorrem em diferentes pontos do planeta. Sendo assim, sustentamos que a geração canguru observada na classe média do Rio de Janeiro tem traços em comum com outras culturas no que tange a alguns aspectos do universo familiar, como a liberdade sexual e a permissão para o sexo em casa, o adiamento do casamento e algumas das questões econômicas atuais, como a “crise” e a competitividade no trabalho, além de outras.

4.4

A geração dos pais e a geração dos filhos: da obrigação à permissão

Primeiramente pretendemos destacar alguns aspectos da geração dos pais, reconhecida pela mídia, pelas artes e pelas ciências sociais como a “geração maio de 68”, ou “geração paz e amor” ou “geração baby boomer”, ou ainda “geração AI5”. Privilegiaremos em nossa abordagem as suas ideologias, contestações e

inquietações, tão diametralmente opostas à da geração de seus filhos, mais conformada, conservadora e voltada para si mesma. Ao fazer isso, acreditamos estar lançando mais luz ao enfoque geracional e permitindo o reconhecimento das influências culturais, econômicas e históricas que afetaram essas gerações e por elas foram afetadas. Conforme formula Coontz (1997):

Uma perspectiva histórica pode nos ajudar a situar as nossas relações pessoais em um contexto social mais amplo, de modo a podermos distinguir problemas ou idiosincrasias dos dilemas mais amplos, impostos pelo tempo em que vivemos. Entender os antecedentes históricos e o cenário sócio-econômico atual das mudanças familiares nos ajudam a diminuir a tensão existente nos debates que envolvem muitas das questões referentes à família. (p. 11) ¹

Assim, acreditamos avançar na compreensão das percepções de mundo dessa geração e, sobretudo, caminhar no sentido de realçar os sonhos que foram repassados à geração dos filhos. Sonhos esses que, no nosso entender, envolviam a busca de felicidade e liberdade acima de tudo.

Até meados do século XX, as juventudes eram claramente diferenciadas dos grupos de adultos, primeiro, por terem sido criadas como uma fase de preparação para a vida madura e, segundo, por terem criado, elas próprias, estilos de vida e sub-culturas não só distintas como também opostas ao mundo adulto “normal”. Esses estilos e culturas constituíram movimentos subterrâneos e alternativos de juventudes que em muito contribuíram para o processo de modernização da sociedade ocidental. Essa noção de juventude tem o seu ápice nos movimentos da revolução cultural dos anos de 1950 e 1960, período histórico de intensas transformações sociais e que viu nascer movimentos emancipatórios como o feminismo e o movimento estudantil conhecido como “maio de 68”, que marcaram profundamente a cultura ocidental e, sobretudo, toda uma geração.

Tudo isso se exemplifica na insatisfação dos estudantes franceses em relação ao sistema acadêmico rígido da Universidade de Nanterre, em Paris. Protestaram, invadiram a universidade e deram início a um movimento que a princípio foi estudantil mas logo passou a contar com a adesão de trabalhadores

¹ A historical perspective can help us place our personal relationship into a larger social context, so we can distinguish individual idiosyncrasies or problems from broader dilemmas posed by the times in which we live. Understanding the historical background and the current socioeconomic setting of family changes help us turn down the heat on discussion of many family issues”. (tradução da autora)

insatisfeitos com a exploração e as injustiças sociais do governo De Gaulle, desgastado econômica e politicamente pela guerra da Argélia.

No campo das idéias, o “maio de 68” congregou pensadores que reforçaram o sentido revolucionário do movimento como Marx, Nietzsche, Freud, Heidegger, Marcuse, Castoriadis, entre outros, demonstrando a diversidade de perspectivas teóricas envolvidas no contexto de então. Segundo Candido (1998):

Marcuse, em 1964, como nenhum outro teórico antes, percebeu o ambiente cultural propício para a emergência do movimento. Previu que os agentes revolucionários não seriam mais as classes trabalhadoras e sim a juventude de então, que resistia à disciplinarização dos corpos e das mentes impostas pela sociedade industrial. A classe operária ligada pelas necessidades de sobrevivência ao contexto do capitalismo industrial perderia o seu papel de agente revolucionário. (pp.2-3)

Os principais atores do “maio de 68” foram, sem dúvida, os jovens, e a filosofia foi a das ruas e das barricadas. Idéias pichadas em muros sintetizavam o sentido do movimento: “É proibido proibir”, “Fora burguesia”, “Sexo livre”, “Liberdade e luta”, “Fale com seu vizinho”. Para Ribeiro (1998), a atmosfera da época era exaltante, tinha algo de político, mas foi essencialmente marcada pela ânsia de liberdade, de fraternidade e de festa. A pluralidade das correntes de pensamento que a atravessaram iam do marxismo ao anarquismo passando ainda pelo surrealismo. O movimento entrou para a história como uma verdadeira polifonia libertadora, complexa e positiva.

No Brasil, a experiência cultural dos anos 60 e o contexto político da ditadura militar mobilizaram as massas juvenis, principalmente para as práticas militantes de combate ao regime totalitário instituído, não querendo dizer que as motivações existenciais e aspectos culturais estivessem fora do contexto dos movimentos estudantis. Em certa medida pode-se dizer que o movimento capitaneado pela massa estudantil brasileira diferiu do francês pelo seu caráter mais político que existencial e mais econômico que cultural.

Como pano de fundo temos a emergência do AI-5, decretado em 1968, configurando o estado de exceção no qual houve um completo fechamento da vida política, suspensão de direitos civis e garantias jurídicas, bem como práticas de tortura. Para Aarão Reis (1998), “a ditadura militar revelou uma sociedade partida, dividida entre a resistência dos mais fracos e a bota dos mais fortes, flores

contra tanques, humanos *versus* gorilas”. Enquanto se falava em luta armada eram propostas a liberdade sexual e novos modos de viver. Ao mesmo tempo em que acontecia a passeata dos cem mil na Cinelândia, artistas plásticos realizavam performances no MAM, totalmente nus. Na versão brasileira havia diversidade e autonomia nos movimentos de contestação juvenis.

Para Dolto (1990), “as únicas revoluções bem-sucedidas são as que fracassam, pois ao malograr elas abrem seu caminho nas consciências”. O legado da geração de 68 parece residir no próprio sentido revolucionário do movimento. Para uns, ele representou um marco na história da humanidade, com suas palavras de ordem desconcertantes, com o seu repúdio às segregações raciais, às guerras imperialistas e à coisificação das subjetividades pelo capitalismo liberal. Para outros, representou apenas um movimento passageiro e pequeno-burguês.

Na esfera familiar, essa geração travou verdadeiras lutas para a conquista de seus ideais libertários, sexuais e ideológicos. Os aspectos que melhor caracterizavam essa família eram a rejeição do novo pelos pais, e as relações familiares baseadas numa hierarquia rígida e com fronteiras bem demarcadas. Os diálogos guardavam o respeito às noções hierárquicas e as obrigações evoluíam no sentido da busca e garantia de ascensão social, características da época do milagre econômico, em plena vigência do regime militar. Os conflitos advindos dessa configuração provocavam nos jovens a necessidade de diferenciação em relação aos pais, e para isso a saída de casa se verificava como condição de uma vida coerente em relação aos ideais que permeavam esse universo jovem. Morar num “cafofo”, numa república de estudantes, dividir moradia, trabalhar em “bicos” eram o caminho da autonomia e independência da família.

Nos últimos 30 anos, muita coisa mudou no horizonte da sociedade informatizada contemporânea. O pano de fundo da geração dos filhos varia da revolução da comunicação à clonagem, da AIDS à derrocada do ideal socialista, da internet à ecologia. O caráter heróico do jovem ator de 68 foi assimilado pela sociedade de mercado global, devidamente embalado e devolvido sob a forma de bens da cultura de consumo. Para Bezerra (2002), nos anos de 1960, a angústia inundou a cultura da classe média, num ambiente marcado pela guerra fria, movimentos de contestação, o *rock*, entre outros, e essa inundação se refletiu no imaginário da época do sujeito atormentado com o sentido da existência. Hoje, vivemos a época dos desamparados e o vazio é o espírito do tempo. Segundo o

autor, o indivíduo contemporâneo oscila entre a nostalgia melancólica de valores que se foram e a tentativa de preencher esse vazio. A norma subjetiva é o consumo compulsivo de objetos e imagens, busca desesperada do bem-estar e a sujeição a padrões idealizados de beleza e juventude, ou seja, estratégias para evitar ou negar a experiência do vazio. Em suma, houve um deslocamento do sentido da vida para a busca de qualidade de vida, sendo que os padrões de qualidade exigem uniformização, previsibilidade e sujeição. A transformação das subjetividades de uma geração para outra é inegável.

Por outro lado, a geração dos filhos cresceu cercada pela mídia digital através do uso de computadores na casa, na escola e locais de lazer. A tecnologia digital para eles é tão simples como uma torradeira elétrica. Essa geração é marcada pela idéia de interatividade, sendo que a internet começou a entrar nas casas de classe média a partir da metade da década de 1990, e transformou o indivíduo jovem em um usuário e não mais em um espectador. Segundo Tapscott (1998),

A “geração digital” é maleável, flexível e luta pelo direito à informação. A tecnologia interativa vem a ser uma mudança de paradigma em vista de ser um meio de comunicação humana com capacidade para suplantar todas as revoluções anteriores, como a prensa, o rádio, o telefone, a televisão e computadores. (p.76)

Ao se depararem com o mundo do trabalho, essa geração, afetada pelo mito do desemprego e aliada aos recursos da interatividade e conexões em rede, investe no empreendedorismo, que veio a significar uma grande reviravolta no mundo do emprego. Uma vez que não mais acreditam em instituições, dão preferência “a modos não-hierárquicos de trabalhar”, ou seja, o “negócio próprio”.

No domínio familiar, Khel (2001) sustenta:

os filhos da geração rebelde dos anos 60/70 herdaram os direitos e liberdades conquistados por seus pais. Mas ainda herdaram dos pais o imperativo de desfrutar a vida, o dever da felicidade e a obrigação da liberdade. E a indústria cultural em expansão nos anos 60/70 se transformou na poderosíssima indústria da comunicação, que de seu jovem mercado aproveita tudo, até o berro. (p. 31)

A tendência aos modos horizontais de relação, ou neutralização da hierarquia, observados na sociedade atual produziu grandes mudanças no terreno da família. “As relações familiares igualitárias” (Lasch, 1977) introduziram a

flexibilidade e a diluição de fronteiras no âmbito familiar. O diálogo e as negociações passaram a fazer parte do cotidiano e a noção de autoridade sofreu um esmaecimento senão um apagamento nos tempos atuais. As cobranças dos pais se deslocaram do plano de liberdade e sexo para o dos estudos e da inserção no mercado de trabalho. Vale lembrar que algumas crianças e adolescentes da geração digital sabem mais que os pais no que concerne à informação e uso da mídia digital, o que seria uma grande inversão hierárquica na estrutura da classe média.

De todo modo, a horizontalização das relações familiares abriu um espaço privilegiado para o diálogo, presentificado em forma de permissões, posturas de companheirismo e ausências de limites. Toda essa forma de se relacionar, sob a lógica dos pais, resvala num vazio de valores e numa falta de alternativas em relação aos padrões impostos pela cultura do consumo. Isso pode produzir uma espécie de sentimento de desautorização diante de um possível comportamento de excesso do filho, o que gera desorientação e insegurança. A questão parece ser: em nome do que se vai limitar, quais seriam os valores que poderiam ser propostos? Enquanto isso, os jovens aguardam um momento melhor para encarar a entrada no mundo dos adultos.

5

O prolongamento da convivência familiar: uma questão contemporânea

5.1

Metodologia

No presente capítulo é nossa intenção expor as reflexões advindas da pesquisa de campo por nós realizada, no intuito de investigar a questão do prolongamento da convivência familiar verificado no momento atual. A partir de uma revisão bibliográfica acerca dos temas geração, juventude, família e contexto social, destacamos os seguintes aspectos: o alargamento da duração da adolescência, uma juvenilização da cultura contemporânea, o adiamento do casamento, uma nova forma de relação interpessoal e uma mudança no domínio social relativa ao trabalho.

Levando em conta essas considerações, construímos o eixo referencial da pesquisa de campo calcado nas reflexões acerca dos elementos teóricos já citados. Nessa medida, nos obrigamos a verificar como essas famílias se percebem e como se comportam diante do contexto social contemporâneo, entendendo que entre essas duas esferas dá-se uma interação, isto é, uma relação de reciprocidade (Minuchin, 1980). Também é nosso intento examinar como se processa a convivência familiar, ou seja, como as ações e comportamentos engendrados pelos membros da família se configuram, com o objetivo de adiar a saída da casa paterna.

Para atingir essa meta, efetuamos uma pesquisa que abarca depoimentos de 7 famílias, em entrevistas gravadas com a permissão dos entrevistados, e perfaz um total de aproximadamente 15 horas de gravação. As entrevistas foram realizadas nas residências das famílias, e o procedimento utilizado foi o de separar os subsistemas familiares de forma que fossem ouvidos em dois momentos, ou seja, num primeiro momento foram colhidos os depoimentos dos pais e, em outro, os dos filhos. Ao estabelecermos um primeiro contato com a família, no qual foram colocados os objetivos da pesquisa, acordou-se com a mesma que, por uma

questão hierárquica dos papéis familiares, o casal parental ou o representante deste seria ouvido no primeiro momento, e depois, o filho(a). Em seguida todo o material gravado foi transcrito na íntegra, sendo preservadas as características originais dos depoimentos.

O universo da pesquisa vem a ser a família de classe média da zona sul do Rio de Janeiro, sendo importante destacar que essa escolha baseou-se no fato de que o fenômeno por nós delimitado vem sendo observado nesse estrato social. Os critérios estabelecidos para a seleção da amostra foram: 1) as famílias deveriam residir em imóvel próprio em bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro; 2) os membros a serem entrevistados deveriam ter graduação universitária; 3) todos os membros da família entrevistados deveriam residir sob o mesmo teto; 4) o filho ou filha entrevistado(a) deveria ter idade superior a 26 anos. Esses critérios têm a finalidade de uniformizar nosso universo de análise e, como diz Salem, “o sentimento de pertença a um determinado estrato social é um elo unificador na medida em que condiciona e estabelece parâmetros nas formas de pensar e agir das pessoas” (1980:23). No entanto, consideramos importante ressaltar que a literatura antropológica (Velho, Salem, Dumont) também nos indica que nesse segmento social existem variações nos estilos de vida e visões de mundo que configuram a pluralidade dos modos de viver. É importante salientar que o critério de idade cronológica dos filhos delimitado a partir de 26 anos obedeceu à discussão de que nesse ponto do ciclo vital, na classe social média, é suposto que o indivíduo já tenha finalizado um curso universitário e portanto tenha condições para a sua profissionalização e independência.

Partindo do pressuposto de que falantes, ouvintes e contexto são sempre originais e singulares, escolhemos como método a análise do material discursivo dos entrevistados (Nicolaci-da-Costa, 1989). Para tanto foram montadas entrevistas semi-estruturadas em termos de tópicos, previamente elaborados. As categorias de análise foram construídas a partir do nosso referencial teórico e intencionavam analisar os dois seguintes aspectos: 1) a convivência entre as duas gerações, ou seja, pais e filhos; 2) as mudanças perpetradas pela família na interação com o contexto social, sob as perspectivas histórica, social e econômica.

5.2

Análise dos dados da pesquisa

5.2.1

Traços biográficos das famílias entrevistadas

Para o entendimento do universo específico de cada uma das famílias entrevistadas, consideramos importante discriminar alguns dados referentes a suas origens e à história de vida atual. Por compreender que o sentido de família imputado a esse domínio, por pais e filhos, é forjado nos limites de como essa visão foi construída, reforçada e confirmada, nos obrigamos, minimamente, a sublinhar alguns dos caminhos trilhados ao longo de suas histórias de vida. A esse respeito, Minuchin (1993) nos diz que alguns modos de agir da família remetem às heranças recebidas das gerações passadas e nos adverte que, “com o tempo, esses caminhos se tornam rotas das quais pode ser difícil sair” (p.12). Ao dizer isso, sustenta que os padrões transacionais desenvolvidos entre os membros da família desvelam a força como são construídos, ou seja, as visões de família e dos papéis familiares são reconstruídos em milhares de transações repetidas ao longo de cada história. Essa perspectiva permite reconhecer nas configurações e reconfigurações familiares os pontos de ruptura e de continuidade entre as gerações, no que diz respeito ao significado de família e dos papéis familiares.

A fim de facilitar a identificação dos membros das famílias, optamos por classificá-las pelas 7 primeiras letras do alfabeto e os nomes fictícios escolhidos obedecerão a essa ordem. Sendo assim, na família A, aos membros foram atribuídos nomes que se iniciavam com a letra A, ou seja, Ana, Ângelo, Alexandre e Andréa, e assim, sucessivamente.

Famílias	Pai	Mãe	Filho(a)
A	Ângelo	Ana	Alexandre
			Andréa
B	Bento	Beatriz	Bruno
C	Cláudio	Celina	Carla
D	Daniel	Denise	Dora
E		Ester	Eduarda
F	Fernando	Fátima	Fábio
G	Guilherme	Gabriela	Gustavo

A família A, composta por Ângelo, pai, Ana, mãe, Alexandre, filho, e Andréa, filha, reside na zona sul do Rio de Janeiro. Ângelo, engenheiro civil, e Ana, artista plástica, estão casados há 30 anos. Alexandre é formado em estilismo e moda e Andréa, em pedagogia. Ângelo e Ana nasceram e casaram no mesmo bairro em que moram até hoje, se conheceram na praia onde praticavam surfe. Casaram ainda estudantes universitários, Ana engravidou de Alexandre, fato que provocou “verdadeira confusão familiar”, relata Ana. Foram residir em imóvel cedido pelo pai de Ângelo. Este terminou o curso de engenharia e foi trabalhar na empresa do pai; já Ana ficou cuidando das “crias” até estas adoescerem, quando então iniciou carreira de artista plástica. Ângelo continua à frente da empresa fundada pelo pai até hoje.

Alexandre e Andréa estudaram em colégios do bairro, e depois estudaram em universidade particular em bairro próximo e complementaram os estudos durante um ano no exterior, ao fim do qual retornaram e voltaram a residir com os pais.

O pai de Ângelo nasceu em Santa Catarina e veio para o Rio de Janeiro com 10 anos, junto com os pais e irmãos; a família mudou-se por motivo de trabalho do pai, que era comerciante da área de construção civil. A mãe de Ângelo, dona de casa, nasceu e casou no mesmo bairro da zona sul do Rio de Janeiro – a família do pai de Ângelo morava em casa vizinha a sua – onde criou e casou os 5 filhos. O pai de Ângelo começou um negócio próprio e em pouco tempo transformou-se num grande empresário da área de construção civil, como

seu pai havia sido em menor escala. O casal permaneceu casado até o falecimento do pai de Ângelo recentemente.

Os pais de Ana também nasceram no Rio de Janeiro, ele num bairro da zona norte e ela na zona sul. O pai era comerciante, possuía uma loja de móveis de decoração; a mãe fez curso normal e nunca trabalhou fora de casa. O casal foi residir no bairro onde a mãe de Ana nasceu e no qual moravam os seus pais; tiveram 5 filhos, como os pais de Ângelo, e se separaram com 10 anos de casados. A mãe de Ana foi então morar com o pai, dentista do bairro, com os 5 filhos. Mais tarde, quando os filhos casaram, recasou-se e continuou morando no mesmo bairro. Quanto ao pai de Ana, se afastou da família e não manteve mais contato com os filhos.

A família B é constituída por Bento, pai, Beatriz, mãe, e Bruno, filho. Bento, militar, e Beatriz, professora, casaram num bairro da zona norte do Rio de Janeiro onde nasceram seus 3 filhos. Ambos investiram em novas profissões logo no início da vida em comum: Bento formou-se em engenharia e Beatriz em psicologia, construíram suas carreiras e mudaram para um bairro da zona sul com os filhos ainda pequenos. Bento, hoje, é funcionário público federal e Beatriz mantém um consultório de psicologia em bairro próximo. Suas famílias de origem permaneceram em bairros diferentes na zona norte da cidade, e, segundo seus relatos, continuaram mantendo vínculos entre si.

Bruno é o filho mais velho do casal, formou-se em análise de sistemas em universidade de renome da cidade, pós-graduou-se em Marketing e trabalha como gerente de uma empresa de telecomunicações há 3 anos.

Os avós paternos de Bento eram italianos e se fixaram num bairro da zona central da cidade; o pai de Bento se tornou funcionário do correio federal e casou com uma colega de trabalho. Separou-se e foi morar em Porto Alegre onde conheceu a mãe de Bento, viúva e também funcionária dos correios. Vieram para o Rio de Janeiro e foram morar juntos num bairro da zona norte. Bento veio a ser o filho único do casal, que oficializou a união quando a ex-esposa do pai faleceu.

Os pais de Beatriz nasceram e permaneceram no Rio de Janeiro: ele, contador, foi funcionário de uma empresa de petróleo, na mesma cidade, até a sua aposentadoria; a mãe trabalhou no Ministério da Fazenda, em cargo burocrático, também até a aposentadoria. Residiram e criaram os 2 filhos em um bairro da zona norte.

A família C, Cláudio, pai, Celina, mãe, e Carla, filha, imigrou da cidade de São Paulo para o Rio de Janeiro quando os três filhos eram bem pequenos. Celina nasceu e se formou em Comunicação na cidade de São Paulo; Cláudio nasceu no interior do estado e veio para a mesma cidade aos 18 anos para estudar Administração de Empresas – ambos estudaram em universidade pública. Cláudio trabalhou numa grande empresa do mercado financeiro durante 25 anos, hoje está aposentado e trabalha como consultor do mercado de finanças numa empresa própria, a qual sua filha Carla administra. A empresa tem sede própria, porém tanto Cláudio quanto Carla a gerenciam na residência da família. Celina cuidou dos filhos e da casa, sem exercer atividades fora, até Carla se inscrever para o vestibular. No dia da inscrição da filha, ela e Cláudio decidiram também concorrer a uma vaga na mesma universidade: Celina optou por Psicologia, Cláudio por Direito e Carla por Administração de Empresas. Celina e Cláudio passaram para a universidade federal, porém Carla não conseguiu a vaga, decidindo então estudar numa universidade de São Paulo para a qual já havia sido aprovada; foi morar com a tia durante o período de graduação.

Os avós de Cláudio, tanto do lado paterno quanto materno, eram italianos, imigraram como agricultores e se fixaram em fazendas do interior de São Paulo. O pai de Cláudio seguiu a profissão dos pais, trabalhou como administrador de fazendas no mesmo estado, até adquirir a sua própria. A mãe se dedicou à família e a um pequeno comércio de produtos de fazenda. O casal teve 5 filhos e se separou aos 35 anos de casamento. O pai recasou-se; porém, 10 anos depois, houve outra separação. A mãe permaneceu sozinha e montou um pequeno comércio de roupas.

Os pais de Celina nasceram, se casaram e tiveram dois filhos em Portugal, quando decidiram vir para São Paulo a fim de iniciar um negócio próprio. Nessa cidade tiveram duas filhas gêmeas, uma delas Celina, e mais um filho. Trabalharam juntos no pequeno bar e restaurante que montaram no próprio bairro onde residiam. O casal se separou com 30 anos de casados, ele constituiu outra família e foi morar em outro bairro; ela continuou morando no mesmo local e não recasou.

Carla, formada em Administração de Empresas em São Paulo, pós-graduou-se em Marketing e trabalha na empresa da família, como administradora. Mora com os pais e outros dois irmãos.

A família **D**, Daniel, pai, Denise, mãe, e Dora, filha, são todos nascidos e criados em bairros diferentes da zona sul do Rio de Janeiro. Daniel, engenheiro civil, e Denise, formada em Letras, ao se casarem trabalhavam, ele numa construtora e ela numa empresa de aviação, onde está até hoje como diretora de vendas; estão casados há 30 anos.

Dora, formada em Comunicação Social, pós-graduada em Marketing, atualmente estuda Estilismo; no momento não está trabalhando, e até dois meses antes da presente entrevista trabalhava em uma empresa multinacional, como integrante de uma gerência de vendas; entrou no programa de demissão voluntária. Moram todos em um bairro da zona sul do Rio de Janeiro.

Os pais de Denise nasceram e se casaram no Rio de Janeiro. O pai se formou em Economia e era professor universitário, e a mãe era professora primária mas nunca exerceu sua profissão. O pai de Daniel nasceu no Rio de Janeiro e a mãe, na Bahia, porém veio para essa cidade ainda pequena com os pais e irmãos. O pai desenvolveu um comércio de exportação e importação na área central da cidade, e a mãe cuidou da família, o que continua fazendo até hoje, uma vez que tomou conta de vários netos e agora, de um bisneto. Moram atualmente na zona oeste da cidade, perto de vários parentes de ambos os lados. As festas de Natal, Ano Novo e aniversários dos filhos e netos são comemoradas congregando toda a família; “são verdadeiros acontecimentos”, diz Daniel.

A família **E**, Ester, mãe, e Eduarda, filha, vem a ser a única família na qual não existe a figura do pai presente no cotidiano familiar. Ester e Élcio se casaram no Rio de Janeiro, ele, militar e arquiteto, nasceu em Curitiba mas veio estudar no Rio. Conheceu Ester, ainda estudante, se casaram e foram morar em Santa Catarina. Lá, Ester terminou seus estudos, graduando-se em Economia, e teve 5 filhos com Élcio. Voltaram para o Rio de Janeiro e se separaram com 20 anos de casados. Élcio foi morar e trabalhar em Curitiba, mantendo pouco contato com os filhos, recasou-se mas não teve outros filhos. Ester trabalhou como promotora de eventos durante algum tempo e depois montou sua própria empresa na qual trabalha até hoje.

As duas filhas mais velhas de Ester estão casadas e moram em outros estados, portanto na residência da família coabitam Ester, Eduarda e outros dois filhos que estão terminando seus cursos universitários. Ester mantém um

relacionamento que denomina como um namoro “muito compromissado” há 8 anos, porém cada um tem a sua casa e assim querem que continue.

O avô de Ester era vice-almirante da Marinha e seu filho único, pai de Ester, era coronel do Exército e economista, e, depois da aposentadoria, foi ser professor universitário. Tanto o pai quanto a mãe de Ester nasceram, se criaram e casaram em bairro da zona norte do Rio de Janeiro. Mudaram para a zona sul na década de 70, época do “milagre brasileiro” e do prestígio das forças armadas, com os dois filhos já adolescentes. O pai de Ester era o “autêntico milico em casa”; a mãe tocava piano e jogava cartas com as amigas todas as tardes, segundo seu relato. Eduarda, formada em Jornalismo há 6 anos, trabalhou em duas emissoras de televisão do Rio; na última trabalhou durante 3 anos e foi demitida há 6 meses. Atualmente trabalha como *free-lancer* para emissoras, jornais e revistas.

A família **F** é composta por Fernando, pai, Fátima, mãe, e Fábio, filho. Todos nasceram no Rio de Janeiro, inclusive os pais de Fernando e os de Fátima, como também sempre moraram em bairro da zona sul. Fernando se formou em Administração de Empresas e pós-graduou-se em uma universidade dos Estados Unidos da América. Fátima se formou em Artes e complementou os estudos em Paris. Fernando trabalhou em duas empresas diferentes de comércio exterior, hoje está aposentado e trabalha como consultor de empresas. Fátima sempre foi professora de Artes e História da Arte, e atualmente dá aulas em casa. Estão casados há 40 anos.

Os pais de ambos são apontados pelo casal como muito conservadores e rígidos, o pai de Fernando era médico e a mãe, professora, e o pai de Fátima era comerciante e a mãe, professora de canto e piano. Fábio reconhece nos avós o conservadorismo assim como enxerga essa condição nos pais.

Fábio, formado em Engenharia, pós-graduado em gestão de empresas e mestre em Administração empresarial, trabalha em uma empresa de telecomunicação há 4 anos. Tem uma namorada que mora em outra cidade para a qual se desloca quase todo os fins de semana.

A família **G**, constituída por Guilherme, pai, Gabriela, mãe, e Gustavo, filho, tem ainda mais um membro, a filha Gilda, que não pôde participar da entrevista. Guilherme nasceu no Rio Grande do Sul, em Pelotas, mas sua família se deslocou para Porto Alegre e lá ele viveu sua infância e adolescência e se

formou em Administração de Empresas. Veio trabalhar no Rio de Janeiro onde conheceu Gabriela, também formada em Administração de Empresas, e que trabalhava como secretária executiva da mesma empresa de Guilherme. Casaram-se e foram morar em Belo Horizonte quando Gabriela engravidou de Gustavo e parou de trabalhar; lá também nasceu Gilda. Poucos anos depois o casal retornou para o Rio de Janeiro e foi residir na zona sul da cidade; estão casados há 29 anos.

O pai de Guilherme foi exercer sua função de fiscal de imposto de rendas em Porto Alegre e, ao aposentar-se, optou por dar aulas na universidade do estado. A mãe exercia as funções de administrar a casa e cuidar das crianças; o casal teve 6 filhos. Já o pai de Gabriela imigrou da França para o Rio de Janeiro junto com a família e formou-se em Medicina. Conheceu a mãe de Gabriela no hospital em que trabalhava, onde ela era enfermeira. Casaram e tiveram 5 filhos sendo que a mãe de Gabriela parou de trabalhar para cuidar da família.

Gustavo é formado em Administração de Empresas e foi *trainee* da empresa multinacional em que trabalha há 4 anos.

A breve descrição das trajetórias de vidas envolvendo as três gerações teve como objetivo realçar alguns aspectos que favorecem o entendimento do fenômeno psicossocial da geração canguru. Os fatores sócio-econômicos, históricos e psicológicos atrelados a essas trajetórias nos permitem compreender as heranças culturais recebidas por cada uma das famílias, assim como visualizar os modelos de papéis familiares a influenciar a construção de suas histórias. A especificidade, a originalidade ou ainda a singularidade de cada uma delas pode ser melhor compreendida a partir das raízes transgeracionais.

Observando a composição da amostra de nossos entrevistados, destacamos a presença maciça da família nuclear moderna, composta por pai, mãe e filhos. Seis famílias se configuram segundo essa concepção e somente uma foge ao padrão tradicional, a família E, que foi atravessada pela separação dos cônjuges. Conforme o relato de Ester, na sua vida não houve um recasamento mas admite que vive uma relação conjugal fora dos padrões tradicionais. A partir disso, constatamos que apesar do modelo de família nuclear permanecer dominante, outros arranjos familiares se fazem anunciar e outras alternativas de convivência se apresentam perante a estrutura tradicional.

Curiosamente, na geração dos avós, verificamos quatro relatos de separação conjugal, o que era incomum nessa faixa geracional. Em dois casos foi

uma separação tardia, em torno dos 30 anos de casamento, e esse acontecimento, coincidentemente, se refere à família C, tanto Cláudio como Celina tiveram os pais separados com aproximadamente o mesmo tempo de casados. Nos outros dois, em um a separação ocorreu num primeiro casamento, ainda sem filhos, foi o caso do pai de Bento, e no outro, teve lugar com uma família com filhos pequenos, os pais de Ana.

Três famílias, E, F e G, definiram as suas famílias de origem como muito conservadoras, mas duas delas, a F e a G, também foram assim rotuladas pelos seus filhos, Fábio e Gustavo. Na família E, Ester é vista por Eduarda, sua filha, como aberta, flexível e muito próxima. O comportamento de Ester, contrário às imposições dos pais, coloca em evidência a ruptura entre a sua geração e a de seus pais, ruptura que teve como palco as circunstâncias históricas da ditadura militar no Brasil, a rebelião estudantil conhecida como maio de 68 na Europa e a ideologia da paz e do amor, entre outros.

Observamos que todos os pais entrevistados saíram da casa paterna para casar; o ambiente familiar de uma certa forma “empurrava” os filhos para fora de casa, sendo o casamento o destino mais comum, o que era referendado pela cultura e ainda o é nos dias atuais.

Embora não seja o nosso objetivo, consideramos importante sublinhar as diferenças geracionais referentes ao universo da mulher e sua relação com o trabalho extra-doméstico. Entre as mães dos pais entrevistados encontramos as seguintes posições: 6 nunca trabalharam fora de casa, 1 começou a trabalhar depois da separação, 1 trabalhava como professora de piano e canto mas na própria casa, 1 trabalhou como professora durante um tempo porém abandonou a profissão e 4 sempre trabalharam. Já no domínio das nossas entrevistadas, observamos: uma só trabalhou até o nascimento do primeiro filho, 3 começaram a trabalhar quando os filhos atingiram a adolescência e 3 sempre trabalharam. Verificamos que de uma geração para outra houve uma relação maior da mulher com o mundo do trabalho, uma maior participação na renda familiar, embora os homens ainda assumam o papel de provedores principais nas famílias dos nossos informantes. Também consideramos importante ressaltar que nenhuma das mães entrevistadas fez alguma referência à influência dos pais nas suas escolhas profissionais.

Prosseguindo no domínio do trabalho, verificamos uma variabilidade na questão das influências exercidas pelos pais nas escolhas profissionais dos filhos. Ângelo, por exemplo, assim como seu pai e seu avô, se dedicou à área da construção civil, sendo que Ângelo se formou em Engenharia e logo foi trabalhar na empresa do pai que hoje é sua. Bento iniciou sua carreira como militar, porém mais tarde formou-se em Engenharia e em outro momento fez concurso público e tornou-se funcionário federal como seu pai. Ester, economista, casou-se com um militar como seu pai e seu avô foram.

Já Cláudio, Daniel, Fernando e Guilherme fizeram escolhas bastante diferentes dos pais, porém isso não quer dizer que não tenham sido influenciados por eles. Percebe-se que suas escolhas coincidem com as profissões mais valorizadas no mercado de trabalho, opção que pode ser traduzida como influência do grupo social ou familiar. Por outro lado, as mulheres parecem ter escolhido suas profissões de acordo com uma lógica “feminina” de mercado: dentre as 7 entrevistadas, 2 (Ana e Fátima) optaram por Artes, 2 (Beatriz e Celina) por Psicologia, e 1 (Denise) por Letras. Já Ester e Gabriela optaram por Economia e Administração, consideradas em sua geração como profissões mais “masculinas”. As mulheres parecem ter sofrido menos pressão familiar ou social que os homens na escolha profissional e isso se deve ao que Salem (1980) classifica como uma subordinação do trabalho ao êxito econômico imputada pelos pais aos filhos homens, revelando um modo de se relacionar com a esfera profissional baseado no valor econômico-financeiro.

No âmbito dos filhos, 5 escolheram profissões bem diferentes das dos pais e mães: Alexandre, Estilismo; Andréa, Pedagogia; Bruno, Análise de Sistemas; Dora, Comunicação e Estilismo; e Eduarda, Jornalismo. Isso expressa a maior liberdade de escolha nessa geração, assim como a valorização da realização profissional e uma nova forma de se relacionar com o mundo do trabalho calcada na noção do prazeroso, da realização, da criação, da anti-rotina, dentre outros.

Em duas das famílias entrevistadas observamos os efeitos da “juvenilização da cultura”, descrita por Calligaris (2000) como a marca da contemporaneidade. Cláudio e Celina optaram por novas profissões quando Carla iniciou sua trajetória profissional. Cláudio aposentou-se precocemente e enveredou pelo caminho do Direito; já Celina, formada em Comunicação, escolheu trilhar a Psicologia – pai, mãe e filha colaram grau no mesmo ano.

Segundo Alexandre e Andréa, seus pais têm um “espírito jovem”, o que nem sempre ocorre com os pais de seus amigos. Alexandre e Ângelo costumam “pegar onda” juntos, viajam em companhia um do outro em fins de semana; por sua vez, Ana e Andréa trocam roupas entre si e compartilham assuntos íntimos denotando muita cumplicidade. Essa aproximação de “espíritos jovens”, observada entre as duas gerações, reforça o que Leitão (1996) define como quebra de barreiras hierárquicas entre pais e filhos calcada em novas formas de se relacionar em família, baseadas no igualitarismo.

Ainda consideramos importante ressaltar, a partir desse pequeno histórico envolvendo as 3 gerações, a importância do projeto de “ascensão social” e consolidação de posições sociais adquiridas verificadas na classe média brasileira e apontada por Velho (1987) como padrão de construção de identidade do brasileiro pertencente a esse estrato social. Na geração dos avós, isso se evidencia no investimento que fizeram no estudo universitário dos filhos, visando com isso a “reprodução social do projeto paterno” (Salem, 1986), que configura a busca do sucesso e o projeto de conquista de mais um degrau na escalada social. Já o legado dos pais entrevistados para os seus filhos, além dos estudos universitários de graduação, ele inclui a complementação desses com especializações, pós-graduações, cursos no exterior, entre outros. Esse projeto mantém os filhos dependentes financeiramente por mais tempo e visa uma preparação para o mercado de trabalho restrito de hoje, não obstante, também pretende garantir a manutenção do “status”, do estilo e padrão de vida familiar.

5.2.2

A convivência entre as duas gerações segundo os pais

Nesse item pretendemos examinar os pontos em comum e as discontinuidades entre as gerações, sob a perspectiva dos pais. Entendemos que na convivência familiar dos dias atuais existe a tendência ao “mascaramento” das crises e conflitos e ao distanciamento dos papéis hierárquicos tradicionais, comportamentos instaurados através de uma grande mudança nos relacionamentos interpessoais, inscritos no princípio do igualitarismo. Também entendemos que os imperativos sociais promotores do ideal da “juventude eterna” recaem sobre a

dificuldade em se definirem categorias anteriormente fixas como a juventude e a maturidade, ou seja, o ser jovem e o ser adulto. A partir dessas noções pretendemos evidenciar os pontos de vista, primeiro dos pais e em seguida dos filhos, objetivando esclarecer como essas noções afetam as suas percepções da convivência familiar.

- **A evitação de conflitos**

Nas falas das famílias identificamos o mecanismo de evitação de conflitos, os quais, na medida em que não podem ser explicitados, permanecem implícitos no cotidiano das relações. Essa forma no agir dos pais evidencia o mascaramento de uma possível crise entre as duas gerações. Observa-se que a inexistência de crise ou conflito não significa a sua ausência, mas sim uma dificuldade em percebê-la ou admiti-la devido ao encobrimento da sua presença.

(...) a nossa convivência é ótima; por mim ele viveria conosco pra sempre. Há respeito, que é o principal, o resto são coisas pequenas, ultrapassáveis...
(Fernando, pai)

(...) na nossa convivência existe o sentido de família mas isso não é fácil porque a pessoa já adulta quer se impor como personalidade, não quer mais opinião, não quer interferência, mas isso tudo é contornável, eu não tenho temperamento forte, cedo com facilidade... (Fátima, mãe)

O fato de os pais não se referirem a um conflito explícito anuncia o engendramento de uma não inclusão de temas sujeitos a atritos na dinâmica dessas famílias; com isso um padrão interacional representante dessa forma de se relacionar é estabelecido e de uma certa maneira colabora para essa circunstância.

(...) se alguma coisa é fonte de estresse procuramos uma alternativa, pra quê se desgastar? É melhor mudar de assunto, a perfeição é uma utopia, insistir no erro, no que não está dando certo é perda de qualidade, o melhor é ainda a velha solução, conversar, se não funciona, o melhor é deixar a vida correr e esperar que tudo dê certo... (Guilherme)

(...) a gente tenta, se não dá certo, conversa, ultrapassa isso, dá pra conviver, você fecha os olhos pra algumas coisas, isso é natural em todas as relações... (Denise)

(...) não tivemos conflitos na adolescência, foi tranquilo, acho que agora temos algumas discordâncias, mais talvez do que naquela época, acho que é porque mais velhos eles se impõem mais, têm mais campo de ação, têm posições mais firmes, mas são só diferenças de opinião, de temperamento, tudo se resolve. (Gabriela)

(...) a nossa convivência é muito boa mas não é fácil porque o filho adulto quer se impor como personalidade, não aceita opinião, ele tem o temperamento forte, mas isso é contornável, não se cria atrito por causa disso. (Fátima)

Alguns pais percebem as dificuldades oriundas das interações; contudo, minimizam essa situação vendo-a como natural da convivência entre pais e filhos, provocando assim uma certa impotência ou paralisação na busca de soluções ou negociações para o seu enfrentamento. As dificuldades encontradas nas interações são atribuídas às diferenças de individualidades presentes em todo tipo de relação e não aos conflitos inerentes ao contato das duas gerações. Existe a crença de que crise é algo que deve ser afastado pelas suas características “negativas”, “geradoras de estresse”, não sendo percebida como possibilidade de desenvolvimento e elaboração. Acreditamos que essa crença tenha sido fundada na família de origem dos pais, na qual a hierarquia pautava as relações e na qual não se escamoteavam os conflitos, e as crises eram explícitas. Essa atitude reitera o padrão interacional de evitação de conflitos e reafirma essa condição como necessária para a manutenção do equilíbrio da família.

(...) a nossa fonte maior de conflito é o sentimento que eu tenho de proporcionar uma pensão de luxo; ela dorme quase todas as noites na casa do namorado e vem pra casa de manhã ou à tarde, às vezes no fim de semana, a casa é pra uso básico, isso me incomoda, eu reajo e a gente se atrita, mas depois bate aquela coisa de mãe... (Ester)

(...) conviver com o filho adulto é complicado, os hábitos dele me incomodam, isso desgasta a relação, antes eu tolerava mais, mas agora está se tornando mais

difícil. Acho que as discordâncias existem mas às vezes enfrentar não é a solução mais adequada pro momento; por exemplo, se ele se irritar e quiser sair de casa a Beatriz vai de uma certa forma me culpabilizar... (Bento)

Estes depoimentos são reveladores do grau de consciência que os pais têm das dificuldades envolvidas na prática familiar, como também da premência de evitar um confronto com os filhos, uma vez que este pode anunciar dor e sofrimento.

- **A hierarquia e a des-hierarquização**

A hierarquia é um dos elementos fundamentais na apreciação da dinâmica familiar. Na geração dos avós, o poder explícito exercido por eles e o poder de seus filhos, mascarado sob diversas formas, marcavam o território da família. Hoje, observa-se a des-hierarquização das estruturas tanto sociais como familiares. Nos limites da família, o princípio do igualitarismo estabeleceu as novas premissas que passaram a nortear as relações, caracterizadas por um maior distanciamento em relação aos papéis socialmente pré-estabelecidos e uma maior aproximação e flexibilidade nas relações interpessoais.

(...) a minha geração foi muito tolhida, eu dormia com meu namorado escondida, saía escondida, era tudo assim, regras, horários, não se discutia nada, se você tivesse uma cabeça um pouco mais revolucionária queria se livrar disso, com os meus filhos sempre busquei o oposto disso, não tem imposição, tudo se fala, tudo se troca, temos uma convivência ótima, muita liberdade de se expressar... (Ester)

(...) a minha geração era muito mais distante dos pais, tanto em moral como em ideologia, hoje se está mais próximo dos filhos, pelo menos se quer isso, apesar de que em alguns aspectos eu mantenho um certo conservadorismo, por exemplo, namorado dormir aqui me incomoda, mas eu fecho os olhos pra isso. (Daniel)

(...) a autoridade você tem até os filhos ficarem adolescentes, hoje não tem autoridade mais na casa, você tenta convencer... (Cláudio)

(...) negociamos tudo, mas na verdade cedemos muito mais que eles, as concessões sempre partem dos pais, digo no cotidiano, nas regras da casa, você vai mudando um pouco isso ou aquilo, adaptando, mas é quase tudo em função deles... (Celina)

(...) aqui em casa não tem essa de que manda quem pode e obedece quem tem juízo, acho isso horrível, a gente discute, é tudo na conversa, no diálogo, quando não dá pra ser assim a gente dá um tempo no assunto, e a coisa se ameniza, é tudo muito democrático, as regras da casa a gente muda se for preciso, pra todo mundo ficar satisfeito. (Ana)

(...) eu me sinto muito próximo do meu filho, pegamos onda juntos, malhamos, eu converso com ele sobre a relação dele com a namorada e ele me dá uns toques sobre a minha relação com a Ana, somos muito ligados, mas as vezes confesso que questiono se isso é bom, fico um pouco inseguro... (Angelo)

Nos discursos dos entrevistados torna-se claro o quanto o princípio do igualitarismo nas relações influenciou essa geração. A recusa a uma rigidez hierárquica e o não reconhecimento dos papéis familiares desenhados sob essa ótica provocou uma indefinição e o esmaecimento da autoridade parental. Paralelamente, se desenvolveram os valores da cumplicidade e da amizade, os quais passaram a permear as interações entre pais e filhos. Com isso houve um certo apagamento da experiência de antagonismo entre as duas gerações, necessária, segundo alguns autores (como Aberastury, Blos e Dolto), para a independência dos filhos em relação aos pais. Entendemos que essa forma de se relacionar baseada numa “relação entre iguais” (Lasch, 1977) transformou as interações familiares e redefiniu os papéis desempenhados dentro da família. Esses papéis passaram da rigidez à flexibilidade, o que significa que a sua rejeição, ligada a conceitos pré-estabelecidos, vem acompanhada da exclusão das expectativas a ela associadas. Dito de outro modo, os papéis de marido, esposa, pai, mãe e filhos, sob a ótica das relações igualitárias, rejeitam expectativas de comportamento e o esforço que se possa fazer para corresponder a elas. Entendemos que essa noção de igualitarismo suscita condutas ambivalentes, sobretudo porque resvalam na contradição da convivência entre o “novo e o

velho”, da tradição e da modernização, que são questões delicadas no universo familiar.

Em algumas falas percebemos como na convivência familiar se dão algumas inversões hierárquicas. Alguns autores, dentre eles Outeiral (2001) definem essa questão como um impasse vivido entre dois paradigmas que coexistem na convivência familiar, o moderno e o pós-moderno, próprio de uma sociedade que se desenvolve com grande rapidez. O mal-estar produzido por esse contraste é apontado por alguns relatos e escamoteado em outros. A primazia da juventude se expressa numa depreciação da vida adulta, na desvalorização do saber dos mais velhos pela cultura de exaltação do universo jovem. Essa primazia da juventude também está representada nos discursos dos pais. É oportuno esclarecer que entendemos que de uma geração para outra sempre possam ser encontradas descontinuidades ou *gaps*; porém, no caso aqui estudado, nos permitimos inferir que essas descontinuidades se apresentam com uma imensa nitidez, como veremos adiante:

(...) não é fácil mas se tem que encarar que ele sabe mais que nós, às vezes é encarado como aquela criança, mas não é mais, o mundo hoje proporciona uma preparação técnica e de conhecimento muito maior do que na minha época, eu não me sinto mais preparado pro mundo de hoje, tento mas fica difícil, não alcanço a rapidez dessa geração, essa competitividade, eu agora recorro a ele pra me ajudar em alguns assuntos porque sei que ele sabe aquilo melhor que eu... de uma certa forma ele me faz perceber que não precisa mais da minha opinião, me ressinto um pouco sim, acho que ele poderia aceitar minhas opiniões de vez em quando. (Fernando)

(...) a gente não tem a filosofia oriental de que o mais velho é o sábio, que a sabedoria é tudo; é o contrário, eles querem ter a própria experiência, não querem ouvir... (Fátima)

(...) quando eu era menino meu pai comprou uma eletrola e só ele podia mexer, só ele sabia isso e tinha essa distinção... hoje, ou melhor, há um tempo atrás quando eu comprava um aparelho novo, um equipamento eletrônico, as crianças que montavam, aprendiam os mecanismos, liam o manual... se permite isso, é

mais fácil passar essa incumbência pra eles, não se tem tempo, os aparelhos cada vez são mais complicados... (Guilherme)

(...) o filho adulto tem uma visão diferente de pai e mãe, o meu filho se vê de igual pra igual com o pai, em termos de trabalho, conhecimento, isso incomoda a ambos, quando há divergência o Bruno não ganha o espaço que gostaria de ganhar por uma questão de respeito talvez. (Beatriz)

Esses relatos presentificam a força da “geração digital”, cuja adolescência coincidiu com o “boom” da internet em nosso país, em meados da década de 1990. Acreditamos que essa descontinuidade em termos de acesso à informação e a rapidez na sua utilização – calcada num imediatismo que busca os resultados a curtíssimo prazo – seja um impasse na convivência e fonte de mal-estar para os pais.

Algumas das diferenças entre as gerações percebidas pelos pais são definidas como uma descontinuidade de uma geração para outra no que concerne a uma “atitude diante da vida”. De acordo com os entrevistados, a geração deles “ia à luta”, “tinha a posse de uma ideologia”, era corajosa e batalhadora. No entanto, ao se referirem aos filhos, os representam como acomodados, dependentes das facilidades da tecnologia e descompromissados com algumas responsabilidades da maturidade.

(...) a nossa geração era mais corajosa, a deles é acomodada... nós queríamos independência, autonomia, queríamos ser diferentes, eu queria ser diferente da minha mãe, por exemplo, agora eu não sei se isso vale pra minha filha, se ela quer ser igual na maioria das coisas e diferente em poucas, é minha impressão... (Denise)

(...) a minha geração tinha o desejo do saber, do conhecimento, de lutar por coisas melhores, o bem comum, acho que isso foi enterrado nessa geração, eles só se interessam pelo pessoal, pelo que interfere no pessoal... (Ester)

(...) a nossa geração abriu muitas frentes, eu fui geração paz e amor e continuo sendo, tenho pena de tudo isso que está acontecendo, podaram tudo que a gente

tentou... a deles tem essa coisa do corpo, de exagerar nisso, ter prazer com isso, mas reconheço que nós pegamos carona nisso... (Ana)

Percebe-se nas falas dos entrevistados uma dificuldade em reconhecer o filho ou como um indivíduo adulto ou como ainda um adolescente. Essa oscilação provoca um mal-estar na relação e é apontada, muitas vezes, como fonte de atrito. Com certeza, as categorias da maturidade e da adolescência não parecem ter contornos claros, as imprecisões de seus limites caminham junto com as imprecisões do mundo contemporâneo. Essa indefinição é facilitada, sobretudo, pela exaltação da juventude na cultura atual, os valores a ela associados são cultuados por ambas as gerações e as afetam na mesma medida.

As expressões utilizadas pelos pais para representarem o ciclo de vida em que se encontram seus filhos expressa uma variação de notas sobre um mesmo tom, ou seja, elas recaem na dificuldade de se representar um indivíduo em categorias fixadas e estabelecidas sob a “concepção moderna”, que não prevê a extrema variabilidade das experiências humanas nas circunstâncias atuais.

(...) ele é adulto em todos os sentidos menos no quesito cuidar das próprias coisas, no sentido da dependência emocional da casa... (Gabriela)

(...) adultos só na idade, em casa são uns adolescentes, acho até que os pais facilitam isso, porque tem hora que se fala como mãe de adolescente, tem hora que se fala como mãe de adulto, é uma contradição... (Ana)

(...) uma quase-adulta, acho que serve essa definição, é independente em algumas coisas mas não é em outras... (Celina)

(...) é um adulto sem responsabilidades fixas, sem os compromissos dos adultos de verdade. (Ester)

(...) adulto imaturo, eu a vejo assim. (Daniel)

(...) ele é um adulto mesmo, maduro, responsável, assume as coisas dele. (Fernando)

5.2.3

A convivência familiar segundo os filhos

- **Os conflitos: evitação e vivência**

A discussão sobre os conflitos vividos ou evitados na cena familiar visa compreender como essa situação se presentifica nas relações e como os atores envolvidos a percebem. Os jovens entrevistados têm em seus discursos um ideal de convivência familiar, prevalente em quase todas as falas, no qual a felicidade, o respeito e a amizade são os valores mais pregnantes. Os discursos desses jovens trazem à tona um ideal de família e enfatizam os seus aspectos de convivência sem crise ou conflito. Esse ideal forjado na concepção “moderna” de família prediz que é no reduto familiar que se vivenciam em mais alto grau os sentimentos, as emoções, o amor incondicional e as relações baseadas no afeto.

Entendemos que a idealização da família, assim como a dos pais, faz parte da constituição do indivíduo. Todavia, é importante frisar que esse ideal, de acordo com Lasch (1977), foi imposto de fora para dentro da família por instituições disciplinares que introduziram uma visão de mundo muitas vezes contrastante com a visão familiar. Essas contradições, que surgiram a partir dessa nova ordem, se evidenciam na desorientação dos pais e na indefinição e insegurança dos filhos.

(...) estou muito bem aqui, compartilhamos uma vida de família, o que é raro, o convívio é prazeroso... (Bruno)

(...) a nossa convivência é ótima, eu vivo feliz aqui, tenho um bom relacionamento com meus pais, eu adoro conviver com a minha família (Alexandre)

(...) a nossa convivência no geral é muito boa, nos respeitamos muito, eles são ótimos... (Carla)

(...) convivemos muito bem, com muita qualidade, respeito um pelo outro. (Eduarda)

(...) não tenho do que reclamar, apesar do pouco tempo que sobra, temos uma ótima relação, sem problemas, a convivência é bem tranqüila, me sinto muito bem... (Fabio)

(...) o pouco que convivemos é muito bom, estou bem feliz aqui, trabalho, chego tarde, em geral estressado por problemas do trabalho, o que acontece é que acaba que se fica meio que isolado do resto da casa porque chego super cansado, não dá nem pra dar um pouco de atenção pra eles, ligo o som do meu quarto e caio morto. (Gustavo)

Apesar de quatro dos nossos informantes terem sido unânimes em apontar a convivência familiar como boa e ótima, dois deles, ainda que também a considerem desse modo, revelam que na verdade convivem muito pouco. A inconsistência dos discursos de Fábio e Gustavo em relação à convivência familiar nos remete ao fato de que é na prática cotidiana que se experimenta o conflito e a pouca convivência minimiza a possibilidade de atritos. Percebemos, então, nas falas dos entrevistados, sob a forma de termos como “pouco tempo” e “pouca presença”, esse modo de agir pautado na evitação que ressalta uma convivência reduzida na qual a possibilidade de se experimentarem atritos pode cair drasticamente. De fato, podemos observar que esse aspecto não aparece só nos discursos de Fábio e Gustavo mas também nos de Dora e Eduarda.

(...) é boa sim, mas é claro que tem alguns conflitos de mentalidades, diferenças, eles são de outra geração, de outra época, mas como eu fico o dia todo fora, acaba evitando uma série de atritos da convivência normal... (Fábio)

(...) na convivência, diferenças de opinião tendem a aparecer, você tende a não levar em conta certas coisas, mas como você não está ali, tem pouca presença, acaba que se passa por cima disso. (Gustavo)

(...) costumamos ter pouco tempo pra nós, tem meus irmãos, o namorado dela, o meu, no final sobra pouco pra conversar, trocar idéias... (Eduarda)

(...) todo mundo trabalha na casa, no final de semana um viaja o outro tem curso, a gente quase não se vê... (Dora)

- **A hierarquia e o controle parental**

Paralelamente, alguns conflitos se tornam explícitos e produzem incômodo e irritação, e isso ocorre em função de uma grande variabilidade de temas vividos no cotidiano das relações. Entendemos que na dinâmica familiar o mecanismo de controle parental, exercido explicitamente nos ciclos de vida familiar referentes à infância e adolescência, experimenta uma grande transformação nas famílias constituídas por adultos. A questão da hierarquia e do controle dos pais sobre os filhos se presentifica como inadequada, e atrelada aos princípios pré-estabelecidos em desacordo com a ideologia do igualitarismo. Para manter a função de pais, não encontram outra forma a não ser a de exercer um controle “mascarado” no cotidiano das relações, invisível, mas que mesmo assim é percebido pelos filhos. Para não entrar no “jogo” os jovens se isolam em seus espaços, seus quartos, e esse comportamento é suportado pelos pais para garantir a permanência da família.

(...) tirando pequenos estresses do cotidiano, realmente é bastante boa, mas às vezes eu chego exausta, e ela quer conversar, saber, aí eu me estresso, mas todas as relações têm estresse, né?... mas tenho minha privacidade, isso é garantido, eu faço questão disso, eles respeitam, no meu espaço eu que determino onde fica o quê, eles não interferem, eu é que interfiro no espaço deles mas eles curtem... (Dora)

(...) na verdade até convivemos pouco, porque trabalho o dia todo, quando chego vou pro meu espaço, pra relaxar, em geral telefono pra minha namorada que está morando em São Paulo, daí eu fico horas falando com ela... (Fábio)

(...) acaba que a gente mal se vê, eu durmo muito na casa do meu namorado, às vezes quando chego em casa a minha mãe não está... (Eduarda)

Observa-se que o atritar e o estressar suscitam modificações nos comportamentos dos pais e não dos filhos. São aqueles que cedem, mudam as regras para que o “jogo” possa continuar. Os filhos se “chateiam”, se isolam e esperam passar o mal-estar.

(...) o negativo da convivência são alguns detalhes do cotidiano, algumas manias deles, interferências, controle, isso irrita. (Gustavo)

(...) às vezes as opiniões não batem, meu pai quer dar palpite no meu negócio, ele não conhece o que eu faço, aí rola atrito, eu me chateio, mas depois tudo termina em pizza... (Alexandre)

(...) às vezes a gente se atrita quando o assunto é trabalho e namoro, eu sei que ela não gosta da forma como eu lido com isso, me estresso, mas passa... (Eduarda)

As relações igualitárias, baseadas na premissa de que só os iguais podem estabelecer relações satisfatórias, vêm a ser os pilares das relações interpessoais em termos generalistas, e em particular da família da qual nos ocupamos em estudar. O fato de estarmos falando de uma família composta por adultos implica em estarmos “abertos” para entender os valores que regem esse momento de vida e que concorrem para o desempenho das interações pais e filhos.

(...) temos amizade uma pela outra, somos muito íntimas em alguns momentos... emprestamos roupas uma pra outra, dou esporro nela e ela dá em mim, temos muita liberdade... (Andréa)

(...) converso muito com meu pai sobre trabalho, ajudo, dou uns toques, eu sei que nesse momento eu tenho mais conhecimento que ele, é natural pra mim isso... (Fabio)

(...) nós somos mulheres, adultas, temos muito em comum... (Eduarda)

(...) meus pais têm o espírito jovem, me sinto muito próximo deles, a gente pode falar de tudo, não tem nada proibido... (Alexandre)

A questão da hierarquia dos pais – nas famílias com filhos na faixa etária dos nossos entrevistados – evidencia um dilema inerente à interação entre gerações que vem a ser o fato de que um filho, ao converter-se num adulto, adquire mais poder sobre sua vida, e o desdobramento disso consiste numa perda gradativa do poder parental. Nessa medida, esta questão, inflada pela ordem da

igualitarização das relações, ganha contornos mais nítidos na convivência familiar. Um dos entrevistados nos indicou o quanto esta situação pode causar um mal-estar em família, sobretudo quando consideramos que a presença da contradição na convivência do “arcaico e do moderno” (Figueira, 1986) no âmbito familiar cria uma certa desorientação nesse terreno. Dito de outro modo, a regulação das relações via ideologia do igualitarismo vai se dar numa arena na qual os atores, vestidos com capas igualitárias, revelarão sutilmente a presença em seus discursos do velho e do hierárquico, que, com certeza, irão traduzir a complexidade dos seus textos.

(...) me sinto igual a ele, numa posição igual à dele, se discute de igual pra igual, mas eu penso diferente dele, isso me incomoda mas eu acho que incomoda mais a ele... ele está começando a me ver diferente, eu ganhei muitas posições, ganho muito bem, estou crescendo profissionalmente, eu estou sentindo que isso incomoda a ele, eu fico à deriva nessas horas, não sei como me posicionar...
(Bruno)

A contradição é indicada pelo sentimento ambivalente experimentado na discussão com o pai que se presentifica na expressão “não sei como me posicionar”, que vem a traduzir um mal-estar subjacente ao sentimento vivido. Outro entrevistado enfatiza mais uma nuance no relacionamento igualitário: por não compartilharem os ideários de uma mesma geração, uma mesma circunstância histórica e cultural, suas experiências e influências são bastante diferentes entre si. A decodificação dos signos sócio-culturais segue os padrões nos quais foi construída e, sendo assim, as assertivas ou críticas de cada um podem trilhar rumos opostos:

(...) acho que nessa convivência quem perde mais, ou melhor, quem deixa de ganhar somos nós, porque na verdade só contamos com o afeto um do outro, porque o resto é totalmente desigual, eu sou muito diferente dos meus pais, eles são de outra geração, as coisas que eu faço são pra eles hiperindividualistas, palavra do meu pai... acham que eu fico pulando de galho em galho mas essa é a minha experiência, das pessoas com quem eu lido... (Dora)

No relato de Alexandre, percebemos a construção de uma justificativa que representa a situação psicológica por ele experimentada na convivência familiar, na qual se evidenciam como palavras-chave em relação a si próprio “culpado” e “inseguro”, e, em relação aos pais, “despreparados” e “sempre por trás”. Articulando o seu relato com o de Ana, sua mãe, verificamos que existe uma proteção escamoteada que permeia as interações e que não pode aparecer em função de uma “capa igualitária” que encobre os sentimentos da família:

(...) eu acho que eu carrego alguns prejuízos por meus pais terem me deixado um campo tão aberto, acho até que eles eram despreparados pra ter filho, eram muito novos quando eu nasci, eu sou meio inseguro em relação à vida lá fora, eu tive liberdade pra escolher qualquer coisa mas eles estavam sempre por trás, até hoje é assim, o meu pai me ajudou a montar o meu negócio, investiu, estou sempre tentando refazer os meus erros pra não me sentir culpado... (Alexandre)

Um outro aspecto do universo interrelacional vem a ser a percepção, por parte do jovem entrevistado, de como ele se vê no que se refere à categoria de desenvolvimento do ciclo vital em que se encontra. Nesse ponto, concordamos com Groppo (2000) no que tange à assertiva de que o critério de ciclo de vida ou faixa etária, calcado no sistema bio-psicológico, é estático e não representa a multiplicidade de experiências do indivíduo contemporâneo; por outro lado, o critério sócio-cultural e econômico abarca com mais propriedade as fases de transição – esse é o critério que aqui adotamos, visando uma melhor compreensão da geração em questão. Contudo, é nosso intento delinear a dificuldade na conceituação das categorias de idade, uma vez que elas são profundamente afetadas por um dos aspectos que caracterizam a contemporaneidade, ou seja, a disseminação do estilo de vida jovem que vem sendo alçado para além das fronteiras das faixas etárias. Assim, o conteúdo desse culto à juvenalização influencia a categoria imediatamente superior a ela, a fase adulta, como também o faz em relação à geração dos pais, ao tentar manter o indivíduo por um maior tempo possível dentro de seu raio de ação. Portanto, os limites entre as categorias de idade se mostram imprecisos, mesmo considerando uma mesma classe social, etnia, localização geográfica e religião, como foi o nosso caso.

De acordo com nossos entrevistados, ser adulto é assumir todas as responsabilidades em relação às suas vidas, e eles não se percebem como dispostos ou preparados para experimentar esses compromissos; ou seja, nenhum dos nossos informantes se viu como adulto. As definições de cada um foram as seguintes – Alexandre: “sou um jovem amadurecido”; Andréa: “sou uma adolescente tornando-se mulher”; Bruno: “sou um adulto dependente emocionalmente da casa dos pais”; Carla: “sou adulta para umas coisas e adolescente para outras”; Dora: “sou uma meio-adulta”; Eduarda: “sou uma jovem adulta bem amadurecida”; Fábio: “sou um adulto dependente das facilidades da casa dos pais”; Gustavo: “sou um adulto ou melhor falta $\frac{1}{4}$ para ser um adulto completo: sou um quase-adulto”.

Concluindo, podemos admitir que o fato de o nosso jovem entrevistado se perceber adulto ou não vai depender do contexto no qual ele está inscrito, do tipo de pais que ele tem e como se estrutura sua convivência. Nessa medida, entendendo que as relações complementares dentro da família se constituem de forma a equilibrar e manter o sistema em funcionamento, nos autorizamos a inferir que a interação baseada no enquadramento quase-adultos e adultos, ou seja, filhos e pais, é bastante conveniente e satisfatória para ambos. Um quase-adulto precisa de um adulto que assuma aquilo que ele não está preparado para assumir, e adultos, na qualidade de pais de quase-adultos, precisam destes para que a sua função maior, a de pais, se perpetue por mais uns tempos.

- **Os compromissos afetivos**

O tipo de compromisso afetivo desenvolvido por essa geração tem a ver com o que Lasch (1977) denomina de “compromisso não-obrigatório”, que, ao lado das “relações igualitárias”, representa muito fielmente as necessidades psicológicas contemporâneas. O culto de relações interpessoais pouco exigentes rejeita a idéia de se viver sob expectativas pré-determinadas e exalta a liberdade e a abertura nos relacionamentos. Ao condenar que o indivíduo se relacione de acordo com expectativas pré-estabelecidas – tanto impostas de fora para dentro quanto auto-impostas – estabelece uma busca de libertação da culpa e do fracasso que possam permear as relações. Assim, esse modo de se relacionar, entre os jovens, pode representar na esfera subjetiva as transformações da sociedade

contemporânea calcadas na extrema rapidez da experiência social e impulsionadas pela revolução da comunicação e da informação.

A trajetória afetiva dos jovens pode ser captada pela sua dimensão de recusa à fixação e à formação de vínculos. Desde o “ficar”, característico dos mais jovens, até o namoro com pouquíssimas exigências na relação, característico da faixa etária dos nossos entrevistados, podemos observar essa recusa ao compromisso ou maiores responsabilidades nas interações.

(...) só se casa por opção, por escolha, sem imposição, de acordo com a própria vontade... o ruim disso é você não parar de pensar assim, você vai envelhecendo, pulando de galho em galho, se não parar pra pensar que tem que escolher alguém, não vai escolher nunca, porque homem é o que não falta, pessoas pra você conhecer, lugares pra você ir, uma hora vai ter que se tocar com o real... (Eduarda)

(...) todo mundo no fundo quer casar, mas enquanto não se encontra a pessoa... é uma complicação porque ninguém quer nada com ninguém, é tudo muito superficial, acho que as pessoas têm medo de se achar e se complicar, namorar é bom mas as pessoas complicam tudo... (Andréa)

(...) cada vez a gente vê as pessoas se envolvendo menos, falando de mulher, elas estão muito atiradas... as pessoas não estão se valorizando, estão meio insensíveis... o amor perfeito não existe, esse negócio de idealizar, querer achar uma pessoa diferente de todas sempre dá em decepção... (Alexandre)

(...) o *timing* da mulher é diferente, uma mulher da minha idade por exemplo ou já está casada ou está querendo casar... o homem tem uma ânsia maior de liberdade... as pessoas da minha classe social estão demorando mais a casar, é uma tendência de aproveitar mais o tempo, sem aquelas responsabilidades com outra pessoa, com casa... (Bruno)

Verificamos nos relatos diferenças de gênero no que se refere às expectativas em relação ao casamento ou “morar junto”.

(...) o pessoal anda muito acomodado em relação a casamento, a preocupação se diluiu porque é fácil, existe liberdade pra isso, você pode morar um tempo com

uma pessoa, ou viajar com ela... eu só casaria pra agradar meus pais mas vejo isso muito distante... (Fábio)

(...) eu quero casar e formar uma família, mas eu acho que as relações estão muito rápidas, igual ao mundo, tudo muito apressado, eu sou um pouco conservadora nisso, acho que herdei isso dos meus pais... muita coisa não mudou, a infidelidade por exemplo quase ninguém aceita... pagar a conta ainda é complicado pra mulher, acho que no fundo todas gostam que eles paguem... (Carla)

(...) na minha relação com a ex-namorada rolava muito estresse, ela reclamava que eu dava pouca atenção, ela não entendia o meu momento, exigia, confundia as coisas, eu tô investindo muito na minha carreira, isso consome o meu tempo, é complicado... (Bruno)

(...) a minha relação com o meu namorado é muito solta, mais do que eu gostaria... mas quando a gente está junto rola a maior gentileza, carinho... a gente divide tudo quando sai, é normal, quando um tá duro o outro paga... eu quero morar junto, dividir tudo, ter filhos mas não é pra já... (Dora)

No último relato de Dora, percebe-se a qualificação do relacionamento através da expressão “solta”, que representa a forma pouco exigente que impera nas relações afetivas do universo jovem. E nas falas de Fábio e Gustavo, abaixo citadas, pode ser observada a dificuldade de manterem uma relação:

(...) com a minha ex-namorada eu estava praticamente casado, ela passava a semana aqui na minha casa e o fim de semana íamos pra casa dela ou viajavamos, só não pagávamos contas juntos, mas houve desgaste emocional, não tínhamos a coisa boa do relacionamento que é estar no canto próprio, construindo vida a dois mas a gente não queria abaixar nosso padrão, lidar com coisas que não estávamos acostumados a lidar, então não deu... (Fábio)

(...) o mais difícil no relacionamento é conciliar as expectativas de um e de outro, isso é que é difícil, os dois têm que estar juntos nisso, senão tem cobrança... é a carreira, ambição, crescimento pessoal, projeto... (Gustavo)

5.2.4

A família e o contexto social na ótica dos pais

Neste tópico pretendemos discutir a percepção de “família” entre os pais, bem como ampliar a discussão incluindo a visão do contexto social. Dessa forma, acreditamos nos permitir uma melhor compreensão do significado imprimido à instância familiar pelos nossos entrevistados. É também, e principalmente, na interação entre os domínios da família e do contexto social que supomos identificar os elementos e recursos para o entendimento da questão central do nosso estudo, o prolongamento da convivência familiar.

(...) tenho uma imagem de querer ter uma família agregada, sou muito ligada nos meus irmãos, eu trouxe esse sentimento para a minha família, eu investi tudo nisso, família, meus filhos, agregar todos, acho que consegui respeito, amor, e o mais importante de todos, a confiança... (Ana)

No relato de Ana percebemos um alto grau de investimento afetivo na família, observado como uma característica dessa geração de pais. Ao contrário de seus pais, que se separaram quando ela era ainda pequena, Ana demonstra o quanto valoriza a união e o agregamento. Por outro lado, Ângelo, para casar com Ana, que estava grávida, rompeu com sua família de origem. O casal, então, muito jovem, iniciou uma vida a dois considerando como família extensa os irmãos de ambos e a comunidade de amigos, todos dentro de uma mesma faixa etária, a jovem. Em consequência disso, são definidos pelos filhos, Alexandre e Andréa, como pais de “espírito jovem” e que imprimiram essa marca nas interações familiares, valorizando essa qualidade na relação assim como a união, a abertura e o diálogo sem fronteiras.

(...) a nossa família é mantida dentro dos padrões antigos entre aspas, nos adequamos às questões atuais, em relação aos filhos, por exemplo, não agimos da forma como fomos educados... mas eu acho que o mundo de hoje está difícil pra família em relação a valores que ela está perdendo, no nosso caso viemos de famílias que davam valor à reunião, à manutenção, união, mobilização em caso de necessidade... (Beatriz)

(...) às vezes eu penso que o que se faz com os filhos é uma covardia da nossa parte, passamos pouquíssimo tempo com eles, o ritmo da vida leva a isso, o lado de fora te exige isso o tempo todo, isso pode causar danos, prejuízos na família... (Bento)

(...) a família é o lugar onde se discute, conversa, briga, apoia, une; seja o que for, são os momentos de estar junto, reunião... mas o que acontece hoje é que existe um tremendo complexo de culpa da mãe que trabalha fora, o tempo pro filho é curto demais, aí vêm os mimos... a minha filha foi educada pela empregada e pela avó durante a semana, nos finais de semana eu tentava educar mas na verdade o que eu fazia era mimar mais ainda... (Denise)

(...) venho de família rígida e tradicional, trago essa noções comigo no fundo, mas não ajo dessa forma, nem acho que deva ser assim, mas eu entro em colisão com algumas coisas... a Denise protege demais, é o temperamento dela, eu tento fazer diferente mas não consigo, o bloco feminino é mais forte... (Daniel)

Tanto Beatriz quanto Denise, desde a inauguração de suas vidas na família que constituíram, uniram esse mundo privado ao trabalho extra-doméstico. Esse fato concorreu para que nas percepções de suas famílias como um todo fossem destacados os sentimentos de culpa, verbalizados por Denise, e de prejuízo, apontado por Bento, como uma marca negativa assombrando a família. Assim, apesar de enfatizarem uma noção de família baseada no apoio e na união, registram elementos contrastantes com essas posições conciliadoras. Isso nos mostra que a noção de incondicionalidade do amor familiar mescla-se com sentimentos derivados da experiência social, e das condições de vida impostas pelo ritmo contemporâneo. Nesse sentido, a vivência dos sentimentos familiares oscila entre o positivo e o negativo.

Daniel coloca em questão a experiência do papel de pai dentro dos limites da família e o seu exercício, que vem sendo flexibilizado e redefinido em função das novas demandas provenientes do mundo social. O esmaecimento da autoridade paterna parece não estar isento de um certo sentimento de impotência que se encontra ainda atrelado aos novos posicionamentos. Acreditamos que essa situação cria instabilidade e desorientação entre os membros da família.

(...) a minha família era enorme, do interior, imigrantes italianos, saí de casa com 19 anos e só voltei pra visitar; na minha família quero preservar o lugar de pai e mãe, nós somos os “piões”... a classe média tem um caráter mais conservador que as outras classes, ela preserva mais os valores que vêm do passado, preza mais a imagem diante do todo, dos amigos, parentes, acho que esse conservadorismo preserva um pouco mais a família. (Cláudio)

(...) família pra mim é a vivência de sentimentos fraternos, de apoio mútuo, isso eu vivi com a minha família e tento passar pros meus filhos, o mais importante é o dialogar, negociar tudo... (Celina)

Nesses casos de Cláudio e Celina – que por coincidência de vidas tiveram, ambos, os pais separados por volta dos 30 anos de casamento –, fica clara a necessidade dos dois em manterem a estrutura familiar de forma coesa para evitar os fantasmas da família de origem. Com esse objetivo, parece que precisaram delinear os papéis parentais tanto com aspectos tradicionais, “somos os piões”, quanto com os relativos às novas formas de relacionamento, “dialogar e negociar”. Dessa forma, mantêm uma hierarquia “velada” que envolve os membros numa rede de proteção.

(...) eu quis fazer tudo diferente dos meus pais, eles tiveram 2 filhos, eu tive 5, eles passaram a vida inteira juntos, eu me separei, conduzi a educação dos meus filhos sozinha, sem marido, com muita conversa, diálogo, e eles são ótimos, falamos de tudo, eles se ajudam, compartilham, até o meu namorado participa de tudo isso... (Ester)

Já o relato de Ester torna explícito o relativo “abismo” geracional experimentado por sua geração em contraste com a dos seus pais. A geração dos pais de Ester, construída sob a marca da prosperidade econômica, o “milagre brasileiro”, fundamentou as expectativas de ascensão social através do incentivo ao estudo universitário dos filhos. Ester, por sua vez, cumpriu sua “obrigação” de filha, contudo traçou rotas opostas ao constituir sua própria família. Além das explicações acima dadas por ela, adiciona-se o fato de que ela, assim como a maior parte de sua geração, investiu na parentalidade, na qualidade da relação entre pais e filhos, calcada nas premissas do igualitarismo. A idéia de que as

necessidades emocionais dos filhos deveriam constituir o foco principal no universo familiar passou a coexistir com a determinação de desenvolver relações autênticas e íntimas com aqueles. Desse modo, para Ester, os valores familiares do diálogo, da negociação e da abertura são os fundamentos da sua percepção de família.

(...) eu tenho um sentimento amplo de família, conseguimos passar isso pro Fábio, ele é muito ligado à família, preza esses sentimentos familiares de união, apoio, conforto... eu tenho um temperamento de agregar, é natural em mim, eu sofro com o distanciamento que a vida provoca na família, o Fábio chega tarde do trabalho, se fecha, é natural, está cansado, quer ficar sozinho, no fim de semana tem a namorada, gostaria de tê-lo mais por perto, mas... (Fátima)

(...) a família ainda é a coisa mais importante na vida de uma pessoa, mas agora há uma divisão na família, está todo mundo preocupado consigo próprio, o Fábio sempre teve a noção do espaço dele, do respeito em relação às coisas dele, fizemos questão disso, e ele sempre soube também respeitar o nosso espaço... (Fernando)

(...) a família é a base de tudo, alicerce do futuro, a formação dos filhos deriva dessa base, é uma cadeia de elos de sentimentos, valores, moral que se passa... o valor mais importante que eu herdei foi o respeito... quando se vem de uma família grande, se vem com uma noção de regras e elas têm que existir, nem que sejam básicas, o que acontece hoje é que a noção de limite está muito delicada, o lado individual é muito forte, tem um preço alto pra convivência na família... (Guilherme)

(...) o que acontece é que a família perde com essa forma de ser, é cada um no seu quarto, no seu espaço, cercados de todo conforto e estrutura pra ficar lá horas e horas, acaba que se perde momentos de convívio que é dos valores mais importantes dentro da família... (Gabriela)

Nas falas desses dois casais observa-se a relevância do tema do individualismo e suas repercussões na esfera da família. A noção de indivíduo livre e igual em Dumont (1983) inventa a concepção de família moderna baseada na perda da visão do coletivo, ou seja, numa maior autonomia social e na

priorização do afeto e da privacidade. Ao ganhar espaço para a vivência do privado, da diferença e da intimidade, o indivíduo perde também, em família, o espaço do convívio, do compartilhar, perda da qual os pais entrevistados tanto se ressentem. Nessa medida, o “isolamento” dos filhos, apontado por esses pais, causa desconforto emocional no casal. Por outro lado, alguns pais não se eximem de atribuir à própria forma como conduziram a educação dos filhos uma importante participação nesse processo, como no caso de Fernando, que relata a ênfase dada ao espaço próprio, dentro da família.

5.2.5

O mundo do trabalho na ótica dos pais

O tema do trabalho vem a ser um importante recurso para a compreensão do prolongamento da convivência familiar, pois uma das alegações da família em relação a esse fato vem a ser a crise econômica e a instabilidade do mundo do trabalho. Observamos que as mudanças nessa esfera conferem à relação emprego e indivíduo um terreno de limites bastante frágeis e incertos. Sennett (1998) nos adverte para a questão da sociedade de “curto prazo”, episódica e fragmentada, que vem a ser incompatível com o compromisso e a lealdade, valores associados à uma política de “longo prazo”, de durabilidade. Nessa ótica, as instituições empregatícias afrouxam os laços de compromisso e promovem a incerteza e o risco como desafios a serem vencidos. A instabilidade e a extrema competitividade são as experiências vividas dentro das empresas. Diante desse quadro, a família se mostra como o lugar da confiança, dos laços sólidos e duráveis, enfim, tudo que o mundo público não é.

Nas famílias B, F e G, os pais relatam que os filhos trabalham em grandes empresas e investem em suas carreiras e na realização pessoal através do exercício do trabalho bem remunerado. Esses pais afirmam que incentivaram uma qualificação visando esse mercado de trabalho e uma excelência nas áreas de atuação dos filhos. Não demonstram, em suas falas, maiores preocupações com a possível instabilidade do mundo do emprego, relatam que seus filhos têm condições de enfrentar a competitividade e de se manter no mercado, apesar das regras do jogo do capitalismo flexível dos dias atuais.

No relato de Cláudio e Celina verifica-se a visão desse mundo como difícil, complicado e muito competitivo; a alternativa que encontraram foi a de se estruturarem, nesse campo, como uma empresa familiar. Vale lembrar que Cláudio é aposentado de uma grande empresa, mudou de profissão e iniciou uma nova vida no trabalho quando sua filha Carla se formou em Administração de Empresas. Entendemos que, ao agir assim, ele traz para o espaço familiar o mundo público do trabalho, alterando as regras impessoais e competitivas deste e transformando-as segundo o prisma das relações de intimidade, característico do espaço privado do indivíduo. Esse processo é definido por Sennett (1974) como o “declínio do mundo público” em função das novas regras que conduzem as relações interpessoais, mais próximas e íntimas, e fundadas nas necessidades psicológicas do indivíduo contemporâneo. Em outras palavras, o mundo privado invade o público e imprime o seu modo de se relacionar nesse domínio que é visto como frio e impessoal.

(...) emprego de qualidade não está fácil, as grandes empresas são verdadeiros funis para entrar, e a competição lá dentro é muito grande... o negócio próprio acaba sendo uma opção... (Cláudio)

(...) ela trabalha na nossa empresa, que é na nossa casa, mas eu acho que acaba acontecendo o controle, a proteção, acho que ela deveria buscar alguma coisa que fosse a cara dela, mas o que acontece é que ela, assim como outros da idade dela, não se sujeitam a começar ganhando pouco, daí se acomodam; uns investem mais em estudo, outros, como a minha filha, esperam momento melhor na economia do país... (Celina)

De acordo com Celina, a proteção e o controle são as marcas do trabalho na empresa da família, e Carla paga esse preço em troca do conforto e comodismo da situação. O alto grau de investimento realizado pelos pais na educação dos filhos construiu indivíduos muito exigentes em relação ao *status* do seu conhecimento.

(...) o trabalho pra Dora fica complicado, ela só quer o que ela considera estar à altura do que ela sabe, aí fica difícil construir uma carreira... acho que nós criamos um mundo fictício para eles, não existem mais grandes oportunidades de emprego, o mercado está apertado, está tudo rápido, se satura rapidamente, não absorve... (Daniel)

(...) acaba se acomodando, pula daqui pra ali, pode ficar fazendo pequenos trabalhos que a interessam... eu acho que o lado pessoal concorre mais que o lado do mercado de trabalho, eles não querem ter o compromisso, aceitar as regras do jogo, tem que ser do jeito que eles querem... (Denise)

Ao lado das exigências dos filhos, surge uma outra questão que se refere a uma noção de carreira e vínculos de trabalho incompatíveis com a filosofia de grande parte das empresas. Alguns pais têm dificuldade em lidar com essa nova forma de encarar a carreira e os vínculos de emprego por parte de seus filhos.

(...) ela conseguiu o primeiro emprego com facilidade; ela é muito responsável e ótima profissional, ficou bastante tempo na empresa, mas a política empresarial é asquerosa, esse sistema de muito com pouco é vil, ela foi demitida... agora é essa coisa de *free-lancer*, ela está se acomodando a isso e não muda a situação, não vai pra frente, é pontual, é só o momento, não dá uma visibilidade para o futuro, é tudo provisório... (Ester)

Os aspectos do provisório e do incerto no mundo do trabalho produzem desconforto nos pais e são traduzidos por “acomodação” no que se refere à atitude dos filhos. Tanto Ester quanto Denise entendem esse comportamento dos filhos sob essa medida. Contudo, ressaltamos que esse posicionamento dos jovens faz parte de um conjunto de transformações subjetivas contemporâneas associadas às ideologias do individualismo e do imediatismo, dentre outras, das quais fica difícil fugir. “Pular de galho em galho” pode ser tanto uma forma de lidar com a mão pesada da economia quanto uma atitude, um estilo, um modo de viver.

5.2.6

A família e contexto social na ótica dos filhos

A percepção da esfera familiar e do contexto social pelos filhos não acentua a incondicionalidade que os pais indicaram em suas falas e muito menos indicam uma unanimidade quanto à visão desse espaço.

(...) às vezes eu acho que sou um caso atípico, diferente dos meus amigos, eu adoro morar na minha casa, acho importante a família, sou ligado nesse lance de união, de sentimento, eu me sinto super bem, adoro a convivência, tenho a certeza que eles também adoram isso, temos um ótimo relacionamento, diálogo aberto, apoio... (Alexandre)

(...) os meus pais me deixam muito à vontade aqui, se eu quiser posso ficar morando até os 50 anos, é tranquilo, pra mim família é conviver com quem tem os melhores sentimentos... (Gustavo)

Os dois relatos indicam uma visão de família concebida com base em relações harmônicas adquirindo assim o caráter de que nesse espaço estão abarcadas as pessoas com as quais se compartilham os afetos e com as quais sempre se pode contar. No entanto, ao articularmos essas falas a outros momentos da nossa análise, percebemos que tanto Alexandre quanto Gustavo revelam a interferência e o controle de seus pais e se mostram “irritados” com essa situação. Portanto, a visão harmônica do domínio familiar se relativiza diante dessas constatações. Nos depoimentos seguintes, percebemos que a noção de família é dimensionada tanto pelo seu aspecto de apoio incondicional quanto pela contradição a essa visão, de uma forma mais explícita:

(...) eu amo a minha família, se pudesse iria viver com eles por um tempo indefinido mas eu estou sentindo que não vai dar, eu fico até meio depressivo quando falo nisso, mas a convivência com o meu pai está mudando, ele está me vendo de forma diferente, estou sentindo que eu incomodo... (Bruno)

(...) por um lado é bom ter pai e mãe por perto, a família é uma coisa legal, por outro lado é complicado, você vai querendo aumentar o seu espaço, daí esbarra na individualidade de um, tem atrito... (Andréa)

Bruno se ressentido da falta de apoio emocional do pai em relação às suas demandas de ser visto como um adulto, competente e mesmo diferente. O amor familiar irrestrito é contraditado pela incompreensão, pela oposição e pelo mal-estar vivido na relação. Paralelamente, Andréa mostra como se torna “complicado” e ambíguo o relacionamento familiar quando um membro solicita um maior raio de ação nesses limites.

(...) viver numa família é muito bom, você se sente bem, está cercado por pessoas que têm afeto umas pelas outras, mas isso é bom e é ruim, eu nunca tive pressão dos meus pais pra nada, nem pra independência nem pras conquistas, o ideal é o equilíbrio, mas os meus pais não conseguiram chegar nesse ponto... a família vira um mundo irreal na verdade... (Carla)

(...) família é proteção, apoio, fora é outra coisa, você amadurece na marra, eu estou tranqüila mas não estou satisfeita... (Eduarda)

Nessas falas, verifica-se que apesar das qualidades de afeto e de proteção, marcantes nas percepções de família, há uma relativização desse domínio por conta das especificidades de cada caso. Carla afirma não haver uma “pressão” por parte dos pais para que ela alcance sua autonomia emocional, representa sua família como “desequilibrada” nesse aspecto e se representa como insegura em consequência desse processo. Eduarda manifesta a oposição entre a dimensão familiar e o mundo de fora, na verdade é na rua que se aprende, parece ser o que o seu discurso desvela. Sendo assim, permite-se pensar que o espaço privado da família possa estar impregnado de uma certa noção de irrealidade, no sentido de não representar o lugar destinado a preparar os indivíduos para a vida.

(...) é uma coisa meio geral, o sentimento de família todo mundo tem, ou a maioria tem, ou todo mundo quer, é lógico que é bom, mas na verdade a vida das pessoas é mais complicada... eu sinto que os meus pais estão envelhecendo, estão

ficando mais ranzinzas, teimosos, contraditórios, me tratam como se eu fosse uma adolescente... (Dora)

(...) eu gosto dessa idéia de família, tenho esse sentimento... mas eu reconheço que as minhas expectativas de vida vêm dos meus pais, eles sempre me direcionaram para o alto, melhores colégios, cursos fora, conforto, a expectativa é da família e você tem que corresponder a isso, acho que não tem fim... (Fábio)

Dora explicita sua insatisfação no que tange à maneira como é vista pelos pais, e Fábio, de uma forma mais sutil, critica os pais pelo alto grau de expectativas depositado sobre ele. Nesse sentido, concluímos que a noção de amor incondicional e irrestrito permeia os discursos desses jovens, trazendo à luz um ideal de família, “cobiçado” porém “complicado”. A partir disso, nos permitimos pensar que as especificidades das relações familiares são percebidas como “fora” do geral, como exceção à regra da incondicionalidade, ou como irreais, o que traz sentimentos diversos; no caso de Bruno, tristeza; no de Carla, insegurança; no de Eduarda, insatisfação. Afora a questão do ideal de família, nos autorizamos a inferir que – apesar de alguns autores sustentarem a inexistência ou o esmaecimento de conflitos geracionais entre os pais e os filhos, conforme já aqui tratado – na verdade os conflitos estão presentes na convivência familiar, de forma explícita, de acordo com os discursos dos jovens entrevistados, apreciados acima.

Prosseguindo na nossa análise, a representação do contexto social entre os jovens entrevistados inclui como pauta dominante a violência urbana. Acreditamos que o relato de Alexandre possa ilustrar o aspecto interativo entre as instâncias sociais e a da família, ou seja, a complementaridade entre esses dois sistemas no momento atual:

(...) o ponto da violência na cidade limita muito a vida da gente, as pessoas estão se fechando mais, em grupos fechados, em casa, não se pode mais ter o espírito *easy-rider* que o jovem tem, o último suspiro de ser jovem que é não ter compromisso, filho, responsabilidade, não ter tanta coisa na cabeça, fica difícil de aproveitar por causa disso tudo, a família da gente é um recurso que se tem, você traz a namorada, fica no seu espaço, tranquilo... (Alexandre)

5.2.7

O mundo do trabalho na ótica dos filhos

A questão do emprego e do trabalho, atualmente, enfrenta os obstáculos da ideologia do “curto prazo” que recaem sobre os indivíduos gerando instabilidade e incerteza em suas vidas. Transpondo essa assertiva para o domínio da família, e em especial para o grupo dos filhos, temos que, com exceção de um entrevistado, todos os outros apontam as condições de trabalho e emprego como objeto de suas preocupações, medos e inseguranças.

No relato de Fábio não encontramos essa preocupação, contudo, ao nos remetermos a outras passagens da nossa análise, podemos destacar que o alto grau de investimento e expectativas dos pais sobre ele parecem levá-lo a uma certa “imunidade” em relação a essa circunstância, dado ser hiper-qualificado e, em consequência disso, preparado para a competição do mercado. No restante das falas observam-se aqueles sentimentos e a visão do tipo de “vínculo” que norteia essa geração:

(...) eu posso lutar em qualquer lugar, posso competir, estou preparado pra isso, tenho bagagem... mas o trabalho dentro da empresa é um estresse, cada vez mais aumenta o volume de trabalho, a empresa enxuga recursos, pessoal e você que se vire, acredito que numa empresa menor, de horizontes mais modestos, não seja assim... (Fábio)

(...) no trabalho tem muita pressão, mudanças o tempo todo, a empresa te exige muito... o trabalho representa 70% do meu tempo, 20% fica pra família e 10% pra namorada... existe incerteza porque tudo muda muito rápido... (Bruno)

(...) sou bem visto dentro da empresa, sou muito bem qualificado, sou jovem e dinâmico, que é o que as empresas querem, mas posso rodar a qualquer momento, não tem estabilidade... a relação de trabalho me incomoda, a dependência nesse modelo de empresa, você depende de pessoas sem escolher, se compromete com uma política sem querer... (Gustavo)

(...) eu quero trabalhar numa empresa grande, onde eu possa praticar tudo que eu aprendi, o que numa empresa menor você não consegue, como é o meu caso... eu

poderia empreender um negócio próprio, tenho o aval do meu pai pra isso, mas aí bate a minha insegurança, o medo de não dar certo, a economia do país está muito instável... (Carla)

(...) as minhas contas pessoais são muito altas, gosto de viver bem, me assusta essa filosofia das empresas, fico insegura, os demitidos são geralmente os mais jovens e com menos tempo de casa, eu fui demitida há 6 meses, estava há 3 anos na empresa, estou nessa vida de “frila” (free-lancer”), é incerto e está começando a se fechar também, como é que eu vou me planejar... (Eduarda)

(...) apesar de estar bem na empresa estou me programando pro meu negócio, tem que correr atrás, tem que ter muito jogo pra isso, múltiplas funções, ser versátil pra poder sobreviver... quando eu tiver meu negócio próprio, o meu lado profissional vai se ajustar mais ao pessoal, vou ficar menos dividido... (Gustavo)

(...) quero ter meu próprio negócio, não quero depender de patrão, emprego, estou batalhando pra isso... (Andréa)

(...) a minha meta é sair pra trabalhar apaixonada pelo que faço, exercer minha criatividade sem ser podada, sem fazer parte de políticas mesquinhas, trabalhar por conta própria é a saída pra quem pensa como eu, você fica com mais liberdade, escolhe com quem vai se relacionar... (Dora)

(...) eu tenho o meu próprio negócio, gosto de trabalhar assim, livre, tomando minhas próprias decisões, mas tem estresse, tem incerteza, você nunca sabe direito o dia de amanhã, os planos têm que ser curtos pra você se ajustar ao mercado, tem essa crise... (Alexandre)

Em tempos de capitalismo “leve”, como nos diz Bauman (2000), a durabilidade foi substituída pela fluidez, o fluxo do capital pode ser tão rápido que inviabiliza a possibilidade de um compromisso mais durável. A política das grandes empresas, como nossos entrevistados nos esclareceram, se baseia no curto prazo, na terceirização, no enxugamento de pessoal, na competição, dentre outros. Apesar disso, cinco dos nossos informantes desejam essa realidade, fato que nos permite considerar a existência de uma estreita ligação com as expectativas familiares. Nos relatos dos pais de Fábio, Eduarda, Bruno, Gustavo e Carla essa

questão aparece claramente, indicada pelos termos “segurança”, “visibilidade”, “amplitude”, entre outros, denotando o quanto importa para quem pertence a esse estrato social a idéia de uma carreira e da realização através do trabalho.

No entanto, Alexandre, Andréa e Dora se manifestam favoravelmente ao empreendedorismo, que, segundo Tapscott (1998), vem a ser a forma mais adequada de trabalho para a geração informatizada. Nessa afirmação, o autor nos indica que as relações de trabalho que incluem uma hierarquia não se ajustam às mentalidades práticas, imediatistas e altamente informadas dos jovens dessa geração. O modelo de empresa descrito por nossos entrevistados mostra que, apesar da sua atualidade em termos de política de “curto prazo”, existe hierarquia, controle e comando; dessa forma, esse tipo de empresa se incluiria no que o autor define como modelo de empresa tradicional, na qual as metas seriam, entre outras, subir na hierarquia e trabalhar com alvos determinados pelo chefe. Embora consideremos as definições do autor um pouco estereotipadas, destacamos que elas podem servir como referências às nossas observações. Os argumentos utilizados pelos entrevistados para justificar essa escolha como mais apropriada também se fundamentam na liberdade e ausência de hierarquia. De todo modo, todos os informantes, sejam eles adeptos do emprego em empresas ou do negócio próprio, demonstram preocupação com o contexto social altamente inseguro, instável e de muita incerteza.

5.2.8

A percepção da separação familiar

Como pudemos apreciar ao longo deste estudo, houve uma grande transformação, no âmbito da família, no que concerne ao universo das relações interpessoais. A “horizontalização” das relações significou uma vasta mudança no desempenho dos papéis familiares que se flexibilizaram, permitindo a ocorrência de relações menos desiguais e menos sujeitas a uma hierarquia tradicional. Paralelamente, houve um maior investimento no exercício da parentalidade, que, referendada pelas instituições sociais e culturais, passou a fazer parte de um verdadeiro culto à infância e posteriormente à adolescência, observado nos dias atuais. Isso nos leva a crer que a atitude dos pais em relação aos filhos, tomados

num plano geral, demonstra um grande investimento afetivo dos primeiros em relação aos últimos.

Entendemos as relações familiares como altamente complexas e os papéis nela desempenhados como constituídos a partir do contexto social no qual se inserem. Sendo assim, podemos pensar que esses pais, ao realizarem um alto grau de investimento no papel de pais, colaboraram na construção do papel dos filhos, o qual vem a ser o complemento de seu papel; da mesma forma, os filhos também investem em alto grau no seu papel de filhos. Dito de outro modo, essa relação configura o que Minuchin (1980) define como complementaridade, ou seja, o papel de um constitui o papel do outro, e nessa medida a dinâmica familiar permanece equilibrada. Por outro lado, à medida em que ocorre a independência dos filhos em relação aos pais, aumenta a possibilidade do casal se reencontrar e redefinir seus papéis conjugais.

Nessa análise pretendemos chamar a atenção para os aspectos que, sob o nosso ponto de vista, afetam a separação entre pais e filhos. Esses aspectos seriam: a preocupação com o futuro da relação do casal parental tanto pelos pais quanto pelos filhos e o medo em função da perda dos papéis de pais e de filhos, que dão o sentido de família.

- **A preocupação com o futuro da relação do casal**

(...) eu acho que eles devem ter medo de sair de casa e largar o pai e a mãe, mas eu acho que a dificuldade é mais dos pais do que dos filhos... (Ana, mãe)

(...) quando eu era pequeno eu tinha muito medo dos meus pais se separarem, hoje eu tenho menos... quando eu sair eles vão ter mais tempo pra eles, mas pode rolar mais atrito porque não vai ter filho por perto, eu acho que filho segura a relação, eles evitam discutir na nossa frente, eu sei disso... (Alexandre, filho)

(...) acho que o meu pai sentiria mais a minha saída do que a minha mãe, eu faço companhia quando ele está chateado, conversamos, vemos um filme, aí ele relaxa... (Andréa, filha)

(... .) o Bruno só sai de casa quando resolver a vida afetiva dele... quando não tivermos mais os filhos por perto vamos ter mais tempo pra discutir os nossos problemas... (Beatriz, mãe)

(...) os meus pais já tiveram fases piores... eu tento participar quando precisam, quando posso, mas temos pouca convivência, eu trabalho muito, chego tarde, sobra o fim de semana, mas eu tenho que dividir com a namorada também... se eu sair de casa quem vai sentir mais vai ser a minha mãe, temos mais intimidade, nos abrimos mais... (Bruno, filho)

(...) o filho deve sair de casa pelas próprias pernas, é claro que a gente sente muito, muda bastante, o astral vai mudar... (Bento, pai)

(...) o meu filho é muito preocupado com a gente aqui em casa; quando percebe qualquer coisa no ar, os nossos problemas, as nossas crises, fica perguntando toda hora se está tudo bem, se está no trabalho liga várias vezes, eu sinto que ele fica ansioso, ele é muito ligado... (Gabriela, mãe)

(...) ele tem tudo aqui, não tem razão pra mudar, ele não tem uma razão mais forte... eu vou me aposentar brevemente, já pensei em dar aulas, eu gosto disso, mas eu e a Gabriela pensamos de forma oposta em relação ao futuro, é melhor então nem tocar nisso... (Guilherme, pai)

Nos relatos acima pudemos perceber o quanto a questão da separação familiar é atravessada pela preocupação em relação ao futuro do casal parental, ou seja, da sua permanência enquanto casal ou da qualidade da interação, pelas duas gerações. Entendemos que a saída dos filhos de casa vem a ser um momento delicado da vida familiar, em função da necessidade de se redefinirem os papéis familiares e renegociar e reconfigurar essa nova realidade do casal. Alguns autores, como Carter e Mcgoldrick (1989), afirmam que na fase da “partida” ou do “lançamento” dos filhos para a vida é comum a separação dos casais. Na geração dos pais dos nossos pais entrevistados encontramos a ocorrência dessa realidade em dois casos, o de Cláudio, cujos pais se separaram com 30 anos de casamento, e o de Celina, que também viveu a separação dos pais com 32 anos de vida em comum. Certamente, a experiência do “ninho vazio” é um fator de grande carga emocional para a família, sobretudo quando há uma perspectiva de estagnação na relação ou quando o vínculo emocional conjugal se mostra fragilizado. Ao perder o “foco” dos filhos, o casal vai precisar se reajustar, se mobilizar para uma mudança ou um novo projeto de vida, e isso demanda diálogo

e abertura, que podem não ter feito parte da história desses casais. Sendo assim, “agarrar-se” aos filhos pode significar a evitação do enfrentamento de uma nova condição de casal.

No que tange aos filhos, diante da insegurança em relação à vida conjugal dos pais e no intuito de evitar que esse acontecimento venha a ocorrer, podem adiar a saída da casa paterna permanecendo como “guardiões” da relação parental.

- **O medo da perda dos papéis de pais e de filhos**

Os papéis de pais e de filhos passaram por grandes mudanças da geração anterior para essa, como já discutido anteriormente. Uma das marcas dessas mudanças diz respeito a uma ênfase especial colocada no exercício da parentalidade por essa geração de pais. De acordo com a *Psychology Today* (outubro, 2003, p.44), atualmente tem sido publicado um número de livros sobre a relação entre pais e filhos 5 vezes maior do que na década de 1970. Esse investimento na parentalidade recai no exercício dos papéis dos filhos, em um movimento complementar; ou seja, tanto pais como filhos têm seus papéis altamente investidos de afeto nessas duas gerações. Diante de tal investimento, perder essas funções de pais e filhos pode se configurar como uma perspectiva de sofrimento na família.

(...) por opção eu estou aqui ainda, adoro morar aqui, não gosto de ficar sozinho, administrar casa, eu tenho milhares de facilidades aqui e fica difícil abrir mão... eu trabalho o dia inteiro e ainda ter que me preocupar com casa dá uma assustada... e depois é ótimo ter o conforto dos pais, a companhia deles... (Bruno)

(...) a minha característica é a de estar sempre presente, o tempo que puder, junto, participando, sou a própria mãe-canguru, quero saber tudo, me interessa... eu acho que o meu filho vai ter dificuldade em sair de casa, tenho a impressão que ele joga as expectativas dele lá em cima pra justificar ficar mais tempo conosco... (Beatriz)

Tanto Bruno quanto Beatriz parecem não desejar abrir mão de seus papéis de filho e de mãe. O fato de morar com os pais e usufruir das facilidades da casa o mantém no “lugar” de filho, assim como garante o lugar de Beatriz como mãe.

(...) o fato dela nem falar em sair de casa, eu acho que é totalmente emocional, porque financeiro não é... ela é insegura, tem medo... eu procuro incentivar a independência dela, a gente conversa muito... existe uma cobrança da sociedade em relação a eles, cobram independência, arranjar namorado, sair de casa... (Celina, mãe)

(...) eu saí de casa cedo, eu sei a falta que os pais fazem... talvez eu tenha receio de sentir muito a falta dela... (Cláudio, pai)

(...) os meus pais compraram um apartamento novo, com 5 suítes, pra todo mundo ter privacidade, ficar bem, eu acho que isso tem a ver com o seu tema... (Carla, filha)

O apartamento de 5 suítes vem a ser uma representação bastante significativa do sentido de família que Celina, Cláudio e Carla imputam a esse domínio. A permanência de todos fica garantida com os acordos de privacidade e convivência sem “pressão”, estabelecidos por esta decisão.

(...) não vejo sentido em sair de casa simplesmente pra ter o meu espaço, não tenho essa motivação, não me vejo fazendo isso, se eu vier a me casar tudo bem, aí eu me motivaria... eles iriam sentir muito no início, eu acho, são 30 anos de convivência que a gente tem, não é pouco, eles nunca comentam o que vão fazer mais adiante, nunca se fala diretamente sobre isso, deve ser pra evitar falar sobre isso né? (Fábio, filho)

(...) eu sei que um dia ele vai sair, a gente tem que esperar o dia chegar pra ver o que vai acontecer, mas vai demorar, as coisa estão bem estáveis por aqui, instabilidade só lá fora, por enquanto tudo está normal... (Fernando, pai)

No relato de Fábio percebe-se a “invisibilidade” do tema “sair de casa” que permeia as relações de sua família; ao não se falar no assunto, “escamoteia-se” essa realidade e posterga-se o sofrimento atrelado a ela. Esse sofrimento, sob o nosso ponto de vista, refere-se à perda de função dos papéis parentais, que vem a ser evidenciada na fala de Fernando “por enquanto tudo está normal”, ou seja, o seu lugar de pai ainda está garantido.

(...) eu incentivo muito pra que ela vá viver a vida dela, ser independente, vai ser muito bom pra ela... mas eu vou sentir muito, somos muito parceiras... (Denise, mãe)

(...) duvido que a mãe deixe ela sair, isso é retórica dela, se a menina viaja ela telefona mil vezes pra saber se está tudo bem, é muito controle... se a Dora sair de casa nem sei como a Denise vai ficar... (Daniel, pai)

(...) pra mim está muito bom morar com eles, simplifica a minha vida, eu só vou ao supermercado comprar chocolate... eu é que vou ter que tomar a decisão de sair porque se depender deles, fico... (Dora, filha)

No diálogo entre Daniel e Denise, observa-se a presença de uma dupla mensagem captada através do discurso de Daniel em sua crítica à esposa. Denise, ao mesmo tempo em que incentiva a filha a ser independente, a controla de uma forma quase infantil. Essa atitude de ambigüidade implica um comportamento de Dora coerente com a forma como é tratada pela mãe: “só vai ao supermercado comprar chocolate”. Os papéis familiares também se encontram nessa zona de coerência: para uma mãe controladora bastam um pai “periférico” e uma filha comprometida com essa função de controle.

(...) quando eu sair vai ser uma grande mudança pra eles, eles vão sentir, porque eles vão estar perdendo o filho, pra mim não, vai ser tudo novo, vai compensar, mas eu não pretendo sair nem tão cedo, por enquanto está bom assim... (Gustavo, filho)

(...) não acredito que saia tão cedo, sair por quê, se ele tem a independência dele garantida aqui... a saída de um filho deve ser complicada... (Guilherme, pai)

(...) ele só sai pra casar, aqui ele tem tudo, privacidade, pode trazer namorada pra dormir que não tem o menor problema, agora, eu acho que não estou preparada pra saída dele, mas ele nem pensa nisso... (Gabriela, mãe)

Na visão de Gustavo, quando um filho sai de casa quem perde são os pais, eles são a parte fragilizada da relação familiar nesse momento. Sem dúvida, a

perda do papel parental parece ter mais peso na dinâmica familiar; contudo, chamamos a atenção para o fato de que a perda do papel de filho se apresenta como invisível nessa estrutura, sendo portanto mais difícil de ser verbalizada. Gustavo, por exemplo, assim como outros dos nossos entrevistados, não pretende deixar o seu papel de filho “nem tão cedo”.

(...) acho que a hora de sair de casa já até passou há muito tempo; chega uma hora que a gente tem que ser muito clara com eles, explicar que os atritos que rolam é porque já está na hora de virar adulto mesmo, cuidar da própria vida... aí a gente fica martelando na cabeça deles que tem que ter casa direita pra morar, um trabalho estável, a gente explica as regras da vida, daí eu acho que eles retrocedem... (Ana, mãe)

(...) eu acho que tem uma cobrança da sociedade pra se sair de casa, tá em novela, tirinhas de *cartoon* de jornal, reportagem de revista, até uns amigos meus comentam isso, às vezes eu acho que eu é que sou o errado, me falta maturidade, fico meio confuso... eu acho que os meus pais gostam de eu estar em casa, a gente se dá super bem, se eu tivesse que sair agora ia ter que morar em outro bairro, a minha vida ia ser mais difícil, sem contar com a solidão... (Alexandre, filho)

O discurso de Ana torna evidentes os sentimentos ambivalentes que habitam o território familiar. Assim como autoriza a autonomia dos filhos, ela os desautoriza ao “martelar na cabeça deles” as dificuldades que vão encontrar. É como se ela dissesse, simultaneamente, “Seja autônomo” e “Não saia de perto de mim” – o que vem a ser uma forma, mesmo que altamente desorientadora, de se manterem os papéis familiares preservados. A confusão de Alexandre em muito se deve ao contexto de ambigüidades e invisibilidades que cercam a saída da casa dos pais.

6

Conclusão

A argumentação teórica construída nesta dissertação nos leva a constatar que as esferas por nós delimitadas – o contexto social, a família e o indivíduo jovem – interpenetram-se para constituir o fenômeno geração canguru. Arendt (1958), a partir de reflexões sobre a civilização grega, afirmou que havia um abismo entre as dimensões pública e privada: “de uma certa forma esse abismo existiu até a Idade Média [...] No mundo moderno essas duas esferas recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida” (p.43).

Podemos dizer que a geração canguru, forjada na interface dessas esferas, vem a ser um fato representativo das condições psíquicas e sociais do indivíduo jovem na contemporaneidade. Em nossa abordagem, privilegiamos o espaço da família, uma vez que o fenômeno refere-se ao prolongamento dessa convivência. A família, conforme pudemos observar, confere ao seu próprio espaço o “lugar” da segurança, da confiança e da incondicionalidade de afeto. Como nos diz Lasch (1977), a família ainda constitui um refúgio frente às vicissitudes dos tempos atuais apesar dos ataques a ela destinados nas décadas de 1960 e 1970 pela contracultura, pelo feminismo e a anti-psiquiatria, que a retratavam como um ambiente coercitivo no qual os sentimentos próprios dos indivíduos eram violentados.

Foi nesse cenário de ataque à família que a geração dos pais por nós entrevistados viveu seus tempos de juventude. A “geração paz e amor” estabeleceu uma ruptura em relação a seus pais. O espaço familiar constituía uma microarena na qual eram vividos conflitos e coexistiam diferentes visões de mundo; era um importante terreno de contestação dos jovens de então. Acreditamos que a partir dessa ruptura e ao lado dos seus ideais libertários, aqueles jovens traçaram para si um projeto de vida familiar oposto ao dos seus pais.

O investimento na parentalidade observado na geração paz e amor tem a ver com essa descontinuidade intergeracional. Maior relevância tal investimento assume se concordarmos com Khel (2001), para quem essa geração, “depois de

uma série de decepções políticas, fez da família a última esperança, o signo vazio de um futuro melhor, numa era neoliberal em que todos os projetos coletivos de construção de futuro foram desqualificados diante da implacável ‘lógica do mercado’” (p.36).

Podemos admitir que o “benefício” desse investimento afetivo para os pais seja prolongar essa relação o maior tempo possível, o que a nosso ver resulta em um “custo” para os filhos, o adiamento de sua entrada na vida adulta. A geração desses filhos vivencia um cenário bastante diferente do de seus pais, caracterizado pelo imediatismo, a provisoriedade da experiência de vida e pela exaltação da juventude eterna. Acreditamos que esses aspectos colaborem significativamente para construir um indivíduo jovem, que deseja acima de tudo prolongar a sua juventude, viver o momento presente e ser fiel às premissas adolescentes de não se comprometer.

Lasch (1984) pontua que diante de um mundo instável e sujeito a catástrofes de toda ordem, desde o terrorismo, ameaças nucleares, até o sucateamento do meio-ambiente, o indivíduo se torna um “sobrevivente”. As táticas de sobrevivência induzem o indivíduo a se recolher em um abrigo, o qual pode consistir no espaço familiar. Certamente o contexto contemporâneo contribui para esse sentimento de estar à deriva e a necessidade de adotar estratégias cotidianas para sua sobrevivência. Remetendo-nos ao mundo do trabalho, por exemplo, constatamos o alto grau de instabilidade e insegurança, uma vez que a política de curto prazo altera profundamente a relação do indivíduo com a instituição que o emprega. Os vínculos de trabalho são corroídos pela nova ordem do capitalismo flexível, como nos lembra Sennett (1998).

No plano das relações interpessoais, ambas as gerações sofreram as influências do individualismo e do igualitarismo. A noção de família igualitária, em linhas gerais, foi forjada em um reino de pluralidade de escolhas no qual as diferenças individuais são percebidas como mais importantes que as diferenças sexuais e de idade. Assim submetidos ao princípio da igualdade, os papéis e os relacionamentos familiares sofreram mudanças expressivas.

Em função dessas observações, podemos pensar que a família constitui um território privilegiado no qual coexistem acordos e interesses complementares que visam prolongar a sua convivência. O alto investimento afetivo feito pelos pais no exercício da parentalidade provoca, como ação recíproca, a atitude dos filhos de

corresponder a esse investimento mantendo o seu papel de filhos. Essa complementariedade de papéis foi determinante para a compreensão do nosso objeto de estudo, uma vez que é através da vivência desses papéis que compreendemos a dinâmica familiar. O binômio pais e filhos, na geração passada, vivenciou de modo conflitual explícito as mudanças geradas pelo mundo de fora; no entanto, o que se observa na relação entre pais e filhos de hoje é que ela compartilha seus dilemas de uma forma “mascarada”.

Todos os nossos entrevistados, pais e filhos, declararam-se unânimes no que concerne à convivência familiar. Apontaram-na como “tranquila” e “confortável”, revelando que as relações no interior da família são concebidas como harmoniosas e representativas do apoio irrestrito e da qualidade afetiva. Contudo, observamos em seus relatos inconsistências nessas percepções, sobretudo nos discursos dos filhos, que relativizam a visão de harmonia e de incondicionalidade. Nos depoimentos destes, observamos tais inconsistências, que se dão a ver ora de forma explícita, ora de forma “escamoteada”:

A nossa convivência é boa sim, em geral é bem tranquila, mas tem alguns conflitos de mentalidades, diferenças, eles são de outra geração, de outra época, mas como eu fico o dia todo fora, acaba evitando uma série de atritos da convivência normal [...] na verdade até convivemos pouco porque trabalho o dia todo, quando chego vou pro meu espaço, pra relaxar, em geral telefono pra minha namorada que está morando em São Paulo, daí eu fico horas falando com ela.

O relato acima, de um dos filhos entrevistados, é um bom retrato da convivência familiar, que, no exercício de suas ações cotidianas, revela um mecanismo de evitação de conflitos. Nesse exemplo, os recursos usados por esse filho para evitar um possível confronto com os pais foram: a ausência do território de atrito e o isolamento da prática relacional. Essa versão da convivência familiar é confirmada por outros filhos entrevistados que expressam em seus discursos esse mesmo mecanismo.

Pelo lado dos pais, percebemos em vários discursos esse mesmo mecanismo, adotado para tornar a convivência familiar mais confortável. Destacamos então a forma como eles aparecem: não tocar em assuntos sujeitos a controvérsia e ceder às exigências sem exigir a aceitação de um comportamento recíproco. Além disso, os discursos desvelam o mecanismo de negação do

conflito, que se torna evidente quando os pais atribuem às diferenças individuais, e não às situações em si, os elementos desencadeadores dos atritos que surgem na relação. Percebemos nessas dinâmicas familiares padrões de interação que estabelecem uma espécie de pacto de convivência entre os membros, expresso na atitude de isolamento dos filhos da prática relacional e no comportamento de aceitação dessa atitude pelos pais.

A amizade e cumplicidade são consideradas por todos os entrevistados como normatizadora das relações entre pais e filhos e imprimem a esse universo familiar uma igualitarização relacional ao mesmo tempo em que apaga a hierarquia parental. As relações se processam como entre “iguais” e parecem ser regidas pelas mesmas normas que norteiam as relações interpessoais de um modo geral, isto é sem exigências e expectativas. No entanto, percebemos nas falas dos informantes um “jogo” interacional que consiste no exercício de um certo controle por parte dos pais, realizado de forma “invisível” porém percebido pelos filhos. Estes participam desse jogo aceitando as regras no plano do discurso e não da ação. Isso quer dizer que existe uma hierarquia “velada”, não praticada, podendo ser entendida como um apego à tradição dos antigos papéis, um último suspiro do velho sistema hierárquico.

Pautamo-nos pela inferência de que os mecanismos e acordos estabelecidos pelos membros da família visam garantir o prolongamento da convivência familiar de uma forma confortável para todos; porém, a nosso ver, essa convivência é permeada pelo encontro recorrente com o mal-estar, embora entendamos que este, de uma forma mais geral, esteja também presente na nossa cultura.

Ao analisarmos o material discursivo encontramos percepções diferentes entre as duas gerações no que tange o mundo extrafamiliar. Nesse ponto, ressaltamos a formulação de Salem (1980) acerca da reprodução, pelos filhos, do projeto de vida dos pais: “as relações mantidas entre pais e filhos assumem um sentido mais pleno quando referidas ao objeto futuro que os primeiros visam garantir, qual seja, o projeto de reprodução biológica e social da família” (p. 207). Levando em conta a assertiva da autora, sublinhamos o legado dos pais destinado aos filhos e o articulamos ao nosso estudo. Acreditamos que essa herança refira-se basicamente a dois aspectos: a uma preparação através dos estudos para o

enfrentamento de um mercado de trabalho extremamente competitivo e a uma garantia de posição sócio-econômica equivalente à da família.

A representação do mundo do trabalho pelos pais é pautada por uma concepção “moderna”, ou seja, baseia-se na existência de laços com a instituição empregadora, na estabilidade, na idéia de uma carreira a seguir e em uma noção de longo prazo ou de durabilidade. Já a dos filhos inclui a perspectiva de curto prazo e da provisoriedade das experiências sociais, características do momento contemporâneo. Essas representações foram forjadas em cenários bem diferentes e como tal constituem visões distintas de uma mesma realidade. Se por um lado os pais vislumbram um futuro para os filhos em termos da construção de uma carreira, por outro, os filhos descrêem em um futuro nesse sentido, temerosos da instabilidade e insegurança geradas pelas transformações operadas nesse domínio.

Essas diferentes visões concorrem para o adiamento da saída dos filhos da casa paterna, uma vez que implicam insegurança e acomodação na geração mais nova. A tática que se afigura como mais adequada para lidar com as questões contemporâneas do imediatismo e da velocidade da informação, segundo Tapscott (1998), vem a ser o empreendedorismo. A maioria dos nossos entrevistados jovens afirma ser favorável a essa atitude empreendedora, alguns deles já a tendo concretizado através do negócio próprio ainda que percebendo-o como instável e incerto. Consideramos importante ressaltar que todos os nossos informantes da geração mais nova trabalham: 3 em grandes empresas, 3 em negócios próprios e 2 em pequenas empresas prestadoras de serviços.

Não podemos deixar de considerar uma outra importante contribuição do contexto cultural contemporâneo para o entendimento da protelação da convivência familiar: a exaltação da juventude. Tanto pais como filhos são afetados pela disseminação do estilo de vida jovem que assola a nossa cultura. Os limites imprecisos entre as categorias de jovem e adulto representam a indefinição que permeou os discursos dos nossos informantes. Somente um casal representou seu filho como adulto; o restante qualificou-os como “quase-adultos”. E entre os filhos, 3 se perceberam como adultos dependentes das facilidades da casa dos pais e 4, como meio-adultos. Pode-se dizer que essa imprecisão se deve à conjugação das influências culturais com a premência de se manterem os papéis de pais e de filhos. Um filho quase-adulto precisa de pais que assumam aquilo que ele não está

preparado para assumir e, por outro lado, os pais de quase-adultos precisam destes para que sua função maior, a de pais, possa se perpetuar.

A separação da família, segundo nossas observações, se depara com o dilema do medo da perda dos papéis de pais e de filhos, bem como com a preocupação em relação ao futuro do casal parental. A perda desses papéis é percebida pelas famílias como prenúncio de sofrimento, portanto o prolongamento do exercício dos mesmos vem a ser a meta fundamental empreendida pelas famílias que entrevistamos. O depoimento da família F ilustra esse sentimento:

Não vejo sentido em sair de casa simplesmente por sair, pra ter o meu espaço, não tenho essa motivação se eu vier a me casar aí tudo bem [...] eles iriam sentir muito no início, eu acho, são 30 anos de convivência que a gente tem, não é pouco, eles nunca comentam o que vão fazer mais adiante, nunca se fala diretamente sobre esse assunto de sair. (filho)

Eu sei que um dia ele vai sair, a gente tem que esperar o dia chegar pra ver o que vai acontecer, mas vai demorar, as coisas estão bem estáveis por aqui, instabilidade só lá fora... (pai)

Nos relatos acima podemos perceber a relativa invisibilidade do tema “sair de casa” no cotidiano familiar. Os sentimentos a ele atrelados são evitados mediante o adiamento da ação principal. Acreditamos que permeando esse modo de agir há o medo de perder a função de pais e complementarmente o mesmo medo reveste a função de filho.

Além da relativa invisibilidade do tema sair de casa, destacamos o aparecimento da ambivalência no comportamento dos pais. Ao mesmo tempo em que tocam no assunto, o afastam mediante justificativas contrárias a sua execução. O seguinte discurso exemplifica essa questão:

Acho que a hora de sair de casa até já passou há muito tempo, chega uma hora que a gente tem que ser muito clara com eles, explicar que os atritos que rolam de vez em quando é porque já está na hora de cuidar da própria vida, aí a gente fica martelando na cabeça deles que tem que ter casa direita pra morar, um trabalho estável, a gente explica as regras da vida, daí eu acho que eles retrocedem.

Esse depoimento, de uma das mães, evidencia os sentimentos ambivalentes que habitam o território familiar. Assim como os pais autorizam a autonomia dos filhos, eles próprios a desautorizam ao “martelar na cabeça deles” as dificuldades que irão encontrar. Acreditamos que esta seja uma forma, ainda

que altamente desorientadora, de se manterem os papéis familiares preservados. Assim, podemos dizer que ambigüidades e invisibilidades cercam o tema da saída da casa dos pais.

Em nossa análise também pudemos perceber o quanto a questão da separação da família é atravessada pela preocupação com o destino da relação do casal parental. Encontramos esse temor tanto nas falas de alguns pais quanto nas de alguns filhos. Entendemos que a saída dos filhos vem a ser um momento delicado do ciclo de vida familiar, em função da necessidade de redefinir os papéis familiares e reconfigurar a nova realidade do casal. Certamente, a experiência do “ninho vazio” é um fator de grande carga emocional para a família, sobretudo quando existe uma perspectiva de estagnação na relação ou quando o vínculo conjugal se mostra fragilizado. A partir dessa realidade, os filhos podem assumir o papel de “guardiões” da relação dos pais, e os pais podem “agarrar-se” aos filhos como uma forma de evitar o enfrentamento da nova condição do casal.

Dessa forma concluímos que o prolongamento da convivência familiar se constitui a partir de elementos do contexto contemporâneo, bem como de mecanismos intrafamiliares. A conjugação desses aspectos confirma o adiamento da saída dos filhos da casa dos pais como um fenômeno da contemporaneidade que ordena a visão de mundo da classe social por nós investigada.

A geração (ou talvez, melhor dizendo, as gerações) canguru vem a ser um acontecimento possível em função da existência de um bolsa ventral familiar. A revalorização do espaço da família nos dias atuais, contrastada com a depreciação por ele sofrida nas décadas de 1960 e 70, nos permite dizer que ao menos nas famílias que observamos o termo “refúgio” tem a sua razão de ser.

7

Referências bibliográficas:

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. (1970) **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ANDERSON, S. A.; SABATELLI, R. M. (1999) **Family interaction: a multigeracional developmental perspective**. Boston: Allyn and Bacon, 1999.

ARENDT, H. (1958) **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ARIÈS, P. (1973) **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BEZERRA, B. Formas do vazio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 02 mar 2002. Caderno Idéias, p.3.

----- (1999) Seremos sujeitos amanhã? **Cadernos de Psicanálise**, CPRJ, Rio de Janeiro. v. 21, n. 13, p. 103-121, 1999.

BAUMAN, Z. (1997) **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

----- (2000) **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

----- (2001) **Comunidade, a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

----- (2003) A Sociedade líquida. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 19-10-2003, p.5-9.

BIRMAN, J. (2000) **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLOS, P. (1979) **Transição adolescente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CALLIGARIS, C. (2000) **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPOS, A. L. A (2003) **Casamento e família em São Paulo colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARTER, B. , MCGOLDRICK, M. (1989) **As mudanças no ciclo de vida familiar**, uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CHAVES, J. (2001) “ **Ficar com**”, **um novo código entre jovens**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

COIONNA, C. R. (2002) **La génération sandwich**. Barcelona: Random House, 2002.

COSTA, J. F. (1979) **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

----- (1986) “**Sobre a “geração AI-5”**: violência e narcisismo”, in **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

COUTINHO, I. G. **Ilusão e errância: adolescência e laço social contemporâneo na interface entre a psicanálise e as ciências sociais**. Tese de doutorado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

DOLTO, F. (1988) **A causa dos adolescentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

DUMONT, L. (1983) **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ERIKSON, E. (1968) **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FELZENSZWALB, M. (2003) “**Partenogênese**”: os efeitos da exclusão do pai no desenvolvimento da personalidade e na dinâmica familiar. Tese de doutorado, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

FÈRES-CARNEIRO, T. (1999) **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

----- (2001) **Casal e família**: do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

FIGUEIRA, S. A. (1987) **Uma nova família?**: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FREUD, S. (1930) **O mal-estar na civilização**. ESB, volume. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

GIANNOTTI, J. A (2002) Esquerdas desprevenidas. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais!. São Paulo, 12 –05-2002. P.16-18.

GIDDENS, A. (1999) **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

----- (1990) **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GROPPO, L. (2000) A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HALL, S. (1992) **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

JABLONSKI, B. (1991) **Até que a vida nos separe**. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

----- (2001) Atitudes frente à crise do casamento. In: **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

KEHL, M. R. (2001) A gravidez e o vazio. In: **Geração delivery**. Weinberg, C. (org.). São Paulo: Sá, 2001.

.KURZ, R. (2003) O Ocaso da Juventude Dourada. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais!, 06-06-2003, p.10-11

LASCH, C. (1977) **Refúgio num mundo sem coração: a família, santuário ou instituição sitiada**. São Paulo: Paz e terra, 1991.

----- (1984) **O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEITÃO, C. **O prolongamento da adolescência**. Dissertação de mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1996.

LEVI, G. & SCHMITT, C. (orgs.) (1995) **História dos jovens I: Da Antiguidade à Era Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. (1980) "A Família" in: **A Família - origem e evolução**. Rio de Janeiro: Vila Martha, 1980.

----- (1986) "Prefácio" in: **História da família**. Lisboa: Terramar, 1986.

MENDES DE ALMEIDA, M. I.; TRACY, K. (2003) **Noites nômades**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

MINUCHIN, S (1980) **Famílias, funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990

-----; FISHMAN, H. C. (1990) **Técnicas de terapia de família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990

-----; NICHOLS, M. (1993) **A cura da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORIN, E. (1973) **O Paradigma perdido**. Lisboa: Europa-América, 2000.

----- (1962) **Cultura de Massas no Século XX**, Neurose. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NICHOLS, M. (1984) **Family therapy**. N. York: Allyn& Bacon, 1998.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (1989) Questões metodológicas sobre a análise de discurso in **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 4, n 12, pp. 103-108. Porto Alegre.

NOVAES, M. H. (1999) **Compromisso ou alienação**. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

OUTEIRAL, J. (2001) Adolescência: modernidade e pós-modernidade in: **Geração Delivery**. Weinberg, C (org.), São Paulo: Sá, 2001.

PARSONS, T. (1964) **Social structure and personality**. London: The Free Press, 2002.

RAPIZO, R. (1996) **Terapia sistêmica de família: da instrução à construção**. Rio de Janeiro: Noos, 1996.

ROCHA, A. P. R. (2002) **A Adolescência como ideal cultural contemporâneo**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro.

SALEM, T. (1986) Filhos do milagre in **Ciência Hoje**, n.25, jul/ago, 1986.

----- (1980) **O Velho e o novo** um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

----- (1989) O Casal igualitário: princípios e impasses. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** n 9 vol. 3 fev. de 1989.

SAMARA, E. M. (1998) **A Família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, B. S. **Tensões da modernidade**. Rio Grande do Sul: Fórum Mundial Social, 2001.

SENNETT, R. (1974) **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Schwarcz, 2002.

----- (1998) **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMMEL, G. (s/d) Freedom and the individual in **On individuality and social forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

----- (1976) A Metrópole e a vida mental in: **O Fenômeno urbano** (Velho, O. G. org.) Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SINGLY, F. (1993) **Sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Nathan, 1993.

VELHO, G. (1987) **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. Rio de Janeiro.

----- (1986) **Subjetividade e sociedade** uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

----- (1979) Juventude, apenas uma questão de marketing? In: **Mudança, Crise e Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WHITE, L. Coresidence and leaving home: Young adults and their parents, **Annual Review of Sociology**, 20, 81-102, 1999.

Matérias de Jornal/ Revistas

AARÃO REIS, D. F. Os muitos véus da impunidade: sociedade e ditadura no Brasil. **Revista Gramsci e o Brasil**. Lisboa, maio/1998.

ARAUJO NETTO Casa paterna vira refúgio duradouro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22/08/1999. Caderno A, p. 46.

CANDIDO, C. 68 - A revolução do desejo? **Porto & Vírgula**, Porto Alegre, maio/ 1998

HOLLEY, D. Italy`s aging *bambini* **Los Angeles Times**, Caderno A. Los Angeles, 14/07/2002, p. 6, 12-13.

LOPES, C. F. A doce vida dos filhos cangurus. **Galileu**, Rio de Janeiro, junho/1999.

MUXEL, A. Família, um refúgio seguro nos momentos de crise da civilização. **O Estado de São Paulo**, Jornal da Tarde. São Paulo, 12/03 2002.

MARQUES, G. M. A boa vida na casa da “mamma”. **O Globo**. Rio de Janeiro, 16/06/2002, p. 46.